



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



PRESIDÊNCIA

Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional
(63) 3232-5958 - Email: aspdo@tce.to.gov.br

Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
0800-6445800 - Email: ouvidoria@tce.to.gov.br

CONSELHEIROS

Severiano José Costandrade de Aguiar, *Presidente*
Herbert Carvalho de Almeida, *Vice-Presidente*
Manoel Pires dos Santos, *Corregedor-Geral*
José Wagner Praxedes, *Presidente da 1ª Câmara*
Napoleão de Souza Luz Sobrinho, *Presidente da 2ª Câmara*
Doris de Miranda Coutinho
Leide Maria Dias Mota Amaral

AUDITORES

- Márcio Aluizio Moreira Gomes,
Coordenador Administrativo do Corpo Especial de Auditores
- Adauton Linhares da Silva
- Fernando César Benevenuto Malafaia
- Jesus Luiz de Assunção
- José Ribeiro da Conceição
- Leondiniz Gomes
- Márcia Adriana da Silva Ramos
- Maria Luiza Pereira Meneses
- Moisés Vieira Labre
- Orlando Alves da Silva
- Parsondas Martins Viana
- Wellington Alves da Costa

MINISTÉRIO PÚBLICO – PROCURADORES

- Oziel Pereira dos Santos,
Procurador Geral
- Alberto Sevilha
- João Alberto Barreto Filho
- José Roberto Torres Gomes
- Litza Leão Gonçalves
- Márcio Ferreira Brito
- Marcos Antonio da Silva Módés
- Raquel Medeiros Sales de Almeida
- Zailon Miranda Labre Rodrigues

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Diomar Carneiro Mourão de Pinho

DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Heliar Rosa Peu

DIRETORA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Fernanda Almeida Correa Antunes

DIRETORA-GERAL DE CONTROLE INTERNO

Dênia Maria Almeida da Luz

DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO DE CONTAS

Dagmar Albertina Gemelli

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2011

Av. Teotônio Segurado, 102 Norte, Conj. 01, Lotes 01/02 - CEP: 77.006-002 - Palmas - TO
Telefones: (63) 3232-5800 ou (63) 3232-5900 - <http://www.tce.to.gov.br> - email: tce@tce.to.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Presidência

Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional

RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício 2011

PALMAS-TO
2011



© Copyright 2011, Tribunal de Contas Estado do Tocantins
Impresso no Tocantins, Brasil / Printed in Tocantins, Brazil
www.tce.to.gov.br

Tocantins. Tribunal de Contas do Estado.
Relatório de Gestão: exercício 2011. – Palmas:
TCE-TO. Presidência, Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional, 2012.
90 p.
1. Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Relatório, Tocantins, Brasil. I. Título.
2. Planejamento. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Conselheiro José Ribamar Meneses.



APRESENTAÇÃO

Ao longo de 2011 foi possível observar que nos aproximamos ainda mais do cidadão. Com o novo lema “Tribunal de Contas do Tocantins, com você cuidando do que é nosso”, conclamamos a sociedade para nos ajudar e, assim, multiplicamos esforços, somamos ações e alcançamos melhores resultados. É a prova do compromisso dos membros e técnicos desta Corte de Contas.

Iniciamos o programa de avaliação de políticas públicas “TCE, com você na Escola”, no qual os próprios alunos, os pais, os professores e funcionários avaliam a qualidade da educação. É uma demonstração de que nosso chamamento foi bem recebido pela comunidade.

Realizamos 448 trabalhos de auditoria, inspeção e tomada de contas, atingindo a média de mais de um procedimento por dia. Nossos quase 2 mil processos apreciados durante as Sessões Plenárias puderam ser acompanhados em tempo real, com transmissão ao vivo pelo site do TCE/TO. É a transparência de nossos atos.

Aliás, foram as nossas ações de transparência que contribuíram com a conquista de 3 troféus no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, com os programas: TCE Notícia, Minuto TCE e Agenda Cidadã. No presente relatório, apresentamos em detalhes cada um deles.

Apesar do destaque nacional, nosso trabalho não pode parar. Esse organismo vivo, onde o esforço de cada um é essencial para o funcionamento do todo, está sempre à procura da excelência. Por isso, oferecemos, por meio do Instituto de Contas, cursos, capacitações, encontros técnicos. Em 2011 proporcionamos 16.648 participações para servidores do TCE, gestores e servidores públicos, além da própria comunidade.

Em 2012, o Programa de Formação de Agentes Públicos - FORMAP estará presente nas 139 cidades tocantinenses, o que possibilitará capacitar um maior número de pessoas. As aulas abordarão temas como: irregularidades em licitação, prestação de contas, elaboração do Plano Plurianual e como adquirir bens e serviços. Isso demonstra que, apesar da nossa força constitucional de julgar e punir acreditamos na orientação como forma de evitar erros na aplicação do dinheiro público.

Nas próximas páginas segue o resultado da dedicação da equipe deste Tribunal, onde todos se empenham não só para cumprir, mas para superar as metas planejadas.

Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar

Presidente



IDENTIDADE INSTITUCIONAL

MISSÃO

Garantir o efetivo Controle Externo, por meio de um sistema de fiscalização, orientação e avaliação dos resultados da gestão e das políticas públicas, em benefício da sociedade.

VISÃO

Ser reconhecida como instituição essencial na defesa da efetiva gestão dos recursos públicos.

VALORES

Ética: agir com moralidade, legalidade e impessoalidade.

Compromisso: assumir e respeitar a missão institucional e agir visando alcançar seus objetivos.

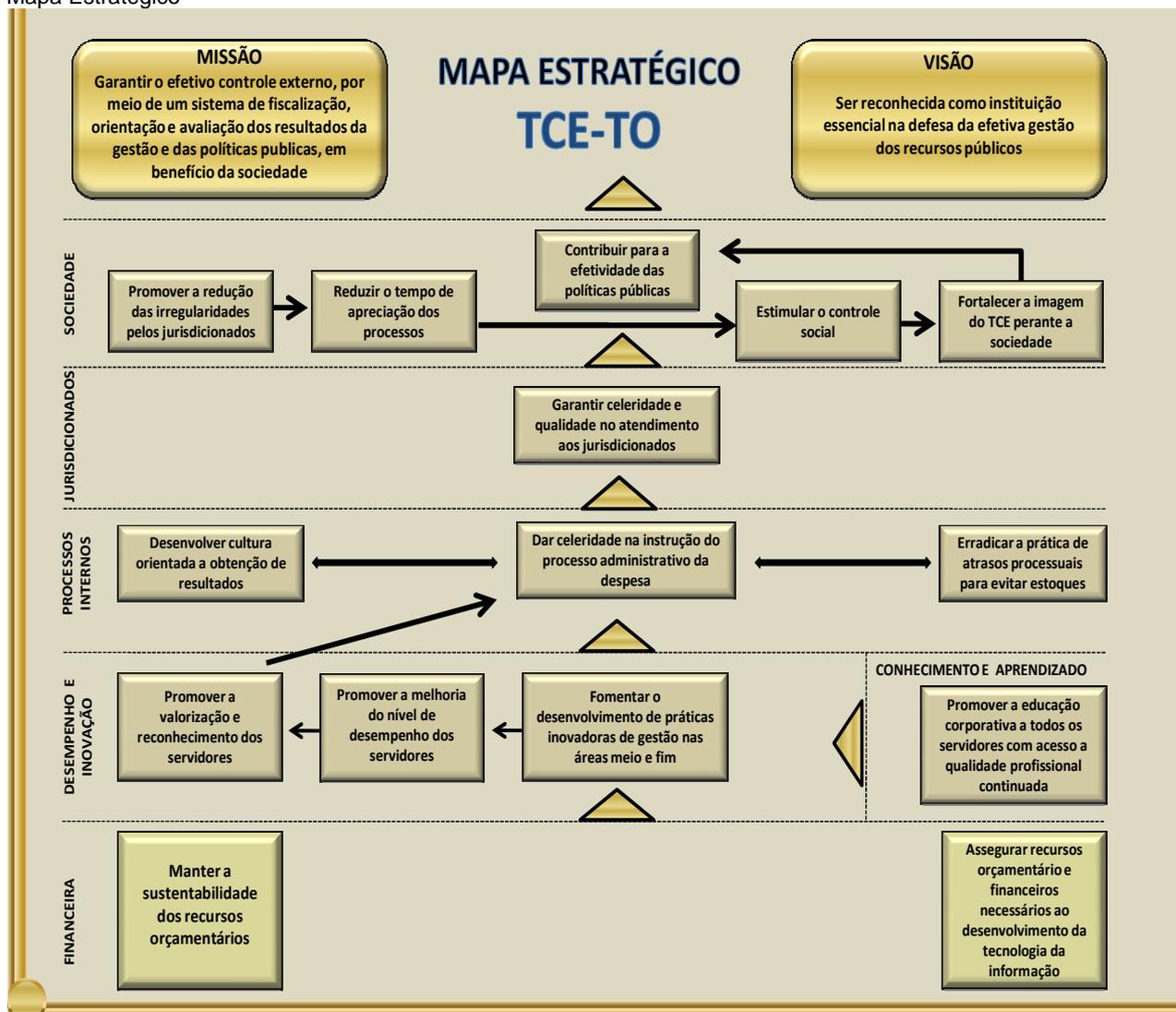
Qualidade: assegurar a eficiência, eficácia e efetividade do controle externo.

Profissionalismo: associar conhecimentos, habilidades técnicas e comportamentais inerentes as atividades desenvolvidas pela instituição.

Agilidade: atuar com dinamismo e tempestividade nas ações do controle externo.

Transparência: tornar acessível, com clareza, a todos os seus atos administrativos e os decorrentes de sua missão.

Mapa Estratégico



Fonte: TCE-TO



SUMÁRIO

1. O INSTITUTO RUI BARBOSA E O FORTALECIMENTO DO TCE-TO	9
2. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	10
2.1 PROJETO AGENDA CIDADÃ	10
2.2 FORMAP – PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS	11
2.3 TCE DE PORTAS ABERTAS	11
2.4 TCE COM VOCÊ NA ESCOLA	12
2.5 PORTAL DO CIDADÃO	13
2.6 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	14
2.6.1 RÁDIO	14
2.6.2 TV	14
2.6.3 SESSÕES DO PLENO E CÂMARAS	15
2.6.4 PUBLICAÇÕES	15
2.6.4.1 Eletrônicas	15
2.6.4.2 Impressas	15
2.6.5 Design	15
2.6.6 Internet	15
2.6.7 Intranet	15
2.7 FÓRUNS E SEMINÁRIOS	16
2.8 OUVIDORIA	17
2.8.1 NATUREZA DA DEMANDA	18
2.8.2 FORMAS DE ENTRADA	18
2.8.3 TIPOS DE MANIFESTANTES	19
2.8.4 RESUMO DAS DEMANDAS	19
2.8.5 RESUMO DAS DEMANDAS POR MICRORREGIÃO DO ESTADO	20
2.8.6 MUNICÍPIOS COM MAIS DEMANDAS NO ESTADO	20
3. RESULTADOS PARA A SOCIEDADE	21
3.1 PROCESSOS JULGADOS	21
3.2 TCE EM NÚMEROS	22
3.3 RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL	22
4. GESTÃO DO CONTROLE EXTERNO	24
4.1 FISCALIZAÇÕES DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	24
4.2 CONTROLE DE ATOS DE PESSOAL	39
4.3 DILIGÊNCIAS	40
4.3.1 SALA DE ATENDIMENTO (JURISDICIONADOS)	40
4.4 CARTÓRIO DE CONTAS	41
4.4.1 ATIVIDADES REALIZADAS	41
4.4.1.1. Documentos Internos Produzidos	41



4.4.1.2 Natureza dos Processos	42
4.4.1.3 Documentos Externos Atendidos	43
4.4.2 VALORES PENDENTES COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO/RESSARCIMENTO	43
4.4.3 RESULTADOS DOS RECOLHIMENTOS/RESSARCIMENTOS	43
4.4.3.1 Multa	43
4.4.3.2 Débito	44
4.4.3.3 Quadro Comparativo de Recolhimentos de Multas entre os anos de 2007 a 2011	44
4.4.3.4 Detalhamento da Evolução dos Recolhimentos	45
4.4.3.5 Considerações sobre o resultado alcançado	45
4.4.4 OUTROS RESULTADOS RELEVANTES	45
4.4.4.1 Atendimento ao Público Externo	45
4.4.4.2 Termo de Cooperação Técnica	46
4.4.3 DOCUMENTOS ELABORADOS	46
4.5 AUDITORIAS ESPECIAIS	46
4.6 ANÁLISE DE ATOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS	48
4.7 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	49
4.8 DESENVOLVIMENTO DE MÉTODOS E SISTEMAS DE AUDITORIA	50
5. GESTÃO ESTRATÉGICA	51
5.1 REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO	52
5.2 SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	52
5.3 MAPEAMENTO E REDESENHO DOS PROCESSOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA E GERENCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS	55
5.4 MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS	57
5.5 GESTÃO DE PESSOAS	61
5.6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	64
5.7 ANÁLISE DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS	65
5.8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	67
5.8.1 PROJETOS EXECUTADOS POR ÁREA DE TI	69
5.8.1.1 Governança em TI	69
5.8.1.2 Administração de Banco de Dados	69
5.8.1.3 Segurança da Informação	70
5.8.1.4 Hardware (Equipamentos)	70
5.8.1.5 Softwares	72
5.8.1.6. Administração de Redes	73
5.8.1.7 Desenvolvimento de Sistemas	74
5.8.1.8 Manutenção e Suporte ao usuário	75
5.8.1.9 Pesquisas de novas soluções de TI	76
5.8.1.10 Resumo dos Projetos realizados no ano de 2011	76
5.8.1.11 Prestação de Serviços	77
5.8.1.12 Viagens e treinamentos	77
6. EDUCAÇÃO CORPORATIVA	77
7.1. CURSOS E EVENTOS INTERNOS PARA SERVIDORES	78
7.2 CURSOS E EVENTOS EXTERNOS PARA SERVIDORES	81
	7



7.3 CURSOS E EVENTOS PARA JURISDIONADOS	83
7.4 CENTRO DE LÍNGUAS	84
7.6 ACERVO BIBLIOGRÁFICO	84
7.7 CORAL DE CONTAS	85
7.8 PROJETO MÃOS DE CONTAS	86
7.9 PROGRAMA DE ESTÁGIO	87
8. PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO - PROMOEX	87
9. CONCLUSÃO	89



1. O INSTITUTO RUI BARBOSA E O FORTALECIMENTO DO TCE-TO

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar, também presidente do Instituto Rui Barbosa, associação civil de grande representatividade nacional que tem como foco a pesquisa e estudos nos Tribunais de Contas do país, vem, após dois anos à frente deste Instituto, fortalecendo, cada vez mais, a visibilidade nacional do TCE-TO.

As ações que compõem o Planejamento do IRB são de grande relevância, o que contribui para o fortalecimento do TCE-TO, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento e progresso do Estado do Tocantins.

Dentre as ações realizadas no decorrer de 2011, destacamos as articulações com instituições financiadoras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Mundial - BIRD. Também vale ressaltar a participação do IRB em Seminários e Encontros Técnicos realizados pelos grupos temáticos do PROMOEX, ações que, sem dúvida, vêm melhorando a atuação dos servidores em todos os TCs brasileiros. Dentro do contexto de melhoria na prestação dos serviços, destacamos a caminhada contínua do IRB rumo aos avanços na modalidade em EaD, e a realização de Pesquisa(Análise Situacional) em todos os Institutos de Contas do país, análise essa que apontou o Instituto do TCE-TO como avançado nas suas ações, ou seja, vem desenvolvendo, com precisão, as suas competências.

O Presidente do TCE-TO, durante toda a sua gestão à frente do Instituto representou, além do IRB, também o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins em inúmeros encontros regionais de conselheiros e, finalmente participou, efetivamente, do Encontro Nacional realizado em novembro, em Belém-PA, oportunidade em que foi realizada a eleição das Diretorias da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON e do IRB para o próximo biênio 2012-2013, cuja eleição reconduziu, por unanimidade, o Presidente Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar à Presidência do IRB.

Vale destacar o lançamento das Normas de Auditoria Governamental - NAGs realizado em novembro de 2011, em São Paulo-SP, documento que define os princípios básicos que devem reger as atividades de auditoria governamental dos Tribunais de Contas Brasileiros. O TCE-TO, preocupado com a continuidade da melhoria dos seus serviços, já adotou as referidas normas.

Mediante o exposto, fica retratado como o TCE-TO vem ampliando sua credibilidade e sua imagem perante as Cortes Brasileiras, tornando-se, cada vez mais, uma referência no que tange à modernização e aperfeiçoamento do trabalho de controle externo, contribuindo significativamente para o engrandecimento do Estado do Tocantins.



2. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A excelência dos serviços prestados pela administração pública pressupõe atender com qualidade aos seus clientes, no caso do TCE-TO, a sociedade, a Assembleia Legislativa e os gestores públicos, na condição de usuários de serviços públicos e destinatários da ação decorrente do controle externo.

A busca constante pela concretização do interesse da coletividade é o elemento motor da ação do Estado, devendo o mesmo oferecer serviços públicos de qualidade desenvolvendo políticas públicas que valorizem a cidadania, de modo a permitir que os recursos arrecadados possam oferecer retornos efetivos à sociedade, consolidando, assim, os valores democráticos que fundam os alicerces da população tocantinense.

Atento à importância do cidadão-cliente no estabelecimento dos rumos deste Tribunal, a instituição vem oferecendo meios de interação com esta casa, por meio dos projetos: Agenda Cidadã, FORMAP, TCE de Portas Abertas, TCE com Você na Escola, Portal do Cidadão, Comunicação com a Sociedade (Minuto TCE, TCE Notícia, distribuição de informativos), fóruns, seminários e Ouvidoria.

2.1 PROJETO AGENDA CIDADÃ

Projeto concebido com o intuito de aperfeiçoar os canais de comunicação disponíveis para a identificação dos anseios e das expectativas da sociedade, bem como a captação de informações estratégicas ao efetivo exercício do controle externo. Para alcançar este objetivo, no ano de 2008, realizou-se o Programa de Formação e Capacitação dos cidadãos tocantinenses em assuntos voltados ao controle social participativo, permitindo, aos mesmos, conhecimentos dos meios adequados para obter as informações e interpretá-las adequadamente. Gestores preparados geram administrações públicas responsáveis. Sociedade bem informada gera melhor controle do dinheiro público.

O Projeto foi ampliado por meio da parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Convênio nº 01.0032.00/2009, tendo como objeto a inclusão digital com responsabilidade social. Por esse motivo, foi possível oferecer capacitações para 60 municípios e transformar o FORMAP em plataforma de ambiente virtual de ensino e aprendizagem.

O Projeto em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia foi iniciado em 2009, concluído e executado com sucesso em 2011. O valor global do convênio totalizou R\$ 1.172.737,50 (um milhão, cento e setenta e dois mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), sendo R\$ 1.058.200,00 (um milhão, cinquenta e oito mil e duzentos reais) referentes ao valor de repasse e R\$ 114.537,50 (cento e quatorze mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) concernente ao valor de contrapartida financeira.

2.2 FORMAP – PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS

O FORMAP - Programa de Formação de Agentes Públicos foi criado em 2007, com a proposta de desenvolver competências de gestores e técnicos municipais, para melhor gestão da máquina pública. Neste período houve participação de mais de 5 mil jurisdicionados nos eventos de capacitação.

Em 2010 houve a expansão do público-alvo que além dos jurisdicionados passou a atender a população local. Os 60 municípios contemplados com o Programa Agenda Cidadã participaram dos cursos do FORMAP, com teleaulas gravadas e ministradas pelos técnicos do TCE-TO.

Em 2011, o FORMAP contemplou 57 municípios e ofertou 09 (nove) cursos (distribuídos em módulos), capacitando 7.540 jurisdicionados e comunidade, conforme especificações abaixo:

Módulos	Municípios
Módulo I - Aprendendo na modalidade AVEA/MOODLE;	Aguiarnópolis
Módulo II - Participação e Controle Social nos Conselhos Municipais;	Almas
Módulo III - Gestão Ambiental Pública	Ananás
Módulo IV - Orçamento e Planejamento I	Angico
Módulo V - Orçamento e Planejamento II	Aparecida do Rio Negro
Módulo VI - Licitações e Contratos Administrativos	Araguacema
Módulo VII – FUNDEB	Araguaçu
Módulo VIII – SICAP	Araguaína
Módulo IX - Controle Externo na Administração Pública e o Tribunal de Contas	Araguatins
	Arapoema
	Arraias
	Augustinópolis
	Babaçulândia
	Barrolândia
	Brasilândia
	Buriti do Tocantins
	Campos Lindos
	Caseara
	Chapada de Areia
	Colinas
	Colméia
	Dianópolis
	Divinópolis
	Dueré
	Filadélfia
	Formoso do Araguaia
	Fortaleza do Tabocão
	Guaraí
	Gurupi
	Itacajá
	Itaporã do Tocantins
	Lajeado
	Monte do Carmo
	Monte Santo
	Natividade
	Nova Rosalândia
	Palmas
	Paraíso do Tocantins
	Paraná
	Pau D'arco
	Pedro Afonso
	Peixe
	Pequizeiro
	Pindorama
	Ponte Alta do Tocantins
	Porto Nacional
	Presidente Kennedy
	Pugmil
	Riachinho
	Rio dos Bois
	Rio Sono
	Santa Tereza
	São Salvador
	Taguatinga
	Taipas do Tocantins
	Tocantinópolis
	Xambioá

2.3 TCE DE PORTAS ABERTAS

O Projeto TCE de Portas Abertas é uma ação dentro do Programa Agenda Cidadã, abrange uma série de atividades com o objetivo de aproximar o Tribunal da sociedade. No decorrer de 2011, o Órgão recebeu a

visita de alunos de unidades públicas de ensino, bem como ministrou palestras nesses estabelecimentos, estimulando a interatividade necessária para a maior aproximação com a comunidade e sociabilização de suas ações.

Dentre as ações previstas para o projeto piloto, os estudantes participaram de visita técnica à sede do TCE-TO, assistiram à sessão do Tribunal Pleno e conversaram com auditores, procuradores, diretores, assessores e servidores. Visitaram-nos estudantes dos seguintes estabelecimentos de ensino:

- ✓ Escola Estadual Maria dos Reis, alunos dos anos iniciais do ensino básico;
- ✓ CEM Taquaralto, alunos do ensino médio;
- ✓ CAIC – Centro de Integração a Criança, Jardim Aurenny IV, alunos dos anos finais do ensino básico;
- ✓ Unitins – Universidade do Tocantins, alunos dos 4º e 5º períodos do curso de Direito;
- ✓ Centro Universitário Unirg, alunos dos 6º, 7º e 8º períodos do curso de Direito.

Em média, cada grupo contou com 30 alunos, acompanhados de dois ou três professores, os quais auxiliaram os técnicos do Órgão no decorrer da visitação e palestras. Foram distribuídos materiais de divulgação das ações do Tribunal, inclusive em formato digital para os docentes, com vistas a facilitar e ampliar as possibilidades de disseminação das informações repassadas aos grupos de alunos.

Realizadas palestras sobre as formas de fiscalização do dinheiro público, sendo levadas informações de controle social, nas escolas estaduais Frederico José Pedreira e Centro de Ensino Médio São José, com distribuição de cerca de 1.400 cartilhas sobre os temas: Controle Externo, Controle Interno, Controle Social e Manual de Acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – AVEA.

2.4 TCE COM VOCÊ NA ESCOLA

O TCE com você na Escola é um projeto que compõe a área finalística do Tribunal e tem como objetivo contribuir para a efetividade das Políticas Públicas na Educação. Por meio de avaliação das unidades escolares, realiza-se acompanhamento *in loco* e constante das escolas, o que propicia ações imediatas por parte dos gestores envolvidos, solucionando com rapidez as impropriedades detectadas.

Do resultado dessas avaliações poderemos:

1. Identificar a necessidade de novas ações e programas, garantir eficácia no gerenciamento dos programas, por meio do conhecimento gerado no processo avaliativo, para garantir maior transparência na atuação pública;
2. Promover o aperfeiçoamento de atividades, das instituições e dos indivíduos;
3. Avaliar se os objetivos perseguidos estão sendo atingidos;
4. Contribuir para que a aplicação dos recursos seja de forma eficiente e eficaz;
5. Evitar prejuízos tanto à sociedade como aos indivíduos;

6. Evitar a repetição de erros;
7. Construção de indicadores na área da educação (avaliação da gestão);
8. Solução rápida dos problemas.

2.5 PORTAL DO CIDADÃO

O Portal do Cidadão é um canal *online* que contém todas as informações sobre a administração do Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO) e dos 139 municípios tocantinoses. Ao acessá-lo o cidadão pode conferir como foi aplicado o dinheiro público. Com o Portal do Cidadão, o TCE-TO reforça o seu compromisso de ser um órgão transparente e aberto à comunidade.

Desde 2010 qualquer pessoa pode acompanhar a execução orçamentária e financeira desta Corte de Contas e dos 139 municípios, possibilitando realizar uma análise dos valores investidos nas diversas áreas (saúde, educação, transporte, segurança etc.), a situação de endividamento, as despesas com manutenção da máquina administrativa sob diversos aspectos, bem como acompanhar o cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portal do Cidadão





2.6 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A comunicação é entendida no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins como um dos principais meios de transparência das ações e decisões do Órgão e como um instrumento fundamental para estimular a população a exercer o controle social da gestão pública. Essa concepção está inserida nos objetivos e metas do Plano Estratégico do TCE, aprovado pelo Tribunal Pleno para o período de 2010 a 2014.

A intenção é propiciar o acesso e levar ao conhecimento da sociedade as decisões plenárias, as ações de fiscalização e as informações institucionais do TCE, utilizando vários meios de comunicação, tanto impressos como eletrônicos e digitais. O objetivo final é sensibilizar a sociedade para a importância do exercício da cidadania e do controle social, de forma que cada cidadão também passe a ser um fiscal da aplicação do dinheiro público.

Nesse sentido, em 2011 foram desenvolvidas várias atividades na área, seguindo o plano de ação do Planejamento Estratégico de 2011. A seguir, um resumo das principais atividades realizadas.

2.6.1 Rádio

Minuto TCE - radiojornal com duração de 60 segundos, com notícias rápidas sobre as ações e decisões do TCE, veiculado as terças, quintas e sextas-feiras pela 96 FM, três vezes ao dia. A veiculação gratuita na emissora pública foi viabilizada por meio de um convênio firmado com o Governo do Estado.

Com a assinatura de convênio com a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária do Estado do Tocantins – ABRAÇO, o Minuto TCE também passou a ser transmitido pelas 50 rádios comunitárias do Estado, com 30 inserções semanais.

Foram produzidos 115 programas em 2011.

2.6.2 TV

TCE Notícia – telejornal com duração de até seis minutos, contendo matérias institucionais do TCE. É veiculado quinzenalmente pela Redesat, canal 13, às sextas-feiras, com sinal transmitido para 101 municípios.

Também é postado no site do TCE, nas redes sociais (twitter e facebook) e no Youtube. Média de 100 acessos de cada programa no Youtube.

Em 2011, foram produzidos 19 programas.



2.6.3 Sessões do Pleno e Câmaras

As sessões do Tribunal Pleno são transmitidas, ao vivo, pela internet para que as decisões sejam acompanhadas pelos jurisdicionados e pela população em geral.

A partir de setembro de 2011 também passaram a serem transmitidas as sessões das câmaras.

Foram transmitidas 34 sessões do Pleno e 10 das câmaras.

2.6.4 Publicações

2.6.4.1 Eletrônicas

Boletim Oficial – 218 edições.

2.6.4.2 Impressas

Informativo – 5 edições – 18 mil exemplares;

Revista Institucional – está em fase de reedição;

Jornal Mural – TCEndo Notícias – veículo voltado para o público interno do TCE, lançado em outubro de 2010 – 45 edições.

2.6.5 Design

Foram desenvolvidos 78 trabalhos de criação, muitos dos quais desdobrados em vários aplicativos como *folder, banner, cartaz, etc.*

2.6.6 Internet

O site oficial do Tribunal de Contas traz notícias e informações atualizadas diariamente e permite acesso aos sistemas e ferramentas online desenvolvidos pelo TCE, como a consulta a processos, pautas de julgamento, licitações, Boletim Oficial, Ouvidoria e SICAP.

O TCE também está em sintonia com as redes sociais e mantém perfil no *Twitter* e página no *Facebook*.

A média atual é de 1000 a 1400 acessos diários ao site do TCE.

2.6.7 Intranet

São produzidas e postadas em média três novas matérias por dia na intranet.

Novo layout está pronto. Lançamento previsto para o início de 2012.



2.7 FÓRUNS E SEMINÁRIOS

Evento	Descrição do evento	Público alvo	Resultado
Encontro Técnico sobre o SICAP-LO E CARDUG	O Encontro buscou reforçar o prazo e orientar gestores públicos e técnicos a respeito do sistema, atendendo aos servidores estaduais e municipais.	Servidores públicos do Estado e dos Municípios.	Envio dos procedimentos licitatórios e gerenciamento de contratos e obras dos órgãos estaduais e municipais ao Tribunal, por meio digital.
I Encontro Nacional sobre Execução das Decisões dos Tribunais de Contas	<ul style="list-style-type: none">- Realização de palestra;- Realização de reunião técnica para apresentação das experiências dos Tribunais participantes a fim de conhecer os instrumentos de controle e acompanhamento das decisões dos Tribunais de Contas. Os modelos de sistemas de controle de decisões administrativas dos Tribunais de Contas que resultem em imputação de débito e aplicação de multa.- Divulgação das ações dos Tribunais de Contas quanto às cobranças e restituições de valores aos cofres públicos.	Servidores dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, que atuem em rotinas de acompanhamento do cumprimento das decisões administrativas dos TCE's que resultem em imputação de débito e aplicação de multa.	<ul style="list-style-type: none">- Participação de Tribunais de Contas de 17 Estados;- Elaboração da Carta de Palmas, contendo conjunto de ações a serem fomentadas pelo Instituto Rui Barbosa, juntamente com os Tribunais de Contas do país.
I Semana de Normas e Procedimentos de Controle Externo do TCE	<p>Realização de 29 oficinas com as temáticas relacionadas a seguir:</p> <p>Plano de contas aplicado ao setor público; Receita; Desenvolvimento sustentável; Suprimento de fundos; Prestação de contas/2011 via SICAP demonstrativos contábeis, gastos com pessoal, saúde, educação, FUNDEB; Demonstrativos fiscais - anexos de demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; O impacto da nova contabilidade pública nos regimes próprios de previdência social; Lei de responsabilidade fiscal; Procedimentos contábeis, patrimoniais e específicos; Procedimentos contábeis – teoria e orçamentários; Gerenciamento de contratos e convênios; Atribuições do controle interno; Planejamento nas aquisições de bens e serviços públicos.</p>	Servidores e/ou Gestores Públicos Estaduais e Municipais, que atuem em rotinas de Planejamento, Administração Orçamentária, Financeira e contratações no âmbito do Setor Público, profissionais da Administração Pública, servidores do TCE-TO, Pregoeiros, Estudantes Universitários de Administração, Contabilidade, Direito e Economia e demais interessados nas áreas.	<ul style="list-style-type: none">- Certificação de 1.170 servidores;- Aprimoramento dos instrumentos de Planejamento, Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial no âmbito da Administração Pública Estadual e Municipal e orientar quanto às normas de contabilidade pública, demonstrações contábeis e planos de contas.



Evento	Descrição do evento	Público alvo	Resultado
Painel "Transparência: Instrumentos Eficazes no Combate à Corrupção"	Primeira atividade desenvolvida pelo Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (FOCCO-TO) sediada pelo TCE-TO. Foram realizadas palestras e mesa redonda.	Órgãos públicos que desempenham atividades ligadas ao repasse, Controle e Fiscalização de Recursos Públicos.	Efetivação de uma Rede de Controle, que reúne 14 instituições: Tribunal de Contas do Tocantins, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas da União, Polícia Federal, Advocacia Geral da União, Procuradoria da República no Tocantins, Controladoria Geral no Estado, Controladoria Geral da União, Tribunal de Justiça, Delegacia da Receita Federal, Defensoria Pública do Estado, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.
II Fórum de Controle do Tribunal de Contas – Gestão Estadual	Orientar os servidores estaduais sobre os principais pontos de controle da Administração Pública, por meio da realização de palestra e oficinas.	Gestores e servidores da Administração Direta e Indireta.	- Participação de 820 Gestores Públicos Estaduais, nas oficinas e palestras.
III Fórum de Controle do Tribunal de Contas – Formação Técnica para Vereadores	Realização de Palestras e Oficinas abordando as seguintes temáticas: - História da Constituição Brasileira e Organização dos Poderes; - O Poder Legislativo e Processo Legislativo; - Atos Normativos e Técnica Legislativa; - Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública – SICAP; - Poder Legislativo e o Controle da Administração Pública.	Vereadores dos municípios jurisdicionados ao TCE-TO.	- Participação de 345 Vereadores, que representaram 72% dos municípios tocantinenses.

2.8 OUVIDORIA

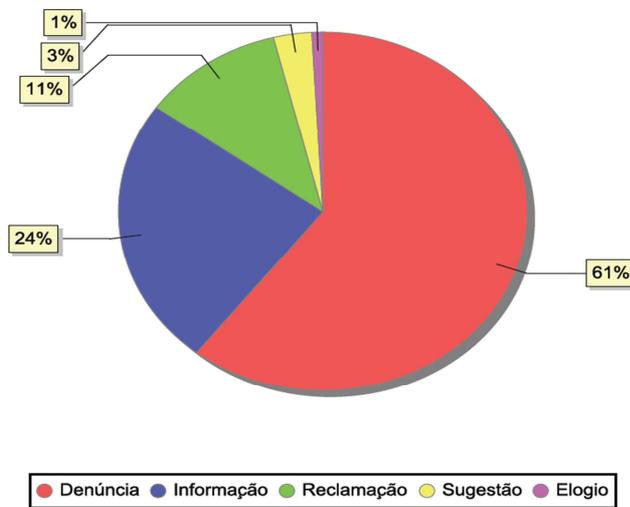
A missão da Ouvidoria é ser modelo de gestão e referência em celeridade nas respostas ao cidadão do Estado do Tocantins, com o objetivo de garantir o acesso do cidadão ao Tribunal de Contas, atuando principalmente no tratamento de denúncias, reclamações e solicitações de informações.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins vem buscando a cada dia fortalecer a participação da sociedade, implementando estratégias como forma de recepcionar e levar informação ao cidadão. Um processo essencial para o avanço da democracia participativa.

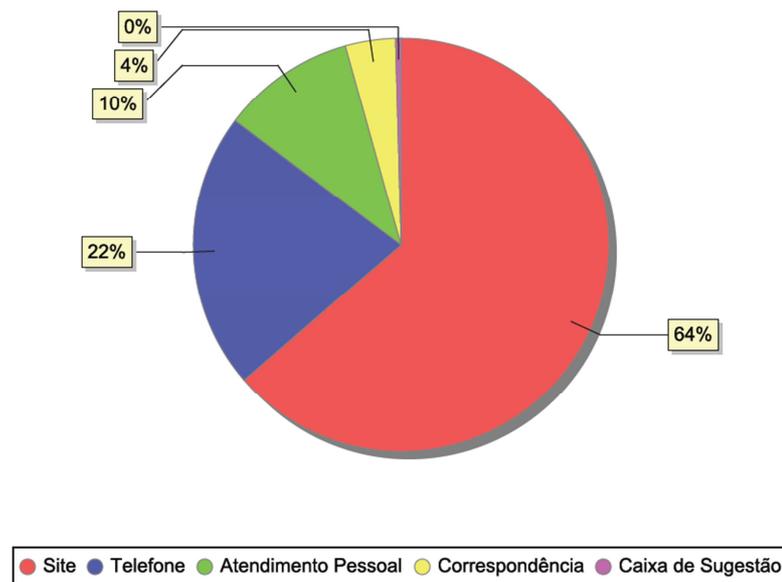
É de extrema importância para o TCE utilizar das informações como insumos para proposição de ações de melhorias de processos administrativos, condutas e serviços prestados.

No ano de 2011, foram recepcionadas 242 demandas da sociedade à Ouvidoria, sendo que 150 foram denúncias, 58 pedidos de informação, 225 reclamações, 7 sugestões e 2 elogios.

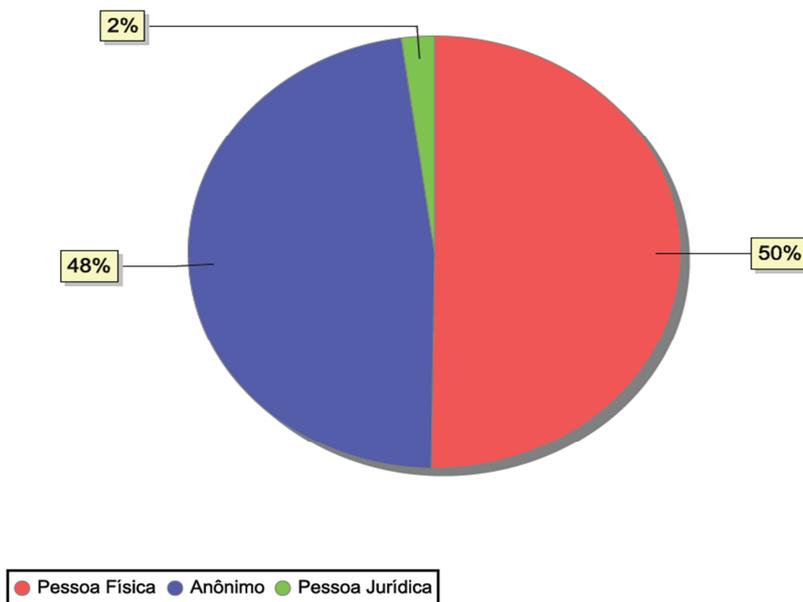
2.8.1 Natureza da demanda



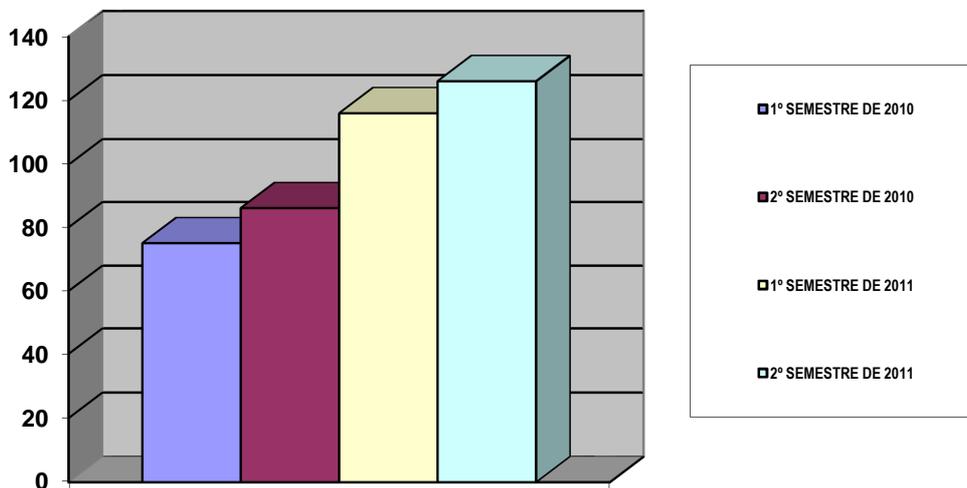
2.8.2 Formas de entrada



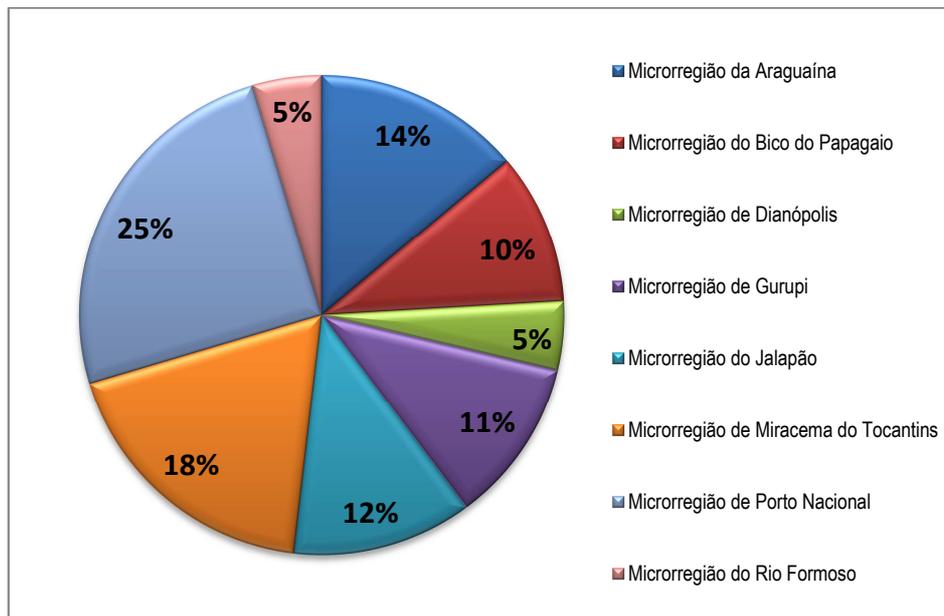
2.8.3 Tipos de manifestantes



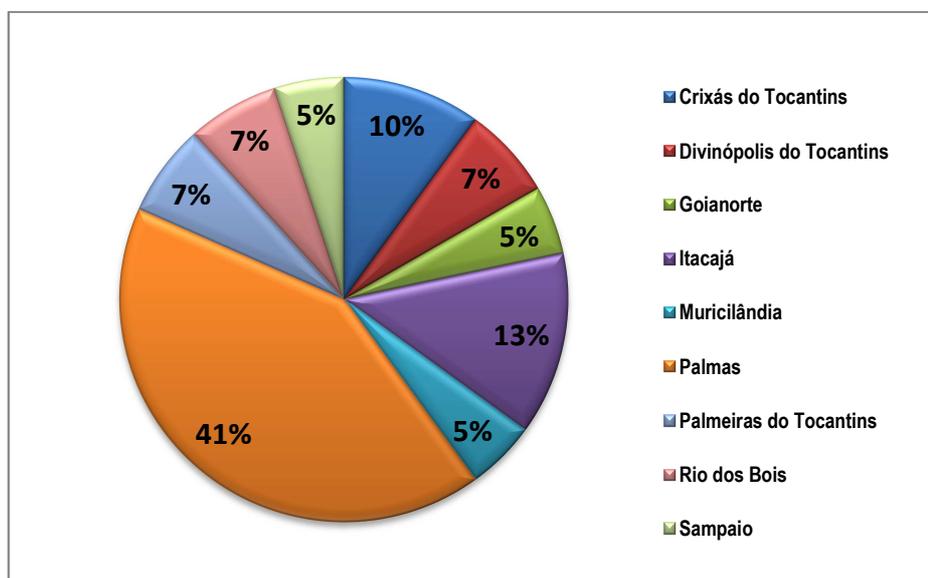
2.8.4 Resumo das demandas



2.8.5 Resumo das demandas por microrregião do Estado



2.8.6 Municípios com mais demandas no Estado

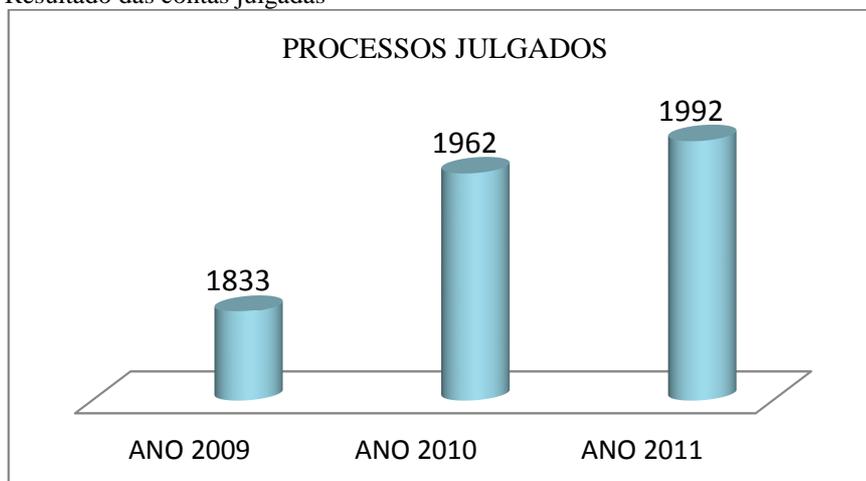


3. RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

3.1 PROCESSOS JULGADOS

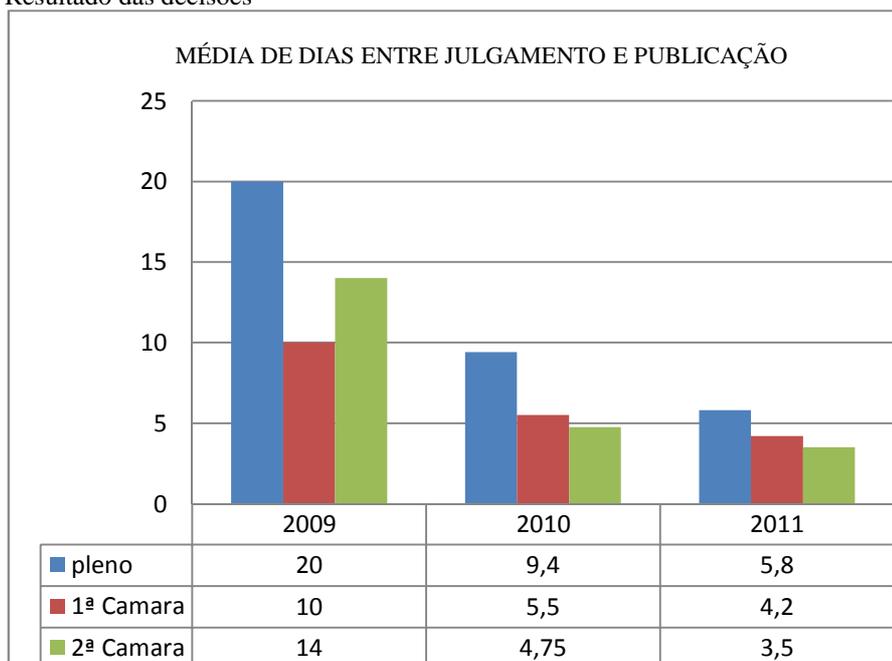
Nos últimos três anos este Tribunal vem melhorando seus processos de trabalho promovendo evolução nos resultados de impacto ao cidadão, evidenciados no julgamento das contas, na redução do prazo de publicação das decisões no Boletim Oficial do TCE-TO e nas auditorias realizadas.

Resultado das contas julgadas



Fonte: Secretaria do Pleno

Resultado das decisões



Fonte: Secretaria do Pleno



3.2 TCE EM NÚMEROS

Principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas por esta Corte de Contas:

Medidas cautelares adotadas	8
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	1
Condenação em débito*	R\$ 82.303.997,29
Aplicação de multas*	R\$ 8.772.657,94
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCE	150
Processos julgados conclusivamente	1.992
Acórdãos proferidos	660
Pareceres prévios emitidos	195
Resoluções	1.118
Certidões emitidas	232
Recursos julgados	125
Atos de pessoal registrados	22.287
Trabalhos de Auditoria realizados	448
Fiscalizações concluídas – Solicitadas pelo Poder Legislativo	1

*Processos julgados em 2011, porém não foram transitados em julgado estando sujeito a recursos.

Colegiado	Sessões	Acórdãos	Parecer Prévio
Pleno	38	104	6
1ª Câmara	33	310	97
2ª Câmara	38	246	92
Total	109	660	195

3.3 RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL

O Tribunal de Contas buscando melhorar os resultados para a sociedade vem firmando parceria com outros órgãos por meio de celebração de convênios e termos de cooperação, conforme demonstrado:

Objeto	Conveniada	Nº
Cooperação mútua na realização de programas de intercâmbio técnico-científico para a execução de projetos e atividades, através de cursos de formação, capacitação, bem como a promoção indireta de cursos de habilitação, especialização, pós-graduação e mestrado definidos através de Termos Aditivos Específicos, de acordo com o respectivo projeto e visando ao aprimoramento dos profissionais dos quadros técnicos dos partícipes.	Secretaria de Administração	253/2010
Capacitar os gestores dos recursos e a população nas práticas da informática para o efetivo exercício da cidadania.	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT	01200.001779/2009-33
Disponibilização mútua de tecnologia de informação entre os convenientes para a utilização exclusiva no desenvolvimento de suas atribuições constitucionais, como colaboração para o aperfeiçoamento do controle	Tribunal de Contas do Estado do Piauí	5697/2008



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Objeto	Conveniada	Nº
externo.		
Promover intercâmbio de dados e informações contábeis do Estado e dos Municípios da área de abrangência do TCE-TO através do SICAP. Realizar treinamento e desenvolvimento de recursos humanos em assuntos de interesse das instituições integrantes deste Convênio.	Secretaria do Tesouro Nacional	326/2009
Estabelecer forma de cooperação na organização e realização de uma série de ações visando a propagação da missão e do funcionamento do TCE-TO, através do Projeto “Agenda Cidadã, TCE de Portas Abertas”, que integram o presente instrumento, independentemente de transcrição por meio do Anexo-I do Termo.	Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins	1411/2010
Estabelecer cooperação técnica entre o TCU e o TCE-TO, para fiscalizar a aplicação de recursos nos órgãos e entidades estaduais e municipais do Estado do Tocantins.	Tribunal de Contas da União	3681/2009
Cooperação entre o TCE-TO e o TCE-MA, nas áreas técnicas e funcional das entidades aqui acordantes, com a finalidade de aprimorar e fortalecer os mecanismos com os quais operam o controle externo	Tribunal de Contas do Estado do Maranhão	6105/2009
Cooperação técnica entre o TCE-PR e TCE-TO, nas áreas técnicas e funcional das entidades aqui acordantes.	Tribunal de Contas do Paraná	3827/2009
Cooperação Técnica entre o TCE-BA e TCE-TO visando o intercâmbio de informação.	Tribunal de Contas da Bahia	9686/2008
Estabelecer formas de cooperação e disponibilização mútua de tecnologia de informação para a utilização exclusiva no desenvolvimento de suas atribuições constitucionais, entre o TCE-TO e o TCM/RJ.	Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro	5966/2010
Acordo de Cooperação Técnica Celebrado entre TCE-BA e TCE-TO, Com o intuito de aprimorar e Fortalecer os Mecanismos com os quais opera o Controle Externo	Tribunal de Contas da Bahia	7000/2010
Permitir o acesso, via internet, ao Programa de Gestão Documental do TJ/TO – Sistema Eletrônico de Informações – SEI, implantado por meio da Resolução nº 022/2011.	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	12727/2011
Cooperação entre os partícipes para a manutenção operacional da sede temporária do IRB junto ao TCE-TO no biênio 2011/2012.	Instituto Rui Barbosa - IRB	13237/2011
Termo de Convênio para Cessão de Profissional da Área de Contábil.	Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Tocantins - CREA-TO	11480/2011
Estabelecer forma de cooperação na veiculação dos programas de rádio Minuto TCE, que apresentam conteúdos de relevante interesse da comunidade.	Associação Brasileira de Comunicação	2391/2011
Estabelecer formas de Cooperação Técnica entre o TCE e o Ministério Público Estadual disponibilizando cooperação mútua de informações da base de dados encaminhadas por meio do Cadastro de Responsáveis das Unidades Gestoras – CARDUG, módulo componente do Sistema Integrado de Controle de Auditoria Pública – SICAPE.	Ministério Público do Estado do Tocantins	3502/2011
Intercâmbio do conhecimento técnico específico necessário e suficiente a possibilitar aos partícipes a experiência avançada no exercício das atribuições institucionais da competência de cada um.	Poder Executivo José Wilson Siqueira Campos	9640/2011
Estabelecer formas de Cooperação Técnica entre o TCE e o Tribunal de Contas da União disponibilizando cooperação mútua de informações de base de dados encaminhadas por meio do SICAP, ferramenta e patrimonial da administração direta e indireta dos municípios do Estado do Tocantins.	Tribunal de Contas da União	782/2011
Intercâmbio do conhecimento técnico específico necessário e suficiente a possibilitar aos partícipes a experiência avançada no exercício das atribuições institucionais da competência de cada um.	Poder Executivo José Wilson Siqueira Campos	9604/2011



Objeto	Conveniado	Nº
Realização de curso de reciclagem e aperfeiçoamento profissional na modalidade Telepresencial.	Unidade Praetorium de Palmas/TO	8357/2011
Inscrição em dívida ativa dos créditos públicos decorrentes das decisões condenatórias do TCE-TO.	SEFAZ Secretária da Fazenda do Estado do Tocantins	5032/2011
Estabelece forma de cooperação entre o TCE e a UNITINS/TO Nº 02/2011. O.B 454/2011 de 25/03/2011.	UNITINS	1606/2011
Cooperação técnica, científica e cultural entre o TCE-TO, por meio do Instituto de Contas 5 de outubro e o TCM/PA.	Tribunal de Contas do Pará	4074/2009
Parceria para desenvolvimento de atividades educacionais de aperfeiçoamento de Estudos de Idiomas Estrangeiros, nas línguas inglesa e espanhola, destinado a atender os servidores do TCE.	Fundação Universidade do Tocantins UNITINS	7362/2011
Estabelece forma de cooperação entre o TCE e a Sec. Ed. e Cultura/TO Nº 01/2011. O.B 454/2011 de 25/03/2011.	Secretária da Educação e Cultura do Estado do TO	1607/2011
Tem por objeto a cessão, pelo IRB, de licença permanente de uso do software de gestão de projeto CHANNEL, da empresa Jexperts, baseado na metodologia Balancede Scorecard – BSC – e PMBOK, para número limitado de usuários, incluindo os serviços de instalação, configuração e capacitação técnica presencial básica, nos termos definidos no Contrato nº 02/2011, para integrante do presente Termo.	IRB	4294/2011

Fonte: Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios

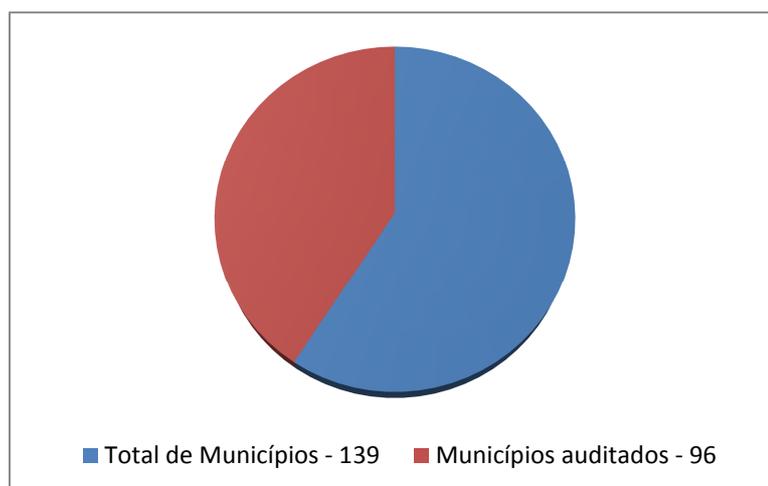
4. GESTÃO DO CONTROLE EXTERNO

O controle externo, desenvolvido através da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos Municípios e de suas entidades das administrações direta e indireta, é exercido pela Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais, conforme preceitua o art. 32 da Constituição Estadual. O parágrafo primeiro do mesmo artigo determina que o controle externo seja exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

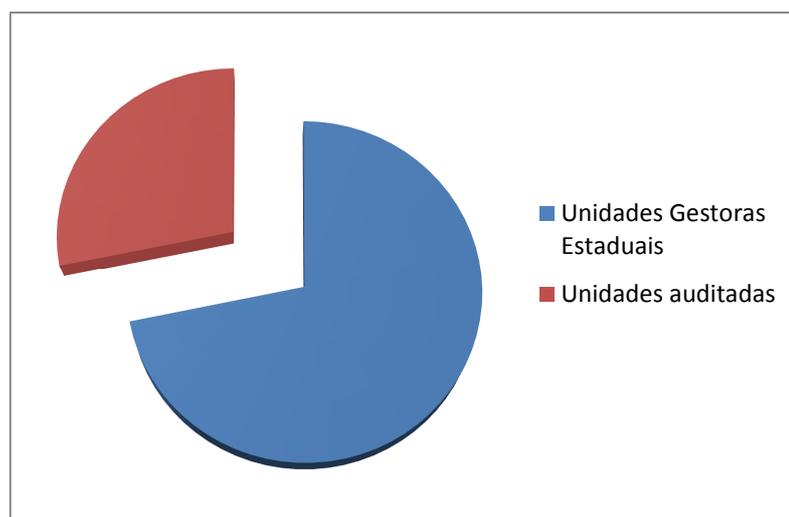
Para o cumprimento da missão do TCE-TO, a Lei nº 1.860, de 6 de dezembro de 2008, Plano Plurianual 2008-2011, contempla o programa “Controle Externo” articulando um conjunto de ações, as quais apresentam os resultados alcançados em 2011.

4.1 FISCALIZAÇÕES DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Durante o exercício de 2011 realizou-se auditoria em 96 municípios, o que equivale a 69,06% dos municípios do Estado.



No âmbito estadual, 35 unidades gestoras foram fiscalizadas, equivalendo a 39,33 % do total das unidades gestoras estaduais.



De todas as fiscalizações realizadas, 01 (uma) foi solicitada pela Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, cuja solicitação foi atendida pela Resolução nº 72/2011, que determinou a realização de Auditoria Especial na Assembleia no período de 01/01/2009 a 31/01/2011, autuada como Processo nº 1231/2011.

Auditorias municipais

Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria
3189/2011	Prefeitura de Xambioá	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	03/04 a 20/04/2011
3188/2011	Câmara Xambioá			
3187/2011	Prefeitura de Angico			
3185/2011	Câmara de Angico			



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria
3186/2011	Prefeitura de São Miguel do Tocantins	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	03/04 a 20/04/2011
3184/2011	Câmara de São Miguel do Tocantins			
3183/2011	Prefeitura Sampaio			
3182/2011	Câmara de Sampaio			
4687/2011	Prefeitura de Aragominas	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	24/04 a 25/05/2011
4688/2011	Prefeitura de Aragominas		janeiro a março de 2011	
4686/2011	Câmara de Aragominas		janeiro a dezembro de 2010	
4685/2011	Câmara de Aragominas		janeiro a março de 2011	
4683/2011	Prefeitura de Muricilândia		janeiro a dezembro de 2010	
4684/2011	Prefeitura de Muricilândia		janeiro a março de 2011	
4682/2011	Câmara de Muricilândia		janeiro a dezembro de 2010	
4681/2011	Câmara de Muricilândia		janeiro a março de 2011	
4679/2011	Prefeitura de Santa Fé do Araguaia		janeiro a dezembro de 2010	
4680/2011	Prefeitura de Santa Fé do Araguaia		janeiro a março de 2011	
4678/2011	Câmara de Santa Fé do Araguaia		janeiro a dezembro de 2010	
4677/2011	Câmara de Santa Fé do Araguaia		janeiro a março de 2011	
4689/2011	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Fé do Araguaia		janeiro a dezembro de 2010	
4676/2011	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Fé do Araguaia		janeiro a março de 2011	
4700/2011	Prefeitura de Babaçulândia		Regularidade	
4699/2011	Prefeitura de Babaçulândia	janeiro a março de 2011		
4697/2011	Câmara de Babaçulândia	janeiro a dezembro de 2010		
4698/2011	Câmara de Babaçulândia	janeiro a março de 2011		
4696/2011	Prefeitura de Filadélfia	janeiro a dezembro de 2010		
4695/2011	Prefeitura de Filadélfia	janeiro a março de 2011		
4694/2011	Câmara de Filadélfia	janeiro a dezembro de 2010		
4675/2011	Câmara de Filadélfia	janeiro a março de 2011		
4690/2011	Prefeitura de Barra do Ouro	janeiro a dezembro de 2010		
4691/2011	Prefeitura de Barra do Ouro	janeiro a março de 2011		
4693/2011	Câmara de Barra do Ouro	janeiro a dezembro de 2010		
4692/2011	Câmara de Barra do Ouro	janeiro a março de 2011		
6694/2011	Prefeitura de Barrolândia	Regularidade		janeiro a dezembro de 2010
6692/2011	Câmara de Barrolândia			
6695/2011	Prefeitura Chapada de Areia			
6693/2011	Câmara Chapada de Areia			
5917/2011	Prefeitura de Aparecida do Rio Negro	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	25/04 a 13/05/2011
5916/2011	Câmara de Aparecida do Rio Negro			



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria		
5919/2011	Prefeitura de Santa Tereza do Tocantins					
5920/2011	Câmara de Santa Tereza do Tocantins					
5371/2011	Prefeitura de Ponte Alta do Bom Jesus	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	24/04 a 31/05/2011		
5370/2011	Prefeitura de Ponte Alta do Bom Jesus		janeiro a fevereiro de 2011			
5369/2011	Câmara de Ponte Alta do Bom Jesus		janeiro a dezembro de 2010			
5368/2011	Câmara de Ponte Alta do Bom Jesus		janeiro a fevereiro de 2011			
5366/2011	Prefeitura de Novo Jardim		janeiro a dezembro de 2010			
5365/2011	Prefeitura de Novo Jardim		janeiro a fevereiro de 2011			
5364/2011	Câmara de Novo Jardim		janeiro a dezembro de 2010			
5363/2011	Câmara de Novo Jardim		janeiro a fevereiro de 2011			
5362/2011	Prefeitura de Porto Alegre do Tocantins		janeiro a dezembro de 2010			
5361/2011	Prefeitura de Porto Alegre do Tocantins		janeiro a fevereiro de 2011			
5360/2011	Câmara de Porto Alegre do Tocantins		janeiro a dezembro de 2010			
5359/2011	Câmara de Porto Alegre do Tocantins		janeiro a fevereiro de 2011			
5358/2011	Fundo Municipal de Saúde Porto Alegre do Tocantins		janeiro a dezembro de 2010			
	Fundo Municipal de Saúde Porto Alegre do Tocantins		janeiro a fevereiro de 2011			
5419/2011	Prefeitura de Mateiros		Regularidade		janeiro a dezembro de 2010	24/04 a 31/05/2011
5420/2011	Prefeitura de Mateiros				janeiro a fevereiro de 2011	
5422/2011	Câmara de Mateiros	janeiro a dezembro de 2010				
5421/2011	Câmara de Mateiros	janeiro a fevereiro de 2011				
5423/2011	Prefeitura de Ponte Alta do Tocantins	janeiro a dezembro de 2010				
5424/2011	Prefeitura de Ponte Alta do Tocantins	janeiro a fevereiro de 2011				
5425/2011	Câmara de Ponte Alta do Tocantins	janeiro a dezembro de 2010				
5426/2011	Câmara de Ponte Alta do Tocantins	janeiro a fevereiro de 2011				
5427/2011	Prefeitura de Pindorama do Tocantins	novembro a dezembro de 2010				
5428/2011	Prefeitura de Pindorama do Tocantins	janeiro a fevereiro de 2011				
5430/2011	Câmara de Pindorama do Tocantins	novembro a dezembro de 2010				
5429/2011	Câmara de Pindorama do Tocantins	janeiro a fevereiro de 2011				



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria
5602/2011	Fundo Municipal de Saúde de Pindorama do Tocantins		janeiro a dezembro de 2010	
	Fundo Municipal de Saúde de Pindorama do Tocantins		janeiro a fevereiro de 2011	
5702/2011	Prefeitura de São Valério da Natividade	Regularidade	janeiro a abril de 2011	01/05 a 21/05/2011
5700/2011	Câmara de São Valério da Natividade			
5701/0211	Fundo Municipal de Saúde de São Valério da Natividade			
5696/2011	Prefeitura de Peixe			
5697/2011	Fundo de Saúde de Peixe			
5698/2011	Câmara de Peixe			
5694/2011	Prefeitura de Sucupira			
5699/2011	Fundo Municipal de Saúde de Sucupira			
5695/2011	Câmara de Sucupira			
6476/2011	Prefeitura de São Salvador do Tocantins			
6477/2011	Câmara de São Salvador do Tocantins			
6478/2011	Fundo Municipal de Saúde de São Salvador do Tocantins			
6479/2011	Prefeitura de Talismã			
6480/2011	Câmara de Talismã			
6481/2011	Fundo Municipal de Saúde de Talismã			
6482/2011	Prefeitura de Alvorada			
6483/2011	Câmara de Alvorada			
6484/2011	Fundo Municipal de Saúde de Alvorada			
5895/2011	Prefeitura de Lizarda	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	08/05 a 11/06/2011
5896/2011	Prefeitura de Lizarda		janeiro a abril de 2011	
5897/2011	Câmara de Lizarda		janeiro a dezembro de 2010	
5898/2011	Câmara de Lizarda		janeiro a abril de 2011	
5887/2011	Prefeitura de Rio do Sono		janeiro a 11 de novembro de 2010	
5888/2011	Prefeitura de Rio do Sono		12 de novembro a dezembro de 2010	
5889/2011	Prefeitura de Rio do Sono		janeiro a abril de 2011	
5890/2011	Câmara de Rio do Sono		janeiro a dezembro de 2010	
5891/2011	Câmara de Rio do Sono		janeiro a abril de 2011	
5892/2011	Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sono		janeiro a 11 de novembro de 2010	
5893/2011	Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sono		12 de novembro a dezembro de 2010	
5894/2011	Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sono		janeiro a abril de 2011	
5915/2011	Prefeitura de Santa Maria do Tocantins		janeiro a dezembro de 2010	



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria
5918/2011	Prefeitura de Santa Maria do Tocantins		janeiro a abril de 2011	
5899/2011	Câmara de Santa Maria do Tocantins		janeiro a dezembro de 2010	
5900/2011	Câmara de Santa Maria do Tocantins		janeiro a abril de 2011	
5901/2011	Prefeitura de Goianorte	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	09/05 a 10/06/2011
5902/2011	Prefeitura de Goianorte		janeiro a abril de 2011	
5903/2011	Câmara de Goianorte		janeiro a dezembro de 2010	
5904/2011	Câmara de Goianorte		janeiro a abril de 2011	
5905/2011	Prefeitura de Colméia		janeiro a dezembro de 2010	
5906/2011	Prefeitura de Colméia		janeiro a abril de 2011	
5907/2011	Câmara de Colméia		janeiro a dezembro de 2010	
5908/2011	Câmara de Colméia		janeiro a abril de 2011	
5909/2011	Fundo Municipal de Saúde de Colméia		janeiro a dezembro de 2010	
5910/2011	Fundo Municipal de Saúde de Colméia		janeiro a abril de 2011	
5911/2011	Prefeitura de Fortaleza do Tabocão		janeiro a dezembro de 2010	
5912/2011	Prefeitura de Fortaleza do Tabocão		janeiro a abril de 2011	
5913/2011	Câmara de Fortaleza do Tabocão		janeiro a dezembro de 2010	
5914/2011	Câmara de Fortaleza do Tabocão		janeiro a abril de 2011	
5603/2011	Prefeitura de Wanderlândia		Regularidade	
5604/2011	Câmara de Wanderlândia	janeiro a fevereiro de 2010		
5605/2011	Câmara de Wanderlândia	março a dezembro de 2010		
5606/2011	Prefeitura de Carrasco Bonito	janeiro a dezembro de 2010		
5607/2011	Câmara de Carrasco Bonito			
5613/2011	Prefeitura de Araguatins	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	15/05 a 08/06/2011
5612/2011	Câmara de Araguatins			
5610/2011	Fundo de Previdência de Araguatins			
5611/2011	Serv. Municipal de Saneamento de Araguatins			
5609/2011	Prefeitura de Palmeiras do Tocantins			
5608/2011	Câmara de Palmeiras do Tocantins			
6473/2011	Prefeitura de Gurupi	Regularidade	janeiro a maio de 2011	29/05 a 18/06/2011
6475/2011	Fundo Municipal de Saúde de Gurupi			
6474/2011	Fundação Universidade Regional de Gurupi			



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria		
8185/2011	Prefeitura de Sítio Novo	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	19/06 a 06/07/2011		
8186/2011	Câmara de Sítio Novo					
8187/2011	Prefeitura de Aguiarnópolis					
8184/2011	Câmara de Aguiarnópolis					
9430/2011	Prefeitura de Itaguatins	Regularidade	janeiro a junho de 2011	21/08 a 07/09/2011		
9431/2011	Câmara de Itaguatins					
9428/2011	Prefeitura de Augustinópolis					
9429/2011	Câmara de Augustinópolis					
10330/2011	Prefeitura de Axixá do Tocantins	Regularidade	janeiro a julho de 2011	11/09 a 28/09/2011		
10332/2011	Fundo Municipal de Saúde de Axixá do Tocantins					
10331/2011	Câmara de Axixá do Tocantins					
10328/2011	Prefeitura de São Bento do Tocantins					
10329/2011	Câmara de São Bento do Tocantins					
10810/2011	Prefeitura Municipal de Araguacema	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	19/09 a 08/10/2011		
10811/2011			janeiro a agosto de 2011			
10814/2011	Câmara Municipal de Araguacema		janeiro a dezembro de 2010			
10815/2011			janeiro a agosto de 2011			
10812/2011	Fundo Municipal de Saúde		janeiro a dezembro de 2010			
10813/2011	Prefeitura Municipal de Caseara		janeiro a agosto de 2011			
10819/2011			janeiro a dezembro de 2010			
10816/2011	Câmara Municipal de Caseara		janeiro a dezembro de 2010			
10817/2011			janeiro a agosto de 2011			
10818/2011	Fundo Municipal de Caseara		janeiro a dezembro de 2010			
10552/2011	Prefeitura Municipal de Guaraí		Regularidade		janeiro a dezembro de 2010	19/09 a 08/10/2011
10553/2011					janeiro a agosto de 2011	
10557/2011	Câmara Municipal de Guaraí				janeiro a dezembro de 2010	
10558/2011					janeiro a agosto de 2011	
10554/2011	Fundação de Desenvolvimento Educacional de Guaraí	janeiro a dezembro de 2010				
10555/2011		janeiro a dezembro de 2010				
10556/2011	Fundo Municipal de Saúde de Guaraí	janeiro a agosto de 2011				
8309/2011	Prefeitura de Araganã	Regularidade		janeiro a dezembro de 2010	29/05 a 18/06/2011	
8310/2011				janeiro abril de 2011		
8311/2011	Câmara de Araganã			janeiro a dezembro de 2010		
8312/2011			dezembro de 2010			
8314/2011			março a abril de 2011			
8313/2011			janeiro a fevereiro de 2011			
8315/2011	Prefeitura de Carmolândia		janeiro a dezembro de 2010			
8316/2011			janeiro a abril de 2011			



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria
8318/2011	Câmara de Carmolândia		janeiro a dezembro de 2010	
8317/2011			janeiro a abril de 2011	
8319/2011	Prefeitura de Pequizeiro		janeiro a dezembro de 2010	
8320/2011			janeiro a maio de 2011	
8321/2011	Câmara de Pequizeiro	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	19/06 a 07/07/2011
8322/2011			janeiro a maio de 2011	
8323/2011	Prefeitura de Presidente Kennedy		janeiro a dezembro de 2010	
8324/2011			janeiro a maio de 2011	
8325/2011	Câmara de Presidente Kennedy		janeiro a dezembro de 2010	
8326/2011			janeiro a maio de 2011	
10544/2011	Prefeitura de Ipueiras		junho a dezembro de 2010	
10545/2011			janeiro a junho de 2011	
10546/2011	Câmara de Ipueiras	Regularidade	junho a dezembro de 2010	29/08 a 24/09/2011
10547/2011			janeiro a junho de 2011	
10395/2011	Prefeitura de Brejinho de Nazaré		junho a dezembro de 2010	
10396/2011			janeiro a junho de 2011	
10397/2011	Câmara de Brejinho de Nazaré		junho a dezembro de 2010	
10398/2011				
11117/2011	Fundo Municipal de Saúde de Brejinho de Nazaré		janeiro a junho de 2011	
10318/2011	Prefeitura de Lagoa do Tocantins		agosto a dezembro de 2010	
10319/2011			janeiro a junho de 2011	
10320/2011	Câmara de Lagoa do Tocantins	Regularidade	agosto a dezembro de 2010	29/08 a 24/09/2011
10321/2011				
10322/2011	Fundo Municipal do Tocantins de Lagoa do Tocantins		janeiro a junho de 2011	
10323/2011	Prefeitura de Monte do Carmo		novembro a dezembro de 2010	
10324/2011			janeiro a junho de 2011	
10325/2011	Câmara de Monte do Carmo		novembro a dezembro de 2010	
10326/2011				
10327/2011	Fundo Municipal de Saúde de Monte do Carmo		janeiro a junho de 2011	
9048/2011	Prefeitura de Dueré	Regularidade	janeiro a julho de 2011	14/08 a 27/08/2011
9045/2011	Câmara de Dueré			
9049/2011	Prefeitura de Santa Rita do Tocantins			
9047/2011	Câmara de Santa Rita do Tocantins			
9046/2011	Fundo Municipal de Saúde de Santa Rita do Tocantins			
9891/2011	Prefeitura de Cariri do TO	Regularidade	janeiro a julho de 2011	21/08 a



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria
9892/2011	Câmara de Cariri do TO			03/09/2011
9893/2011	Fundo Municipal de Saúde de Cariri do TO			
9890/2011	Câmara de Gurupi			
9888/2011	Agência Gurupiense de Desenvolvimento			
9889/2011	Instituto de Previdência dos Servidores de Gurupi			
9554/2011	Prefeitura de Aliança do Tocantins	Regularidade	janeiro a julho de 2011	21/08 a 03/09/2011
9553/2011	Câmara de Aliança do Tocantins			
9552/2011	Fundo Municipal de Saúde de Aliança do Tocantins			
9550/2011	Prefeitura de Oliveira de Fátima			
9551/2011	Câmara de Oliveira de Fátima			
9555/2011	Fundo Municipal de Saúde de Oliveira de Fátima			
10994/2011	Secretaria Municipal da Educação de Palmas	Regularidade	Exercício de 2010	12/09 a 30/09/2011
10993/2011			janeiro a junho de 2011	
11000/2011	Prefeitura de Lajeado	Regularidade	julho a dezembro de 2010	13/09 a 23/09/2011
11017/2011			janeiro a junho de 2011	
10998/2011	Câmara Municipal de Lajeado		julho a dezembro de 2010	
10997/2011			janeiro a junho de 2011	
10996/2011	Fundo Municipal de Saúde de Lajeado		julho a dezembro de 2010	
10995/2011			janeiro a junho de 2011	
10820/2011	Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Tocantins	Regularidade	janeiro a agosto de 2011	25/09 a 08/10/2011
10821/2011	Câmara Municipal de Santa Terezinha do Tocantins			
10822/2011	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Tocantins			
10823/2011	Câmara Municipal de São Sebastião do Tocantins			
13050/2011	Prefeitura de Xambioá	Regularidade	janeiro a setembro de 2011	16/11 a 07/12/2011
13049/2011	Câmara de Xambioá			
13045/2011	Fundo Municipal de Saúde de Xambioá			
13048/2011	Fundo Municipal de Saúde de Praia Norte			
13047/2011	Prefeitura de Praia Norte			
13046/2011	Câmara de Praia Norte			
12220/2011	Prefeitura Municipal de Tupiratins	Regularidade	janeiro a setembro de 2011	24/10 a 11/11/2011
12219/2011			Exercício de 2010	
12222/2011	Câmara Municipal de Tupiratins		janeiro a setembro de 2011	
12223/2011			Exercício de 2010	
12221/2011	Fundo Municipal de Saúde de Tupiratins		Exercício de 2010	
12228/2011	Prefeitura Municipal de Itapiratins		janeiro a setembro de 2011	
12229/2011			Exercício de 2010	
12227/2011	Câmara Municipal de Itapiratins		janeiro a setembro de 2011	
12226/2011			Exercício de 2010	
12224/2011 e 12225/2011	Fundo Municipal de Saúde de Itapiratins		junho a dezembro de 2010	



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria			
12555/2011	Prefeitura Municipal de Novo Acordo	Regularidade	janeiro a setembro de 2011	07/11 a 26/11/2011			
12551/2011			Exercício de 2010				
12554/2011	Câmara Municipal de Novo Acordo		janeiro a setembro de 2011				
12553/2011			Exercício de 2010				
12552/2011	Fundo Municipal de Saúde de Novo Acordo		janeiro a setembro de 2011				
12560/2011	Prefeitura Municipal de Tocantínia		Exercício de 2010				
12561/2011			janeiro a setembro de 2011				
12558/2011	Câmara Municipal de Tocantínia		Exercício de 2010				
12559/2011			janeiro a setembro de 2011				
12557/2011	Fundo Municipal de Saúde de Tocantínia		Exercício de 2010				
12556/2011			janeiro a outubro de 2011				
13042/2011	Prefeitura de Divinópolis do Tocantins		Regularidade		Exercício de 2010	28/11 a 10/12/2011	
13044/2011					janeiro a outubro de 2011		
13041/2011					Câmara Municipal de Divinópolis do Tocantins		janeiro a outubro de 2011
13040/2011					Fundo Municipal de Saúde de Divinópolis do Tocantins		Exercício de 2010
9882/2011	Prefeitura de Colinas do Tocantins		Regularidade		janeiro a junho de 2011	11/09 a 01/10/2011	
9879/2011		Exercício de 2010					
9952/2011	Câmara de Colinas do Tocantins	janeiro a junho de 2011					
9953/2011		Exercício de 2010					
9954/2011	Fundo Municipal de Saúde de Colinas do Tocantins	janeiro a junho de 2011					
9955/2011		Exercício de 2010					
12093/2011	Prefeitura Municipal de Campos Lindos	Regularidade		Exercício de 2010	25/09 a 27/10/2011		
12094/2011				janeiro a agosto de 2011			
12095/2011	Câmara Municipal de Campos Lindos		Exercício de 2010				
12096/2011			janeiro a agosto de 2011				
12097/2011	Fundo Municipal de Saúde de Campos Lindos	Exercício de 2010					
11901/2011	Prefeitura Municipal de Araguaína	Regularidade	janeiro a agosto de 2011	16/10 a 05/11/2011			
11902/2011			Exercício de 2010				
11900/2011	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Araguaína		janeiro a agosto de 2011				
11905/2011			Exercício de 2010				
11903/2011	Fundo Municipal de Saúde Araguaína		janeiro a agosto de 2011				
11904/2011			Exercício de 2010				
13037/2011	Prefeitura de Pau D'Arco		Regularidade		janeiro a agosto de 2011	13/11 a 03/12/2011	
13038/2011					Exercício de 2010		
13036/2011	Câmara de Pau D'Arco				janeiro a agosto de 2011		
13035/2011					Exercício de 2010		
13034/2011	Fundo Municipal de Saúde de Pau D'Arco	janeiro a agosto de 2011					
13032/2011	Prefeitura de Bernardo Sayão	Exercício de 2010					
13033/2011		janeiro a agosto de 2011					
13030/2011	Câmara de Bernardo Sayão	Exercício de 2010					
13031/2011		janeiro a agosto de 2011					
13029/2011	Fundo Municipal de Saúde de Bernardo Sayão	Exercício de 2010					
13028/2011		janeiro a agosto de 2011					



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria
10900/2011	Prefeitura Municipal de Lavandeira	Regularidade	26 de maio a 31 de agosto de 2011	02/10 a 12/10/2011
10902/2011			setembro a dezembro de 2010	
10901/2011			janeiro a 25 de maio de 2011	
10899/2011	Câmara Municipal de Lavandeira		setembro a dezembro de 2010	
10898/2011			janeiro a agosto de 2011	
10990/2011	Prefeitura Municipal de Natividade	Regularidade	novembro a dezembro de 2010	02/10 a 12/10/2011
10989/2011			janeiro a agosto de 2011	
10988/2011	Câmara Municipal de Natividade		novembro a dezembro de 2010	
10987/2011			janeiro a agosto de 2011	
10986/2011	Fundo Municipal de Saúde de Natividade			
12843/2011	Prefeitura Municipal de Porto Nacional	Regularidade	janeiro a outubro de 2011	07/11 a 26/11/2011
12842/2011			junho a dezembro de 2010	
12845/2011	Câmara Municipal de Porto Nacional		janeiro a outubro de 2011	
12844/2011			junho a dezembro de 2010	
12846/2011	Fundo Municipal de Saúde de Porto Nacional		janeiro a outubro de 2011	
12848/2011	Prefeitura de Aurora do Tocantins	Regularidade	janeiro a maio de 2011	27/11 a 15/12/2011
12849/2011			junho a outubro de 2011	
12847/2011			outubro a dezembro de 2010	
12851/2011	Câmara Municipal de Aurora do Tocantins		janeiro a outubro de 2011	
12850/2011			outubro a dezembro de 2010	
12853/2011	Prefeitura de Combinado		janeiro a outubro de 2011	
12852/2011			outubro a dezembro de 2010	
12855/2011	Câmara Municipal de Combinado		janeiro a outubro de 2011	
12854/2011			outubro a dezembro de 2010	
12838/2011	Prefeitura de Almas	Regularidade	janeiro a outubro de 2011	27/11 a 08/12/2011
12837/2011			outubro a dezembro de 2010	
12839/2011	Câmara Municipal de Almas		outubro a dezembro de 2010	
12841/2011			março a outubro de 2011	
12840/2011			janeiro a março de 2011	
10580/2011	Prefeitura Municipal de Jaú do Tocantins	Regularidade	janeiro a agosto de 2011	25/09 a 08/10/2011
10581/2011	Câmara Municipal de Jaú do Tocantins			
10579/2011	Fundo Municipal de Saúde de Jaú do Tocantins			
10578/2011	Prefeitura Municipal de Nova Rosalândia			
10577/2011	Câmara Municipal de Nova Rosalândia			



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria			
10576/2011	Fundo Municipal de Saúde de Nova Rosalândia						
11402/2011	Prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia	Regularidade	janeiro a setembro de 2011	16/10 a 28/10/2011			
11403/2011	Câmara Municipal de Formoso do Araguaia						
11406/2011	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Formoso do Araguaia						
11405/2011	Fundo Municipal de Saúde de Formoso do Araguaia						
11404/2011	Fundação Cultural, Esportiva, Educacional e Ambiental de Formoso do Araguaia						
11934/2011	Prefeitura Municipal de Figueirópolis	Regularidade	janeiro a setembro de 2011	23/10 a 09/11/2011			
11932/2011	Câmara Municipal de Figueirópolis						
11933/2011	Fundo Municipal de Figueirópolis						
11939/2011	Prefeitura Municipal de Pium						
11938/2011	Câmara Municipal de Pium						
11936/2011	Fundo Municipal de Saúde de Pium						
11937/2011	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Pium						
11935/2011	Fundação de Desenvolvimento Sustentável do Cantão						
12109/2011	Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão				Regularidade	janeiro a setembro de 2011	23/10 a 05/11/2011
12115/2011	Câmara Municipal de Lagoa da Confusão						
12116/2011	Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão						
12117/2011	Fundo municipal de Assistência Social de Lagoa da Confusão						
12118/2011	Prefeitura Municipal de Cristalândia						
12119/2011	Câmara Municipal de Cristalândia						
12120/2011	Fundo Municipal de Saúde de Cristalândia	Regularidade	janeiro a outubro de 2011	15/11 a 02/12/2011			
12829/2011	Prefeitura de Sandolândia						
12830/2011	Câmara de Sandolândia						
12831/2011	Fundo Municipal de Sandolândia						
12832/2011	Prefeitura de Fátima						
12833/2011	Câmara de Fátima	Regularidade	janeiro a outubro de 2011	20/11 a 02/12/2011			
12835/2011	Fundo Municipal de Fátima						
12873/2011	Prefeitura de Araguaçu						
12874/2011	Câmara de Araguaçu						
12875/2011	Fundo Municipal de Araguaçu				Regularidade	janeiro a novembro de 2011	04/12 a 17/12/2011
12876/2011	Prefeitura de Crixás do Tocantins						
12877/2011	Câmara de Crixás do Tocantins						
12878/2011	Fundo Municipal de Crixás do Tocantins						
12821/2011	Prefeitura de Paranã	Regularidade	janeiro a novembro de 2011	04/12 a 17/12/2011			
12824/2011	Câmara Municipal de Paranã						
12825/2011	Fundo Municipal de Saúde Paranã						
12826/2011	Prefeitura de Palmeirópolis						
12827/2011	Câmara Municipal de Palmeirópolis						
12828/2011	Fundo Municipal de Saúde de Palmeirópolis						



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria
12468/2011	Sec. Mun. de Educação, Cultura, Juventude e Esporte de Paraíso do Tocantins	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	16/11 a 30/11/2011
12467/2011	Sec. Mun. de Infra-Estrutura e Serviços Públicos de Paraíso do Tocantins			
12469/2011	Sec. Mun. de Saúde de Paraíso do Tocantins			
12466/2011	Câmara Mun. de Paraíso do Tocantins			
13118/2011	Fundo Municipal da Prefeitura de Palmas	Regularidade	Exercício de 2010	21/11 a 02/12/2011
12856/2011	Prefeitura de Miracema do Tocantins	Regularidade	setembro a dezembro de 2010	05/12 a 14/12/2011
12857/2011	Câmara Municipal de Miracema do Tocantins			

Auditoria Municipal - Atos de Pessoal

Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria
11566/11	Prefeitura Municipal de Porto Nacional	Auditoria de Pessoal		12/09 a 23/09/2011
13023/2011	Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins	Regularidade nos atos de pessoal	outubro a dezembro de 2010	28/11 a 09/12/2011

Inspecões Municipais

Nº Processo	Entidade	Objeto da Inspecão	Prazo da Inspecão
9961/2010	Prefeitura de Rio Sono	Inspecão para verificar os fatos apontados no Expediente nº 9757/2010	03 a 09/04/11
741/2011	Prefeitura de Araguaína	Inspecões nos Atos de Pessoal, conforme determina as Resoluções nº 011/2011 e 992/2010	29/05 a 11/06/11
8452/2008	Prefeitura de São Bento do Tocantins		
3563/2011	Fundação Universidade Regional de Gurupi	Inspecão em atendimento a Resolução nº 356/2011	29/05 a 18/06/11
4708/2008	Prefeitura de Tocantinópolis	Inspecão na obra de construção de galpão industrial, em atendimento a Resolução nº 0344/2011	08 a 10/06/11
6253/2011	Prefeitura de Aparecida do Rio Negro	Inspecão em atendimento a Resolução nº 196/2011	25/04 a 13/05/11
10738/2011	Santa Rita do Tocantins	Inspecão conforme Resolução nº 0780/2011	03/10 a 07/10/2011
10394/2011	Prefeitura de Monte do Carmo	Inspecão conforme determina a Resolução nº 516/2011	29/09 a 07/09/2011
10394/2011	Prefeitura de Monte do Carmo	Inspecão conforme Resolução 516/11	12 a 24/09/2011
8980/2011	Prefeitura Municipal de Palmas	Inspecão conforme Resolução 709/2011	21/09 a 07/10/11
2407/2010	Prefeitura Municipal de Santa Rita do Tocantins	Inspecão conforme Resolução 780/2011	03 a 07/10/11
9103/2011	Prefeitura Municipal de Itacajá	Inspecão conforme Resolução 779/2011	24/10 a 11/11/11
4389/2011	Prefeitura Municipal de Sandolândia	Inspecão conforme Resolução 557/2011	15/11 a 02/12/11



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Inspeções Municipais - Atos de Pessoal

Nº Processo	Entidade	Objeto da Inspeção	Prazo da Inspeção
6586/2006	Prefeitura Municipal de Araguacema	Inspeção de Atos de Pessoal, conforme Resolução 903/10	28/09 a 01/10/2011
2220/2011	Prefeitura de Dueré	Inspeção nos Atos de Pessoal, conforme Resolução nº 162/11	18/09 a 21/09/2011
8811/2011	Prefeitura Municipal de Juarina	Inspeção conforme Resolução 655/2011	20 a 26/11/11

Auditorias Estaduais

Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria
8677/2010	Instituto de Gestão Previdenciária do Tocantins	Regularidade		29/03 a 17/05/2011
4995/2011	Secretaria da Ciência e Tecnologia	Regularidade	janeiro a março de 2010 e abril a dezembro de 2010	25/04 a 11/05/2011
4496/2011	Secretaria da Ciência e Tecnologia		janeiro a março de 2011	
4497/2011	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia			
4492/2011	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia		janeiro a 29 de julho de 2010 e 29 de julho a 31 de dezembro de 2010	
4494/2011	Institutos de Terras do Tocantins	Regularidade	janeiro a março de 2010 e abril a dezembro de 2010	25/04 a 20/05/2011
4493/2011			janeiro a março de 2011	
5885/2011	Instituto Natureza do Tocantins	Regularidade	exercício de 2010	02/05 a 30/05/2011
5886/2011			exercício de 2011	
4702/2011	Procuradoria Geral do Estado	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	02/05 a 20/05/2011
4701/2011			janeiro a abril de 2011	
6897/2011	Instituto Social Divino Espírito Santo	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	14/06 a 30/06/2011
6896/2011	Fundo de Desenvolvimento Econômico			
8380/2011	Secretaria da Cultura	Regularidade	janeiro a abril de 2011	06/06 a 01/07/11
8381/2011	Fundação Cultural		janeiro a dezembro de 2010	
8327/2011	Instituto de Desenvolvimento Rural	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	13/06 a 28/06/2011
8328/2011			janeiro a maio de 2011	
9878/2011	Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins	Regularidade	Exercício de 2010	05/09 a 23/09/2011
9880/2011			janeiro a julho de 2011	
9881/2011	Exercício de 2010			
9883/2011	janeiro a julho de 2011			
1231/2011	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins	Especial	janeiro de 2009 a janeiro de 2011	05/05 a 24/06/2012
9231/2011	Polícia Militar	Regularidade	janeiro a julho de 2011	15/08 a



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Tipo de Auditoria	Período Auditado	Prazo da Auditoria
9229/2011	Fundo de Modernização da PM			02/09/2011
9230/2011	Fundo de Fardamento da PM			
10992/2011	Fundo Estadual de Saúde	Regularidade	junho a dezembro de 2010	24/08 a 21/10/2011
10991/2011			janeiro a julho de 2011	
10548/2011	Secretaria da Administração			
10550/2011	Fundo de Modernização da Gestão Pública	Regularidade	janeiro a agosto de 2011	26/09 a 07/10/2011
10551/2011	Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins			
11725/2011	Departamento de Estradas e Rodagens do Tocantins	Regularidade	janeiro a novembro de 2011	03/10 a 30/11/11
12549/2011	Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico do TCE	Regularidade	janeiro a outubro de 2011	08/11 a 02/12/2011
12550/2011	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins			
11899/2011	Secretaria da Segurança Pública	Regularidade	janeiro a dezembro de 2010	24/10 a 04/11/2011
11898/2011	Secretaria da Segurança, Cidadania e Justiça		janeiro a junho de 2011	
10548/2011	Secretaria da Administração			
10550/2011	Fundo de Modernização da Gestão Pública	Regularidade	janeiro a agosto de 2011	26/09 a 07/10/2011
10551/2011	Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins			
12121/2011	Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e dos Recursos Hídricos	Regularidade	janeiro a setembro de 2011	31/10 a 04/11/2011
12671/2011	Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo			
12672/2011	Fundo de Desenvolvimento Econômico	Regularidade	janeiro a outubro de 2011	23/11 a 02/12/2011
12673/2011	Agência de Desenvolvimento Turístico			
12834/2011	Secretaria Estadual da Habitação	Regularidade	janeiro a outubro de 2011	07/12 a 16/12/2011

Inspecões Estaduais

Nº Processo	Entidade	Objeto da Inspecão	Prazo da Inspecão
2562/2011	Gabinete do Governador	Pregão Presencial nº 44/2010 e nº 107/2010	18 a 25/03/2011
5446/2010	Gabinete do Governador	inspecão em todo o procedimento relativo ao pregão presencial nº 044/2010	18 a 25/03/11
7648/04	Agência de Habitação e Desenvolvimento Urbano	Inspeção para proceder à inspeção para proceder a verificação da documentação	04 a 15/04/11
920/2011	CODETINS	Atendimento a Resolução nº 026/2011	07 a 20/04/11
5375/2006	Secretaria da Administração	Atendimento a Resolução nº 942/2010	02 a 09/05/11
	DERTINS	proceder a vistoria em trechos das rodovias: TO-239 e TO-342	28/04/11
9477/2010	Secretaria da Saúde - HGP	Inspeção no serviço de Hemodinâmica do HGP, em atendimento a Resolução nº 0199/2011	09 a 12/05/11
3252/2006	Secretaria da Infraestrutura	Inspeções referentes aa Resoluções nº 6/2011, 8/2011 e 7/2011	23/05 a 08/06/11
	Secretaria da Infraestrutura	Inspeções referentes aos processos nº 6189/2010, 3470/2010, 3577/2009, 5291/2009, 2329/2009, 1612/2009, 6864/2009 e 8132/2008	
5006/2006	Secretaria dos Recursos Hídricos	Inspeção na Barragem do Eixo 03 do Projeto Manoel Alves, em Dianópolis	29/06 a 01/07/11



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Processo	Entidade	Objeto da Inspeção	Prazo da Inspeção
7324/2011	Secretaria da Infraestrutura	verificar legalidade da decretação de estado de emergência	22/08 a 06/09/11
8814/2011	Tribunal de Justiça do Tocantins	Atendimento a Resolução nº 656/2011	06 a 19/10/2011
1943/2009	Secretaria de Estado da Educação	Atendimento a Resolução nº 413/2011	03 a 11/11/2011
11156/2011	Dertins	Contrato 63/2006	07 a 18/11/2011

Inspeções Estaduais - Atos de Pessoal

Nº Processo	Entidade	Objeto da Inspeção	Prazo da Inspeção
5704/2011	Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS	Atos de Pessoal, conforme Resolução nº 498/2011	24 a 28/10/2011

4.2 CONTROLE DE ATOS DE PESSOAL

Durante o exercício de 2011 foram desenvolvidas atividades no intuito de atingir a eficácia e eficiência nas análises dos Atos de Pessoal enviados pelos jurisdicionados a este Tribunal para fins de registro, as quais elencamos:

- ✓ Análise e emissão de pareceres em processos de: concurso público, admissão de pessoal efetivo e temporário, aposentadoria, pensão, reformas, reservas, processos administrativos;
- ✓ Cadastramento e registro dos atos de pessoal;
- ✓ Acompanhamento e orientação aos jurisdicionados no envio das remessas do SICAP-AP;
- ✓ Desenvolvimento de atividades administrativas inerentes ao recebimento e envio de processos, expedientes e correspondências formais, bem como informações interativas com os setores do Controle Externo;
- ✓ Participação do II Fórum de Controle, realizado por este Tribunal com as Entidades da esfera estadual, abordando o assunto SICAP-AP e Atos de Pessoal;
- ✓ Elaboração de material e realização de treinamento com técnicos e analistas objetivando o esclarecimento de dúvidas quanto aos aspectos a serem analisados durante as auditorias de pessoal;
- ✓ Realização de treinamento com assessores de gabinete para operacionalização do SICAP-AP;
- ✓ Implementação de críticas e acompanhamento das remessas do SICAP-AP;
- ✓ Realização de Inspeções nos municípios de Araguacena, Araguaina, Dueré, Juarina e São Bento, na Secretaria de Administração do Estado e na Unitins, bem como, Auditorias nos municípios de Porto Nacional e Paraíso do Tocantins.

Quantitativo das atividades desenvolvidas:

Inspeções realizadas	Auditorias realizadas	Processos recebidos	Processos enviados	Atos de pessoal registrados	Entidades com atos registrados
07	02	3177	3737	22.287	89

4.3 DILIGÊNCIAS

O objetivo da realização de diligências é dar ciência ao responsável quanto às falhas ou irregularidades evidenciadas quando da verificação e análise das contas públicas, dando-lhe oportunidade de defesa.

Está sendo desenvolvido o sistema de comunicação *on-line* para redução do tempo de chamamento dos jurisdicionados aos autos.

Atividades desenvolvidas:

Atividades	Quantidade
Certidão	1.756
Citação	2.085
Intimação	667
Citação e Intimação	2.294
Ofícios	2.196
Informações	2.012
Encaminhamentos	31
Memorandos	39
Edital de Cituação	217
Edital de Cituação e Intimação	90
Edital de Intimação	11
Errata	9
Certificado de Revelia	164
Termo de Certidão	20
Envelopes	6.679
AR Postal	951
Juntada de documentos	19.580
Total	38.801

4.3.1 SALA DE ATENDIMENTO (jurisdicionados)

Rotinas	Quantidade
Processos atendidos	5.276
Cópias sem ônus para requisitante	142.222
Cópias com ônus para requisitante	175.052
Memorandos expedidos	195
Informações	102
Termos de cópias	826
Termo de vistas	551
Total de rotinas	324.224
Custo total da tiragem de cópias	R\$ 17.920,07

4.4 CARTÓRIO DE CONTAS

Em observância ao princípio da simetria, o art. 75 da Constituição Federal estabelece que compete aos Tribunais de Contas, no exercício do controle externo, julgar as contas dos administradores públicos. A matéria encontra-se disciplinada na *Lei nº 1.284 de 17 de dezembro de 2001* – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE-TO, que define o âmbito de atuação desta Corte de Contas na verificação da legalidade, regularidade e economicidade dos atos dos gestores ou responsáveis pela guarda e emprego dos recursos públicos.

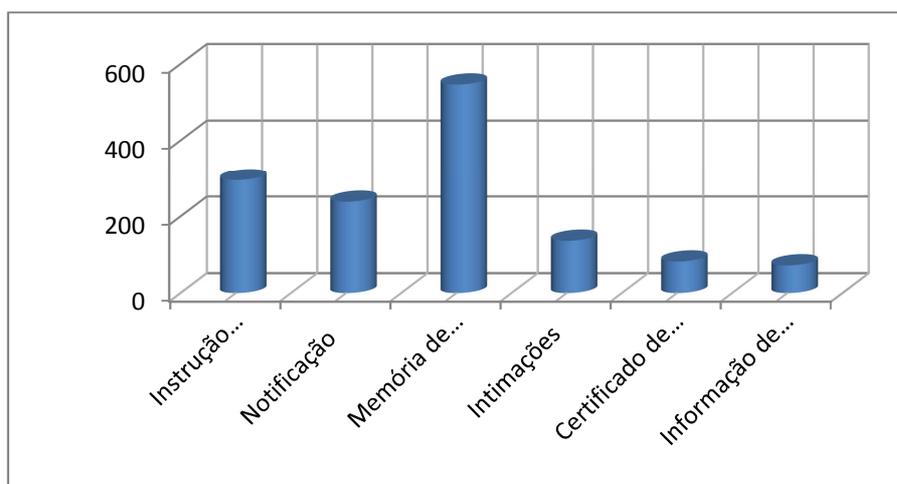
Entre as funções básicas do Tribunal de Contas sobressai a sancionadora, consignada no inciso VIII, do art. 71, da Constituição Federal, que se materializa na aplicação de penalidade pecuniária aos administradores, agentes públicos e ordenadores de despesas e daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, obrigando-os, ainda, a reparar os danos praticados, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.

4.4.1 ATIVIDADES REALIZADAS

Durante o ano de 2011 foram desenvolvidas diversas atividades na promoção da cobrança administrativa de multas e débitos, a seguir detalhadas e representadas no gráfico.

4.4.1.1. Documentos Internos Produzidos

Natureza	Quantidade
Instrução Processual de Cobrança	360
Notificação	238
Memória de Cálculo	546
Intimações de parcelamento e outras	136
Certificado de Quitação	82
Informação para o MP/TCE de Baixa de Responsabilidade	72
Total de documentos	1.434
Serviço extra*:	615
Total	2.049



Fonte: Cartório de Contas

*Foram produzidas e enviadas aos responsáveis 291 notificações acompanhadas de 324 demonstrativos coletados em processos anteriores a 2011, pendentes de confirmação de retorno de AR e outras situações que foram regularizadas.

4.4.1.2 Natureza dos Processos

Natureza	Quantidade
Apostilamento	23
Denúncia	11
Dispensa.Licitação	2
Edital de licitação. Ilegalidade	1
Edital. Concurso público	1
Edital. Pregão Presencial	14
Impugnação	3
Inadimplência_ACP	4
Inadimplência_Contas Consolidadas	1
Inadimplência_SICAP-AP	2
Inadimplência_SICAP-contábil	3
Licitação. Inexigibilidade	4
Prestação de Contas de Convênio	3
Prestação de Contas de Ordenador da Administração Direta	240
Termo Aditivo. Pregão Presencial	1
Tomada de Contas Especial	31
Prestação de Contas de Ordenador da Administração Indireta	16
Total	360

Fonte: Cartório de Contas

4.4.1.3 Documentos Externos Atendidos

Natureza	Quantidade
Pedido de Parcelamento	85
Certidão Positiva de Débito - <i>com pendência</i>	107
Certidão Negativa de Débito - <i>sem pendência</i>	65
Atualização de valores de multa para Procuradoria Geral do Estado	125
Total	382

Fonte: Cartório de Contas

4.4.2 VALORES PENDENTES COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO/RESSARCIMENTO

Em sua totalidade a municipalidade tocantinense (incluídas as entidades da administração indireta) é credora de R\$ 13.068.710,52 (treze milhões, sessenta e oito mil, setecentos e dez reais e cinquenta e dois centavos), fruto de julgamento impondo ressarcimentos de valores públicos mal aplicados ou desviados por dirigentes de entidades, prefeitos e presidentes de Câmaras durante o ano de 2011.

Além disso, há um total de R\$ 2.615.210,71 (dois milhões, seiscentos e quinze mil, duzentos e dez reais e setenta e um centavos), correspondente a multas impostas pelo TCE-TO, e pendentes de comprovação de pagamento por agentes públicos estaduais e municipais.

Os dados foram extraídos do Projeto ACD - Acompanhamento do Cumprimento de Decisões, implantado nesta Corte de Contas por meio da *Instrução Normativa nº 003, de 23 de setembro de 2009*, cujo objetivo primordial é assegurar a efetividade dos decisórios condenatórios.

4.4.3 RESULTADOS DOS RECOLHIMENTOS/RESSARCIMENTOS

O demonstrativo, a seguir, apresenta os valores consignados nos acórdãos condenatórios durante o exercício financeiro de 2011, e os respectivos recolhimentos e ressarcimentos efetivamente comprovados.

Os dados abrangem julgamento em processos de contas, auditorias e fiscalização de órgãos e entidades das administrações municipal e estadual direta e indireta, e condizem somente aos autuados em 2011, consignados na tabela seguinte e representados no gráfico.

4.4.3.1 Multa

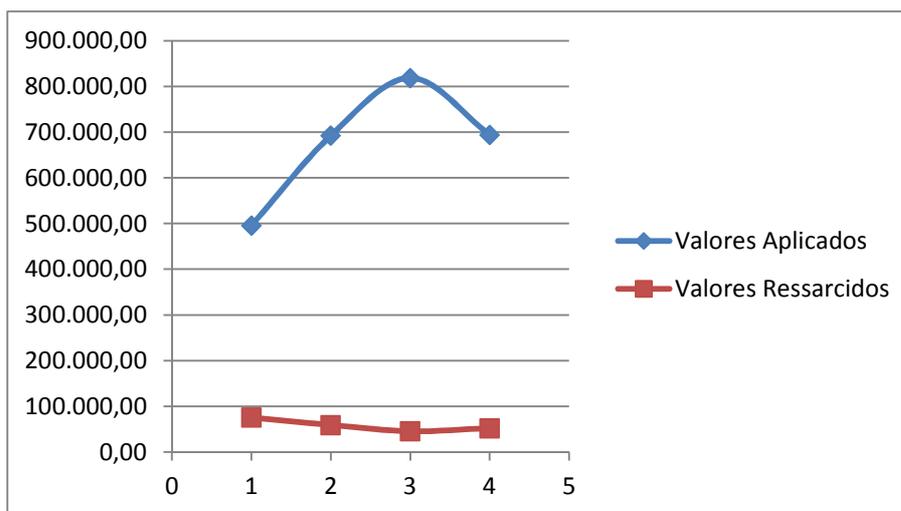
Valores	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	TOTAL
Aplicados	495.841,67	692.350,18	818.540,77	556.518,25	2.563.250,87 *
Recolhidos	74.262,29	59.217,12	45.623,72	52.333,71	231.436,84

Fonte: ACD

Valores expressos em moeda nacional (R\$)

*Excluídos os valores solidários

Obs.: Tendo em vista os recolhimentos em forma de parcelamento e, ainda, o resgate da cobrança em processos anteriores a 2011, os valores comprovadamente recolhidos não condizem exatamente com os meses e ano em que se aplicou a multa.



Fonte: Cartório de Contas

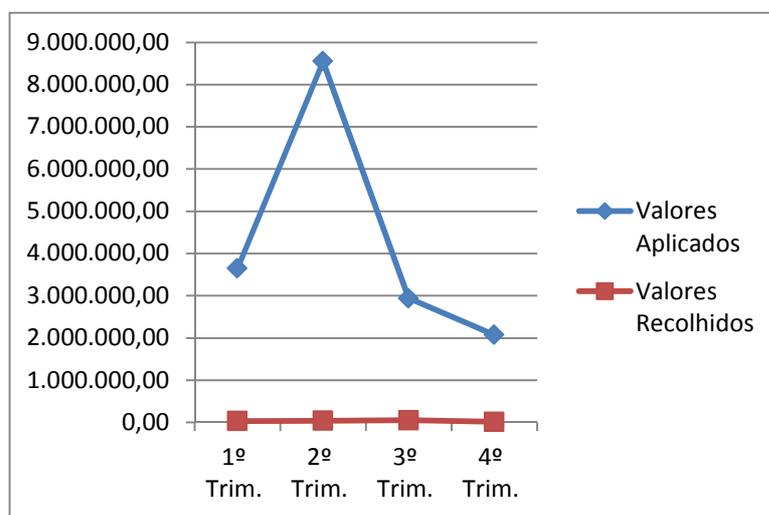
4.4.3.2 Débito

Valores	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	TOTAL
Aplicados	3.648.655,44	4.554.152,27	2.939.141,29	1.926.761,52	13.068.710,52
Ressarcidos	34.423,33	41.590,66	51.945,50	52.407,61	180.367,10

Fonte: ACD

Valores expressos em moeda nacional (R\$)

* Excluídos os valores solidários



Fonte: Cartório de Contas

Nota-se que existe uma movimentação diferenciada com relação aos percentuais obtidos nos resultados dos Recolhimentos se comparados aos Ressarcimentos.

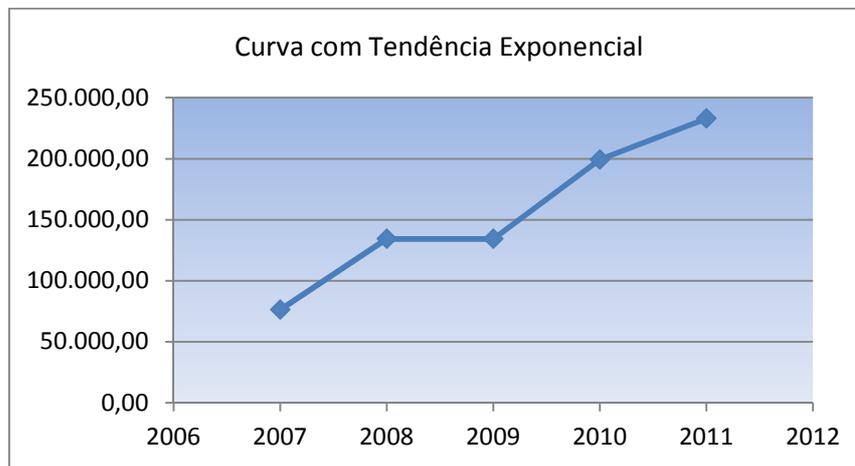
4.4.3.3 Quadro Comparativo de Recolhimentos de Multas entre os anos de 2007 a 2011

Ano	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Total
2007	29.422,71	16.488,76	13.805,73	16.595,40	76.312,60
2008	27.814,74	67.704,92	24.812,22	14.022,53	134.354,41
2009	42.053,79	21.012,28	45.156,56	26.134,87	134.357,50

Ano	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Total
2010	28.475,18	25.695,65	88.655,00	56.517,52	199.343,35
2011	75.710,38	59.217,12	45.623,72	52.407,61	232.958,83

Valores expressos em moeda nacional (R\$)

4.4.3.4 Detalhamento da Evolução dos Recolhimentos



Os valores expressos são predominantemente originados de parcelamentos e de processos anteriores ao ano de 2011.

4.4.3.5 Considerações sobre o resultado alcançado

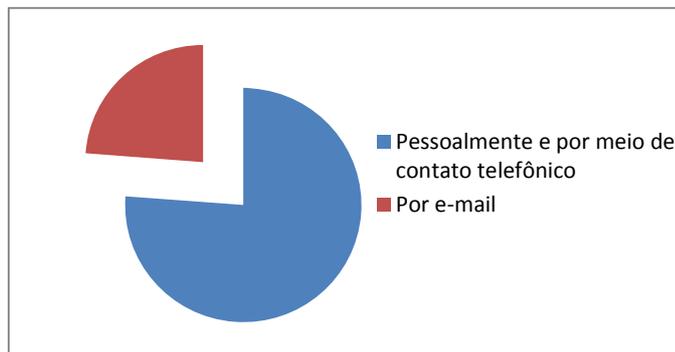
Foi estabelecido para o ano de 2011 um aumento de 38% no recolhimento das multas, tendo como paradigma a média histórica de recolhimentos. Com a inserção de novas funcionalidades no sistema de ACD, os índices de pagamento sobrelevaram. Se comparados anualmente, temos um aumento aproximadamente de 100%.

Este resultado, bastante expressivo, tende a melhorar em 2012 com a adoção de mais duas medidas: a efetivação do Termo de Cooperação Institucional firmado entre o TCE-TO e a Secretaria da Fazenda, para inscrição em Dívida Ativa dos valores não pagos nas datas aprazadas, sujeitando-os ainda a uma Ação de Execução Judicial, caso persista a inadimplência, bem como a emissão de boletos bancários, a serem disponibilizados em nosso site, que proporcionará aos notificados conveniência, segurança e comodidade, e para o TCE-TO maior agilidade e controle dos pagamentos.

4.4.4 OUTROS RESULTADOS RELEVANTES

4.4.4.1 Atendimento ao Público Externo

Público: gestores, ex-gestores, advogados, contadores, procuradores estaduais etc.	
Pessoalmente e por meio de contato telefônico	624
Por e-mail	195
Total de registros	819



Fonte: Cartório de Contas

4.4.4.2 Termo de Cooperação Técnica

No mês de agosto/2011 foi celebrado entre o Tribunal de Contas e a Secretaria da Fazenda do Estado o Termo de Cooperação Técnica nº 09/2011, visando assegurar a inscrição em dívida ativa dos créditos públicos decorrentes de decisões condenatórias.

4.4.3 DOCUMENTOS ELABORADOS

- ✓ Termo de Referência para emissão de boleto bancário
- ✓ Minuta Termo de Cooperação Técnica entre o TCE-TO e SEFAZ para inscrições em dívida ativa (auxiliou);
- ✓ Motivação de normativas.

4.5 AUDITORIAS ESPECIAIS

Atividades Desenvolvidas

Auditoria na Receita – realizada na Secretaria de Finanças do município de Palmas, autuada como Processo nº 5247/2011.

AOP Controle Ambiental – realização de auditoria operacional no Programa “Controle Ambiental”, com foco nas Ações de: “Licenciamento Ambiental” e “Monitoramento Ambiental”, sob a responsabilidade do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, conforme Portaria nº 276/2011, autuada como Processo nº 12948/2011.

Monitoramento da AOP – Conclusão do monitoramento da Auditoria Operacional realizada no Programa “Valorização da Agricultura Familiar”, com foco nas seguintes ações: Ação: Assistência Técnica ao Agricultor Familiar, Ação: Capacitação de Técnicos, Ação: Exposições Agropecuárias e Feiras Agrotecnológicas e Ação: Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar, sob responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – RURALTINS, autuado como Processo nº 6696/2011.

Monitoramento da Auditoria Operacional realizada no “Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final do Esgoto Sanitário”, na Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, autuado como Processo nº 12259/2011.

Auditoria na Receita – realizada na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, autuada como Processo nº 12421/2011.

Concluiu-se a auditoria na Receita Estadual com o objetivo de verificar o cumprimento das normas nas diversas fases da administração das receitas tributárias estaduais: planejamento/previsão, execução e controle, bem como, apurar possíveis danos ao erário evidenciados por meio de perda de receita pública por prescrição ou decadência de créditos fiscais. E ainda, pela concessão ilegal/irregular de benefícios fiscais que impliquem em renúncia de receitas.

Dentro do Programa de Avaliação das Políticas Públicas, realizou-se a avaliação de 16 escolas do município de Palmas do 6º ao 9º ano, no período de 29/09 a 20/11. O resultado destas avaliações foi encaminhado ao gestor para conhecimento.

Os itens avaliados foram merenda, transporte escolar, segurança, instalações físicas, equipamentos, limpeza, corpo docente e discente e a opinião dos pais sobre a escola dos seus filhos.

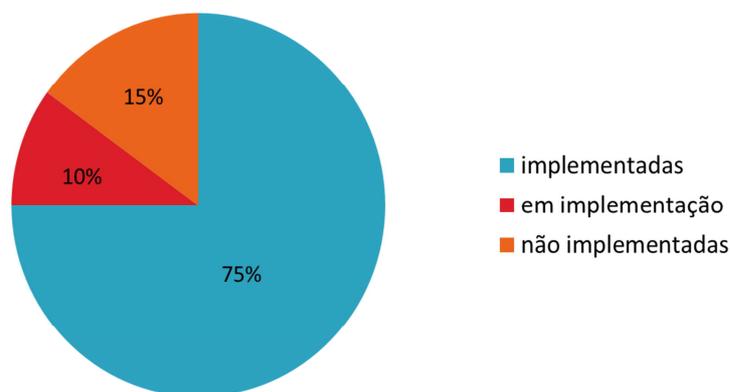
Houve a participação dos alunos, professores e direção das escolas avaliadas. Obteve-se um bom resultado com a implantação do Programa, onde a cada escola avaliada, teve-se a oportunidade de orientar pequenas propostas de melhoria que poderiam ser implementadas de imediato. Vários diretores, professores elogiaram a iniciativa de realização deste tipo de avaliação.

Considerando o final do período letivo, onde os professores estão sobrecarregados em suas atividades, os alunos em prova final, eleição de direção da escola, suspendeu-se a realização das avaliações para em 2012 realizar a avaliação das demais escolas, para apresentar o resultado final da nossa avaliação.

O maior objetivo deste Programa é garantir a efetividade das políticas públicas de educação.

Para verificar o cumprimento das deliberações do TCE e os resultados alcançados com a realização das auditorias operacionais, realizou-se, em 2011, o monitoramento nas auditorias realizadas nos Programas Avaliação do Sistema de Coleta e Tratamento e destinação final do Esgoto de Palmas, o qual constatou que 75% das recomendações feitas pelo TCE foram implementadas.

Dentre as recomendações implementadas, após a realização da auditoria, destacamos a celebração do convênio entre a Prefeitura e a ATR- Agência Tocantinense de Regulação para a fiscalização do contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água.





No Programa Valorização da Agricultura Familiar, constatou-se que 82% das recomendações feitas pelo TCE foram implementadas. Dentre as quais destaca-se a assistência técnica do Ruraltins ao agricultor familiar.

4.6 ANÁLISE DE ATOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Processos analisados

Atividades / processos analisados	Quantidade
Aditivo de Contrato de Compras	12
Aditivo de Contrato de Obras de engenharia	114
Aditivo de Contrato de Prestação de serviços	48
Aditivo de Contrato de Locação	6
Aditivo de Contrato de Consultoria	4
Aposentadoria	1
Apostilamento	487
Auditoria Programada	2
Concurso Público	1
Consulta	19
Contas de Autarquia Estadual	1
Contas de Empresa Municipal	1
Contrato de Compras	18
Contrato de Locação	3
Contrato de Prestação de Serviços	47
Contrato de Obras de Engenharia	133
Denúncia	23
Dispensa de Licitação	26
Edital de Concorrência Pública	11
Edital de Tomada de Preços	6
Expediente	10
Inexigibilidade de Licitação	17
Inspeção	7
Pensão	1
Pregão	13
Prestação de Contas de Adiantamento	24
Processo Administrativo	2
Recurso – Embargos de declaração	1
Recurso – Pedido de Reconsideração	27
Recurso - Ordinário	1
Representação	4
Requerimento	6
Termo de Subcontratação	4
Tomada de Contas Especial	34
Total	1.114



Principais ações do SICAP-LO:

- ✓ Foi realizado nos dias 29 e 30/08/2011 – Encontro Técnico com Jurisdicionados da esfera municipal para orientações dos debates das implementações, atualizações e operação do sistema SICAP-LO;
- ✓ Reunião com a Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública – SEPLAN para definição de vinculação da Comissão de Licitação dessa Secretaria as demais unidades gestoras da esfera estadual, gerando o Ofício nº 1018/2011, para cadastramento no CARDUG;
- ✓ Prorrogação do prazo limite para regularização e atualização do envio de informações, para 29 de fevereiro de 2012;
- ✓ Atendimento de 643 ligações telefônicas dos jurisdicionados no período de 20/10 a 14/12, para sanar dúvidas de orientações sobre o cadastramento de dados do SICAP-LO;
- ✓ Acompanhamento dos dados cadastrados;
- ✓ Reunião para sanar dúvidas com os jurisdicionados municipais e estaduais nos dias 16 e 17/11/2011;
- ✓ Criação e Gestão de Planilha de Controle de Retificações do SICAP-LO;
- ✓ Relatório de Evolução SICAP-LO.

4.7 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

A ação 2066 - Avaliação de Resultado das Ações Governamentais teve como meta física a realização de três trabalhos objetivando a promoção de capacitações junto aos órgãos de controle, jurisdicionados e sociedade organizada no intuito de disseminar a importância e formar a conscientização dos gestores públicos em controlar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da aplicação dos recursos públicos.

Resultado das ações governamentais

Indicador	Metas Física Anual Prevista	Meta Financeira Anual Prevista	Meta Financeira Anual Executada
Quantidade prevista	3	51.520,00	15.495,00

Fonte: Diretoria Geral de Controle Externo

Foi realizada auditoria operacional no Programa “Controle Ambiental”, com foco nas Ações de: “Licenciamento Ambiental” e “Monitoramento Ambiental”, sob a responsabilidade do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS.

Foram realizados 02 (dois) Monitoramentos de Auditorias Operacionais sendo: 01 no Programa “Valorização da Agricultura Familiar”, com foco nas seguintes ações: Ação: Assistência Técnica ao Agricultor Familiar, Ação: Capacitação de Técnicos, Ação: Exposições Agropecuárias e Feiras

Agrotécnicas e Ação: Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar, sob responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – RURALTINS e, o outro no “Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final do Esgoto Sanitário”, na Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos.

Considera-se atingida a meta física anual, uma vez que, foi realizada uma Auditoria Operacional e dois Monitoramentos de Auditorias Operacionais.

Durante o exercício de 2011, também foram realizadas 02 (duas) Auditorias nas Receitas Públicas, sendo a primeira vez que este Tribunal realizou este tipo de fiscalização.

Auditoria na Receita – realizada na Secretaria de Finanças do município de Palmas;

Auditoria na Receita – realizada na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins.

4.8 DESENVOLVIMENTO DE MÉTODOS E SISTEMAS DE AUDITORIA

Resultado de métodos e sistemas de auditoria

Indicador	Metas Física Anual Prevista	Meta Financeira Anual Prevista	Meta Financeira Anual Executada
Nível de desenvolvimento dos Métodos e Sistemas de Auditoria	20%	155.500,00	57.992,71

Fonte: Diretoria Geral de Controle Externo

Um dos objetivos desta ação é a implantação do Sistema de Gerenciamento de Auditorias - SGA, desenvolvido pelo Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria – CEDASC, Autarquia de Tecnologia da Informação vinculada ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE-BA. Esta ferramenta nos possibilitará maior eficiência e qualidade nas atividades de planejamento e execução das auditorias, facilitando o trabalho em equipe, a organização, a padronização e a elaboração dos produtos.

Uma das fases de Implantação do Sistema é a transferência de tecnologia e do conhecimento, bem como a capacitação no uso do SGA. Objetivando a transferência de tecnologia e do conhecimento os servidores da área de informática do TCE-TO realizaram benchmark ao CEDASC e TCE-BA, para conhecer a estrutura do sistema, bem como os servidores do CEDASC e TCE-BA vieram ao TCE-TO, na oportunidade foi disponibilizando o código de aplicação do sistema, para que esta Corte de Contas possa realizar as adequações que entender necessárias para adaptá-lo a realidade do Tocantins.

Já a capacitação foi ministrada no mês de junho de 2011, por servidores da área de informática e de controle externo do CEDASC e TCE-BA. Participaram do treinamento alguns técnicos, a Diretora Geral e os Diretores de Controle Externo, que se tornaram multiplicadores de conhecimento dentro do Tribunal de Contas.

O processo de implantação do sistema junto às equipes de auditorias acontecerá paulatinamente no exercício de 2012, sendo que em 2011 duas simulações de auditorias foram realizadas como base de teste.

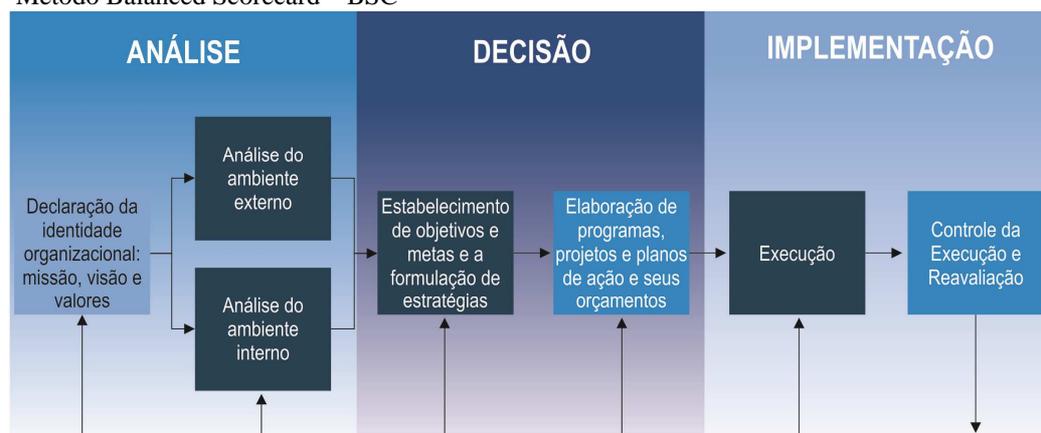
Ressaltamos que o cronograma para a execução das atividades não foi efetuado conforme os períodos constantes do Convênio celebrado entre o TCE-TO e CEDASC/TCE-BA, entretanto, foram executados de comum acordo entre os convenientes não ocasionando prejuízos ou dificuldades para nenhuma das partes, ademais a vigência do compromisso é prevista até 2015.

Considerando que a meta física era de 20% do sistema desenvolvido, e tendo em vista que o sistema já está pronto para ser utilizado, tendo inclusive sido realizado duas auditorias como teste, considera-se inclusive ultrapassada a meta física.

5. GESTÃO ESTRATÉGICA

Em 2011 deu-se continuidade a implantação do Programa de Gestão Estratégica, iniciado em 2010, com foco na obtenção de resultados voltados para o interesse da sociedade. Com a implementação do Plano Estratégico, Plano de Gestão de Pessoas com foco em competências e Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, assegurou-se o modelo de gestão estratégica. A metodologia de trabalho adotado foi a participativa com a aplicação do método Balanced Scorecard – BSC que contempla as perspectivas: Sociedade, Jurisdicionados, Processos Internos, Desempenho e Inovação, Conhecimento e Aprendizado e Financeira.

“Método Balanced Scorecard – BSC”



Autores: Robert S. Kaplan e David P. NORTON

5.1 REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

O planejamento do ciclo 2011 ocorreu de forma participativa, com envolvimento do Presidente, Conselheiros, Procuradores, Auditores, Lideranças e Corpo Técnico deste Tribunal.

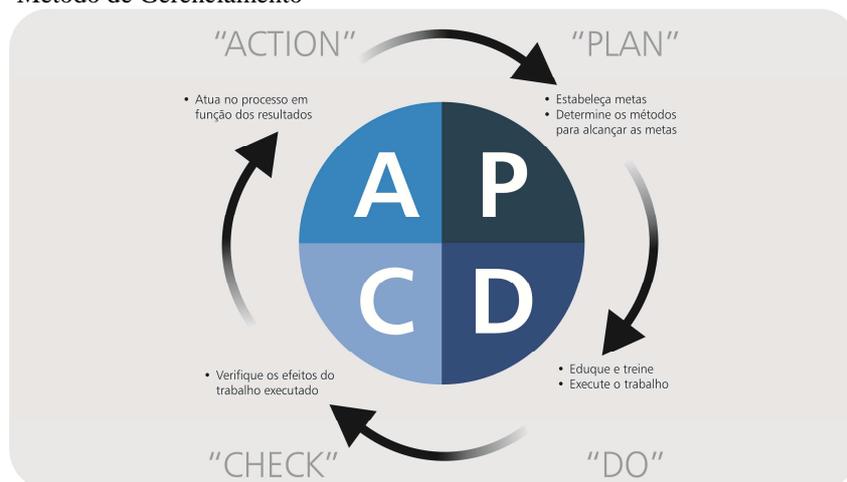
No planejamento ocorrido em fevereiro de 2011, as metas foram planejadas considerando as prioridades da gestão, de acordo com as estratégias traçadas nos planos estratégicos deste Tribunal de Contas. Também foram planejados e executados 32 projetos visando o alcance de resultados que impactam nos objetivos definidos no Plano Estratégico 2010/2014.

5.2 SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Para o monitoramento dos resultados planejados e executados no ciclo 2011, utilizaram-se duas ferramentas de TI: do mês de fevereiro a maio o acompanhamento foi através do sistema GPE - Gerenciamento do Plano Estratégico, cujo método é o PDCA (planejar, desenvolver, conferir, avaliar) – Método de Gerenciamento e com as seguintes etapas:

- ✓ Planejar a partir de metas e ações;
- ✓ Executar as ações planejadas e capacitar a equipe;
- ✓ Acompanhar o resultado das metas através de indicadores;
- ✓ Avaliar e agir corretivamente no caso de insucesso.

“Método de Gerenciamento”



Fonte: Gerenciamento pelas Diretrizes – Vicente Falconi

Do mês de junho até dezembro o monitoramento ocorreu através do sistema CHANNEL - Sistema de Gerenciamento de Projetos e Portfólios, que é baseado nos conceitos do Balanced Scorecard (BSC), onde

é possível construir e gerenciar mapas estratégicos de forma dinâmica e colaborativa, tendo como principais funcionalidades:

- ✓ Gerenciamento do Planejamento Estratégico;
- ✓ Gerenciamento de Objetivos e Metas;
- ✓ Relacionamento entre Projetos/Programas e Plano Estratégico;
- ✓ Relacionamento entre Projetos/Programas e Plano Estratégico;
- ✓ Permite o envolvimento de diferentes escalões da empresa com o controle de metas e a medição dos indicadores;
- ✓ Permite a construção de painéis de controle visuais pelo próprio usuário;
- ✓ Permite a avaliação de como as iniciativas estão afetando os objetivos estratégicos, em tempo de execução.

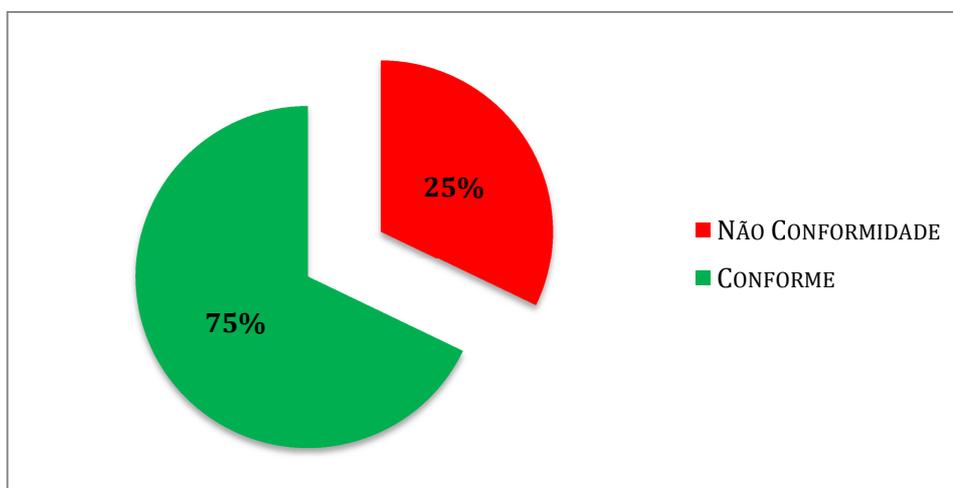
A funcionalidade BSC (Balanced Scorecard) com opções de cadastro e visualização permitiu o cadastramento do Plano Estratégico 2010/2014, e associação de 32 projetos conforme discriminado a seguir:

PROJETOS DO CICLO 2011:

1. Realizar 01 auditoria operacional e 02 monitoramentos no exercício de 2011;
2. Definir metodologia de avaliação das políticas públicas de educação e realizar visitas nas escolas de Palmas;
3. Implantar 100% do sistema de gerenciamento de planejamento - SGP até dez/2011;
4. Alcançar 35% de satisfação da sociedade com os serviços prestados pelo TCE, até dez/2011;
5. Fiscalizar 50% das unidades gestoras, até dez/2011;
6. Estimular a população a exercer o controle social, em 12% ao mês, até dez/2011;
7. Reduzir de 40 para 15 dias, o tempo médio do chamamento dos jurisdicionados aos autos, até dez/2011;
8. Julgar 30% das contas de ordenadores estaduais e municipais do exercício financeiro de 2009 até fevereiro de 2011;
9. Reduzir de 498 para 365 dias o tempo médio para emissão de parecer prévio de contas consolidadas do exercício financeiro de 2009, até dez 2011;
10. Reduzir de 97,12% para 0% o número de processos de denúncia em atraso, até dez/2011;
11. Garantir o aperfeiçoamento em 90% do SICAP até dez/2011;
12. Garantir o registro 80% de atos de pessoal a 12,5% dos jurisdicionados até dez\2011;
13. Ampliar a recuperação de recolhimento para 38% em relação aos valores aplicados nos acórdãos condenatórios, até dez/2011;
14. Alcançar 40% de satisfação dos jurisdicionados com os serviços prestados pelo TCE, até dez/2011;
15. Manter o prazo legal de até 90 dias de resposta a consulta em 2011;
16. Reduzir o prazo da emissão das certidões de regularidade de 10 dias para 30 minutos, até dez/2011;

17. Reduzir o tempo médio de trâmite dos processos de aquisições para 40 dias;
18. Reduzir o percentual do número de processos em estoque até dez/2011;
19. Disponibilizar informações para tomada de decisão a 30% dos usuários internos em 2011;
20. Elevar o percentual de 68% para 80% o alcance das metas planejadas no Plano Estratégico até dez/2011;
21. Redesenhar e manualizar os processos prioritários da área fim em 100% até dez/2011;
22. Normatizar os processos prioritários da área administrativa em 100%, até dez/2011;
23. Aumentar, de 23 para 27, o número de processos informatizados, até dez/2011;
24. Garantir a efetividade de 30% dos termos de convênio em vigência até 2011;
25. Elevar o nível de satisfação dos servidores, de 69% para 70%, em 2011;
26. Promover a melhoria do nível de desempenho das competências dos servidores para 75% até dez/2011;
27. Elevar as práticas inovadoras, de 10 para 12, até dez/2011;
28. Garantir a carga horária mínima de 8 horas/aula/ano para 75% dos servidores efetivos até dez/ 2011;
29. Manter o nível de satisfação dos usuários quanto a educação corporativa em 84%, até dez/2011;
30. Elevar a aplicação de avaliação de aprendizagem em 40% até dez/2011;
31. Manter em 96% a execução orçamentária até dez/2011;
32. Manter o percentual de investimento em tecnologia da informação, de 1.36% para 1,5%, do orçamento total do TCE, até dez/2011;

A avaliação dos projetos do ciclo 2011 foi realizada por meio de reuniões mensais, bem como reunião anual de resultados ocorrida no final do ano, com os membros do Comitê Estratégico, composta pelo Conselheiro Presidente, Conselheiros, Procuradores, Auditores, Diretores Gerais, Chefe de Gabinete, Assessora Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional, Assessora de Normas e Jurisprudência e Gerentes de Metas conforme resultado demonstrado no gráfico:



5.3 MAPEAMENTO E REDESENHO DOS PROCESSOS DA ÁREA ADMINISTRATIVA E GERENCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

O Mapeamento e Redesenho dos Processos da Área Administrativa e Gerencial do Tribunal de Contas é uma ação do Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX que objetiva a modernização e o fortalecimento institucional do sistema de controle externo no âmbito dos Estados e Municípios brasileiros, de forma a garantir a sua integração nacional e aumentar a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle.

Os trabalhos de Mapeamento e Redesenho dos Processos da Área Meio está em fase de implantação e os da Área Finalística teve início em dezembro de 2011.

O mapeamento dos processos da Área Meio nos permitiu uma visão ampla dos fluxos de trabalho e o entendimento de sua relação com os recursos organizacionais. Dessa forma conhecemos com clareza as diversas tarefas necessárias para a realização e entrega dos serviços a serem prestados no final de cada processo de trabalho. Foram mapeados os processos administrativos e gerenciais:

Macroprocesso	Processo
Financeiro-Contábil	Orçamento Finanças Contabilidade
Recursos Humanos	Gestão de Pessoas Administração de Pessoal – Folha de Pagamento Administração de Pessoal – Atendimento ao Servidor Serviços da Saúde Aperfeiçoamento e Desenvolvimento
Compras, Licitações, Contratos e Convênios	Compras Licitações Contratos Convênios
Patrimônio e Serviços	Patrimônio e Almoxarifado Manutenção e Serviços Transportes
Controles Internos	Normas Controle Interno Auditoria Interna
Sindicância	Sindicância
Ouvidoria	Ouvidoria
Tecnologia da Informação	Governança de TI Prover Sistemas Suporte ao Usuário Segurança da Informação
Gerencial	Gerencial

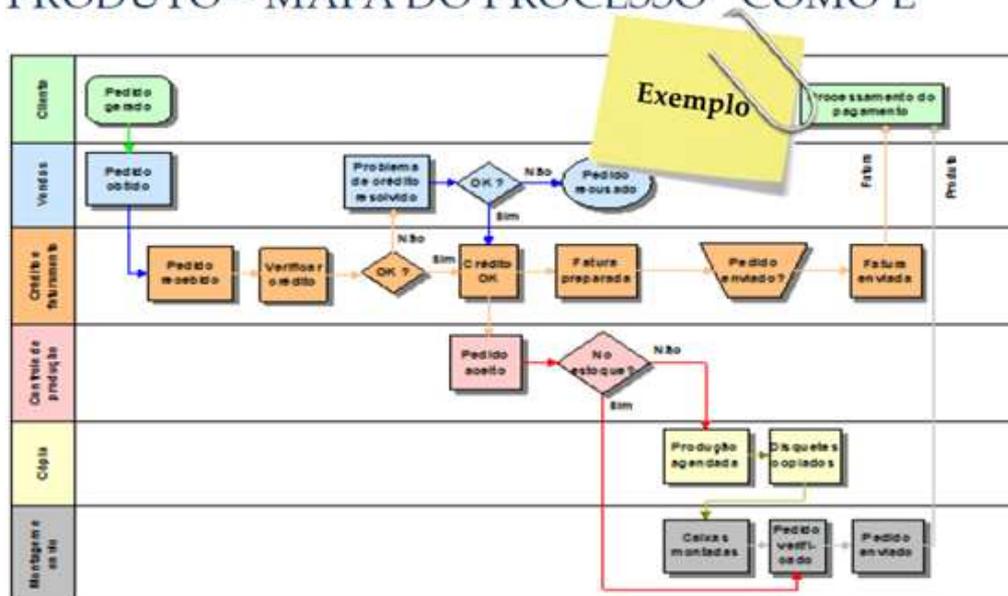
Após o mapeamento realizou-se a análise dos processos, buscando identificar suas etapas agregadoras ou não de valor, e foi possível identificar os gargalos de cada processo, os pontos que precisavam de melhoria e as possíveis causas de falhas, pois não podíamos realizar ações preventivas sobre o

que não tínhamos conhecimento. Buscando agregar melhores práticas aos processos de trabalhos os servidores realizaram benchmark em vários órgãos públicos.

Depois, buscando eliminar os gargalos, redesenhou-se os processos de trabalho da seguinte maneira:

- ✓ Foram definidos quais inovações serão incorporadas aos processos (melhores práticas observadas em benchmark);
- ✓ Definição dos pontos que não agregavam valor ao processo que poderiam ser eliminados;
- ✓ Desenho dos sistemas de medições;
- ✓ Especificação das atividades e;
- ✓ Detalhamento do mapa do novo processo.

PRODUTO – MAPA DO PROCESSO “COMO É”



Na fase de adequação da estrutura organizacional e dos perfis de competência foram realizadas análise e proposição das adequações necessárias a estrutura organizacional, as atribuições das unidades e perfis setoriais de competência, tendo como base o programa em vigor de gestão de pessoas por competência e os processos administrativos redesenhados.

Na fase de manualização foram realizadas capacitações aos servidores do TCE sobre as técnicas e normas para elaboração de manuais de serviço, e com a contribuição destes foi elaborado os manuais a serem implementados nas atividades da área administrativa.

A fase de Implantação dos novos processos teve início com a elaboração pela Empresa de Consultoria do Plano de Implantação para cada processo.

5.4 MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS

O mapeamento de competência teve o objetivo de apresentar uma proposta de modelo de Gestão por Competências para o Redesenho de Processos que possibilite:

- ✓ Dar sustentação a implantação do Redesenho através do desenvolvimento de competências dos servidores;
- ✓ Aplicar um modelo de Gestão por Competências com base conceitual e metodológica que contribua para a avaliação e desenvolvimento de competências organizacionais e individuais do quadro de servidores;
- ✓ Construir um modelo do Plano de Capacitação;
- ✓ Permitir a extensão do uso do modelo, com os ajustes específicos necessários, para os demais processos.

Os direcionadores do Mapeamento de Competências são:

- ✓ Missão/Visão/Valores;
- ✓ Plano Estratégico/Objetivos Estratégicos/Resultado;
- ✓ Visão Futura dos Processos Redesenhados;
- ✓ Referenciais Excelências de Mapeamento de Competências.

Mapas de Competências

COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS		
Competências que diferenciam a organização no seu âmbito de atuação perante a sociedade, contribuindo para a criação de valor público. Estão diretamente relacionadas ao posicionamento estratégico da empresa e para permanecerem dinâmicas, requerem aprendizagem organizacional e atualização contínua.		COMPORTAMENTOS OBSERVÁVEIS
Efetividade	Capacidade de desempenhar um compromisso real com o alcance dos objetivos sociais e com o atendimento de demandas da comunidade. Afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefício ao público-alvo. Satisfação das necessidades dos clientes pelos produtos ou serviços da organização, ou melhor, o valor social que deve ser atribuído ao produto ou serviço, isto é, a medida da utilidade do produto ou serviço considerando-se a sociedade como um todo e não apenas o consumidor ou a organização.	Orientar as ações e recursos em busca do melhor resultado, desenvolvendo as atividades no melhor padrão de qualidade versus tempo.
Orientação	Capacidade de compreender e segmentar o conjunto das atividades e processos da organização que agreguem valor para as partes interessadas, sendo que a tomada de decisões e a execução de ações devem ter como base a medição e análise do desempenho, levando-se em consideração as informações disponíveis.	Planejar e executar melhor as atividades pela definição adequada de responsabilidades, uso de recurso mais eficiente, realização de prevenção e solução de problemas, aumentando a produtividade.
Transparência	Garantir visibilidade de seus atos e ações e	Disponibilizar informações



	implementar mecanismos de participação social. Implica em disponibilizar informações sobre as ações públicas em condições de serem entendidas, interpretadas e de possibilitarem efetivamente o controle social, bem como em tornar acessíveis aos cidadãos as informações sobre o funcionamento da administração pública.	sobre as ações públicas em condições de serem entendidas, interpretadas e de possibilitarem efetivamente dados claros e detalhados. Tornar acessíveis aos cidadãos as informações sobre o funcionamento da administração pública.
--	--	---

COMPETÊNCIAS GERENCIAIS

COMPETÊNCIAS GERENCIAIS - TÉCNICAS E COMPORTAMENTAIS

GESTÃO ESTRATÉGICA

Foco na gestão organizacional com a utilização de recursos de ferramentas gerenciais, alinhados com as diretrizes estratégicas da organização em sua unidade de competência.

COMPETÊNCIAS	COMPORTAMENTOS OBSERVÁVEIS
Planejamento	Planejar atividades ou programas, estabelecendo prioridades, objetivos, prazos, recursos e indicadores de acompanhamento e controle, tendo em vista o cumprimento do planejamento estratégico da organização.
Tomada de Decisão/ Iniciativa	Adotar decisões com base em diagnósticos objetivos e informações fidedignas, considerando riscos e oportunidades dentro da sua competência e identifica alternativa mais adequada para a solução de um problema. Atuar de forma proativa e espontânea na realização das atividades, assumindo desafios frente a novas demandas e responsabilidades.
Gestão de Resultados	Atuar no sistema de gestão de resultados utilizando-se de metodologias, ferramentas e indicadores na busca de soluções integradas para a gestão da performance da sua unidade tendo em vista os objetivos estratégicos da organização.
Análise e Solução de Problemas	Identificar as medidas de performance críticas, analisando alternativas técnicas para a solução de problemas, agindo de maneira corretiva e/ou preventiva.

GESTÃO DE PESSOAS

Foco na gestão de pessoas de acordo com política organizacional, visando a mobilização de colaboradores e equipes de trabalho para o alcance de resultados, com relações adequadas à construção de um bom ambiente de trabalho.

Desenvolvimento da Equipe/Gestão por Competências	Identificar <i>gaps</i> de competências das equipes de trabalho e participa do processo de desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos colaboradores de forma que agregue valor econômico para a organização e social para o servidor.
Liderança/Mobilização de Pessoas	Educar através do exemplo, comunicando-se de forma objetiva, ética e transparente com seus colaboradores; valoriza o processo de educação e aprendizagem dos seus subordinados, identificando as necessidades de desenvolvimento, propondo ou modificando tarefa. Mobilizar pessoas em torno de metas, processos e projetos, para a obtenção de resultados eficazes dos objetivos propostos, influenciando e estimulando o comprometimento, a motivação e a cooperação da equipe.
Trabalho em Equipe	Compartilhar e integrar objetivos comuns nos trabalhos em equipe buscando a sinergia do grupo para o alcance dos resultados organizacionais.

GESTÃO DA MUDANÇA

Foco na inovação em gestão considerando intervenção na cultura, estratégia, estrutura organizacional e processos pertinentes.

Gestão de Projetos/ Gestão de Recursos	Utilizar métodos e técnicas de elaboração, realização e acompanhamento de projetos para atingir um conjunto de objetivos pré-definidos, considerando prazo, custo e qualidade, através da mobilização de recursos técnicos e humanos.
--	---

COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS

Relacionadas aos pilares Ser, Fazer e Conviver compreendem o conjunto de habilidades e atitudes que o colaborador precisa demonstrar (ser percebido pelo outro) como um diferencial que gera impacto em seus resultados de forma que agregue valor à organização.



DIMENSÃO DESENVOLVIMENTO PESSOAL (SER)	COMPORTAMENTOS OBSERVÁVEIS
Compromisso com Resultados	Realiza suas atividades, com responsabilidade e compromisso, de acordo com a missão, a visão, os valores e os objetivos da Organização e da sua unidade, atuando de forma ética no exercício de suas funções. Atua no sistema de gestão da performance utilizando-se de metodologias, ferramentas e indicadores na busca de soluções integradas para a gestão da performance da sua unidade tendo em vista os objetivos estratégicos da organização.
DIMENSÃO RESULTADOS (FAZER)	COMPORTAMENTOS OBSERVÁVEIS
Autodesenvolvimento	Busca desenvolver-se profissionalmente com motivação e iniciativa própria ou aproveitando oportunidades oferecidas pela organização, mantendo-se em contínuo processo de aprendizagem.
DIMENSÃO RESULTADOS (FAZER)	COMPORTAMENTOS OBSERVÁVEIS
Solução de Problemas	Atua de maneira preventiva e apresenta soluções exequíveis para os problemas, analisando a viabilidade técnica na correção de eventuais desvios em relação a procedimentos, rotinas e objetivos visando o melhoria dos processos organizacionais.
Compartilhamento/ Multiplicação	Interage com as diversas unidades da organização, articulando, apoiando e influenciando a construção e a disseminação do conhecimento, com a finalidade de dar sustentação a projetos, políticas e processos.
Impessoalidade/ Imparcialidade/ Sigilo	Age de maneira imparcial, respeitando acima de tudo os interesses da Organização. Conduz o trabalho de forma institucional, mantendo as informações conhecidas e/ou geradas em segredo.
Flexibilidade	Contribui para o consenso em situações adversas, considerando interesses das partes envolvidas e o cumprimento da legislação pertinente, priorizando os objetivos e resultados organizacionais.
Trabalho em Equipe	Integra, coopera e compartilha objetivos comuns nos trabalhos em equipe contribuindo para a sinergia do grupo no alcance dos resultados organizacionais.

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS GERAIS

Compreendem os conhecimentos específicos necessários ao bom desempenho funcional, de acordo com as atividades de cada processo organizacional. Seu desenvolvimento tem relação direta com a aquisição de conhecimentos e diz respeito ao que o colaborador precisa conhecer para desempenhar tecnicamente a sua função.

ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPORTAMENTOS OBSERVÁVEIS
Normas e Legislações/Políticas	Interpretar a regulamentação aplicável aos processos correlatos.
Sistemas Aplicativos	Orientar os usuários no uso correto e efetivo dos sistemas do TCE-TO.
Ferramentas de TI para Usuários	Desenvolver textos mais elaborados utilizando o editor de textos Microsoft Word; fazer planilhas no Excel; fazer apresentações visuais no Power Point, aprender a navegar na Internet e Intranet; criar peças gráficas com o Corel.

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS

Compreendem os conhecimentos específicos necessários ao bom desempenho funcional, de acordo com as atividades de cada processo organizacional. Seu desenvolvimento tem relação direta com a aquisição de conhecimentos e diz respeito ao que o colaborador precisa conhecer para desempenhar tecnicamente a sua função.



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPORTAMENTOS OBSERVÁVEIS
PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Planejamento e Gestão Proporcionar a compreensão dos desafios do planejamento governamental, alcançar as articulações entre planejamento e gestão, utilizar instrumentos que lhes permitam definir prioridades, objetivos e metas de curto e longo prazo, desenhar projetos e apreciar custos, bem como prepará-los para o desafio do gerenciamento e da avaliação das ações programadas.	
NORMATIVOS	
Normativos	Proporcionar os meios necessários para a troca adequada de informações entre todas as partes, com vista a assegurar a confiança e um entendimento comum nas relações.
TI	
Treinamentos Oficiais de TI	Promover o uso de ferramentas, técnicas e métodos para apoiar os processos de negócios e de decisão.
CONTRATOS/ALMOXARIFADO E MATERIAIS/COMPRAS E ASSESSORIAIS/ CONTRATOS	
Aquisições	Cumprir de maneira ágil e eficaz os objetivos-fins da organização, sem prejuízo do cumprimento integral de seus preceitos legais. Conhecimentos Especializados: Licitações/Convênios/Contratos Conhecimentos Intermediários: Almojarifado e Materiais/Compras e Assessoria.
GESTÃO DE PESSOAS	
Pessoal	Transmitir os conhecimentos das diversas regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho e Legislação Complementar.
Desenvolvimento de Pessoas	Aplicar conceitos, métodos e técnicas para identificar, desenvolver e gerir habilidades e competências que possam, no ambiente profissional, alcançar os objetivos e resultados esperados pela empresa.
Qualidade de Vida	Praticar e disseminar hábitos saudáveis no ambiente de trabalho. Executar serviços de saúde do servidor.
RISCOS	
RISCOS	Disseminar o entendimento do processo de gestão de riscos e o campo de atuação de <i>compliance</i> e como esses dois processos contribuem para a governança corporativa. Garantir a mitigação dos riscos operacionais.
COMUNICAÇÃO/OUVIDORIA	
Legislação de Acesso a Informação e Técnicas de Comunicação	Aperfeiçoar técnicas de produção recepção, organização e distribuição de mensagens, tratando a linguagem como ação e a comunicação como ato social, explorando, inclusive, os novos usos para a Comunicação na sociedade.
CORREGEDORIA	
Corregedoria	Disseminar o entendimento dos procedimentos relacionados à auditoria interna.
CONTABILIDADE/ORÇAMENTO/FINANCEIRO	
Contabilidade	Proporcionar as condições necessárias para que possam conceber os fundamentos essenciais da contabilidade empresarial
Orçamento	Desenvolver a geração, a aplicação e a disseminação de conhecimentos e competências na Administração Pública.
Financeiro	Apresentar os conceitos básicos de finanças, através de um



	pensamento voltado para o planejamento, a organização e o controle, bem como, incentivar os participantes quanto a superação de seus desafios financeiros de modo a criar condições de análises seguras sobre investimentos e financiamentos.
PATRIMÔNIO	
Movimentação de Bens	Preparar para atuação nos diversos setores, onde o conhecimento das ferramentas de gestão leva à necessidade de rever, organizar, comandar, coordenar e controlar as atividades administrativas de uma empresa.
Serviços Técnicos	Executar a montagem e manutenção em circuitos elétricos e hidráulicos, bem como reparar e/ou substituir peças de modo geral.

5.5 GESTÃO DE PESSOAS

A Gestão de Pessoas com foco em competência desenvolveu diversas atividades dentro do Tribunal de Contas, todas alinhadas ao Planejamento Estratégico.

As bases deste novo modelo estão estruturadas no plano estratégico e nas políticas de gestão de pessoas aprovadas pelo pleno do Tribunal. Estes instrumentos são ferramentas essenciais no processo de desenvolvimento de pessoas.

Acrescente-se o fato desta área ter tido os seus processos redesenhados de forma a garantir maior celeridade e eficiência nos seus objetivos.

Destaca-se dentre as atividades desempenhadas pela gestão de pessoas a estruturação da matriz de competência da área meio, o aprimoramento da ferramenta de avaliação e monitoramento e o início do processo de avaliação por competência, o que irá gerar um relatório apto a identificar as necessidades de capacitação.

No aspecto administrativo da gestão de pessoas foram alcançados avanços importantes em tecnologia da informação, especialmente no sistema de controle de frequência.

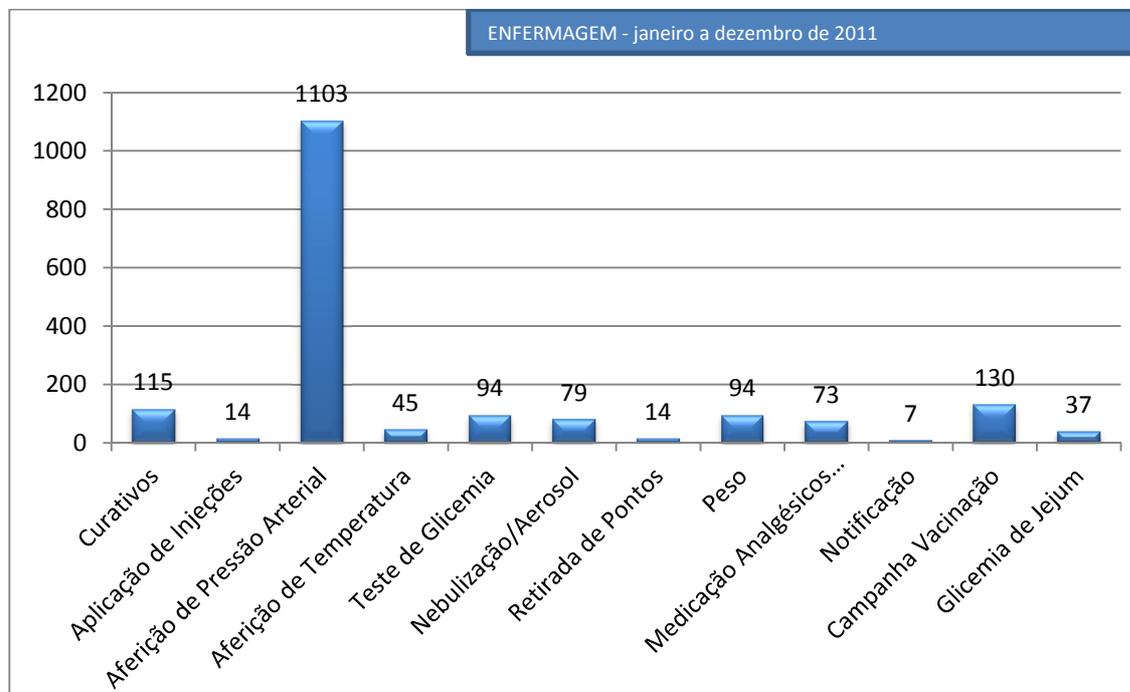
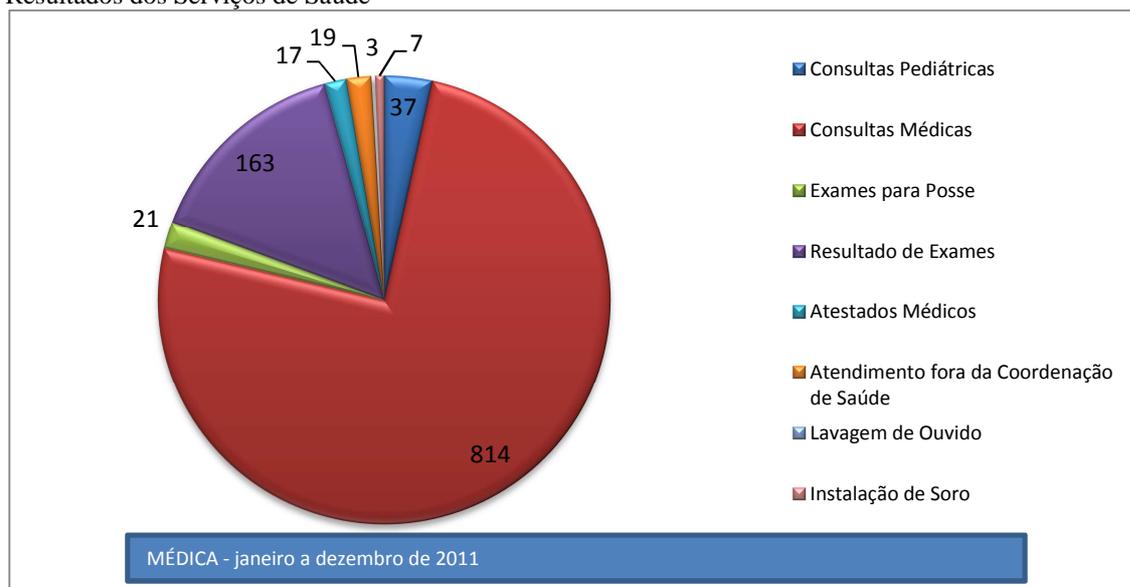
No plano Institucional houve grandes avanços, em destaque:

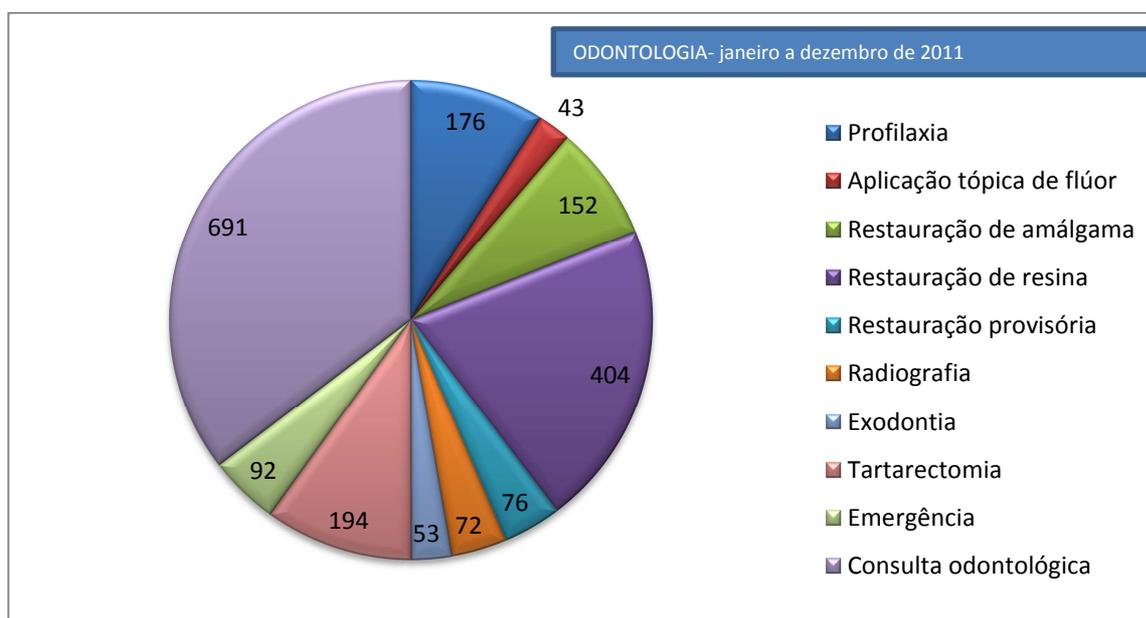
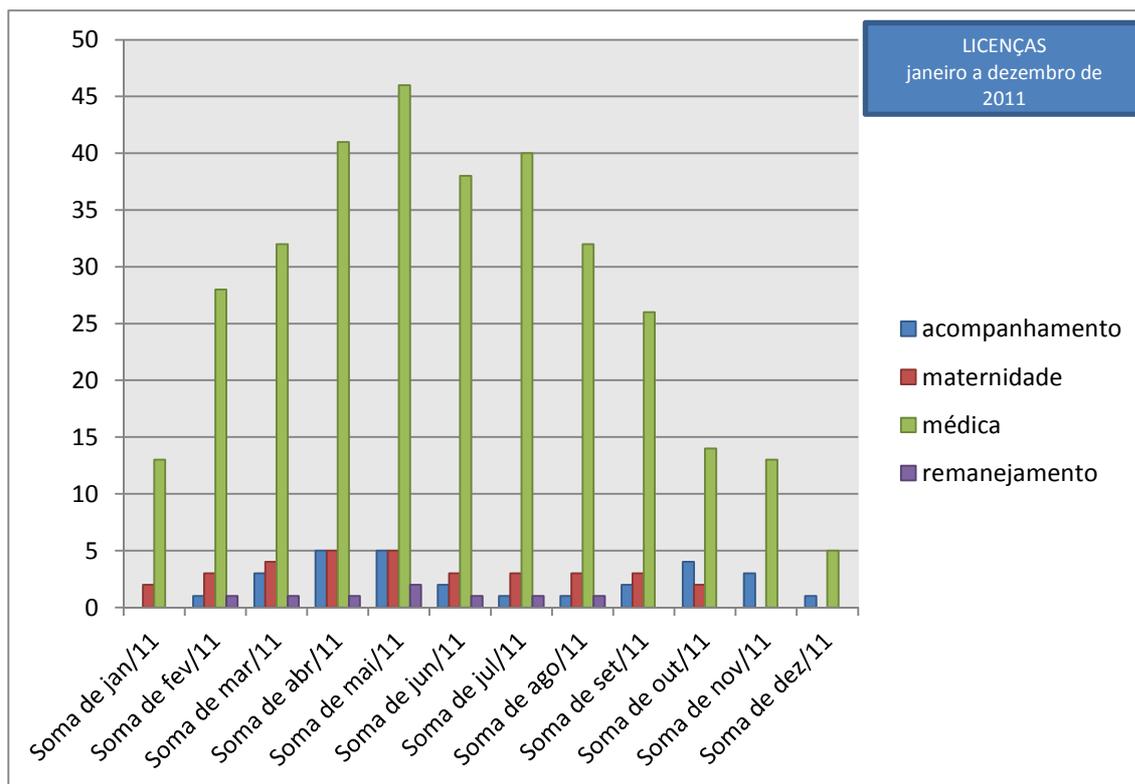
- ✓ A alteração no plano de cargos e vencimentos dos servidores que tiveram sua remuneração revista, com especial incentivo aos servidores ocuparem cargo de maior responsabilidade;
- ✓ A nomeação de servidores efetivos até o vencimento do último concurso;
- ✓ Maior dinâmica na movimentação interna dos servidores, com foco na competência e adequação profissional.

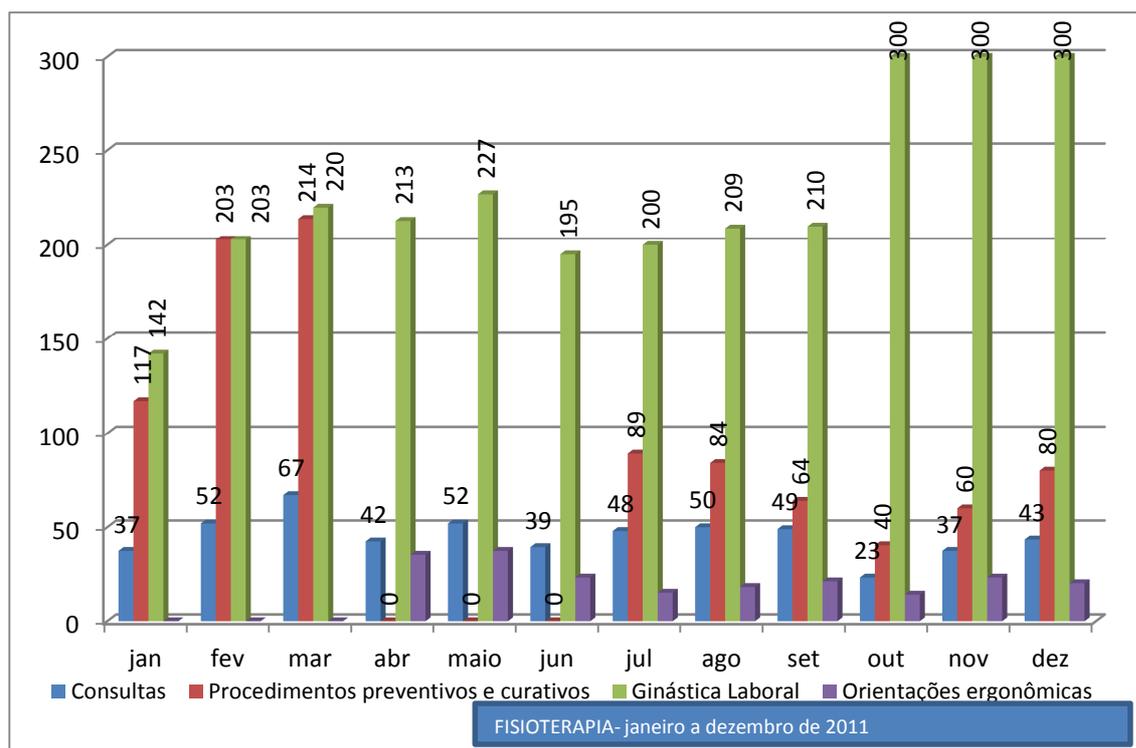
A gestão de pessoas incrementou as atividades na área da saúde com a inclusão de novas práticas, tais como o programa de combate de tabagismo que obteve grande sucesso, campanhas de vacinação e prevenção à hipertensão. A chegada de novos profissionais da saúde agregou maior abrangência aos atendimentos e contribuiu para o aumento da satisfação dos servidores do Tribunal.

Assim, a Gestão de Pessoas por competência vem se estruturando e alcançando resultados significativos na elevação da satisfação e desenvolvimento dos servidores deste Tribunal de Contas, e com isto existe uma melhoria no nível de desempenho e da qualidade do trabalho produzido, contribuindo para o alcance dos objetivos desta Instituição.

Resultados dos Serviços de Saúde







Fonte: Diretoria de Recursos Humanos/Serviço Médico

5.6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei n.º 2.437, de 31 de março de 2011, estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2011, ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, tendo como Dotação Orçamentária o valor de **R\$ 80.245.876,00 (oitenta milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais)** conforme demonstrado abaixo:

Orçamento autorizado (R\$)

Unidade Gestora	Orçamento inicial	Alterações/Créditos Adicionais/Fonte	Valor	Total
030100 – Tribunal de Contas	79.550.478,00	(0100) T. Estadual	649.779,00	
		(0225) Convênios	45.619,00	
Total	79.550.478,00		695.398,00	80.245.876,00

Fonte: SIAFEM

A despesa executada do exercício financeiro de 2011, nas fontes **(0100)** e **(0225)**, foi de **R\$ 70.687.246,33** (setenta milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e quarenta e seis reais e trinta e três centavos), correspondendo a **95,87%** da dotação orçamentária disponível para execução. Quanto à fonte de recurso **(4219)** da Operação de Crédito celebrada com o Banco do Brasil, destinada a ampliação das Instalações Físicas do TCE-TO, foram executados **R\$ 2.499.479,39** (dois milhões, quatrocentos e noventa e



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



nove mil, quatrocentos e setenta e nove reais e trinta e nove centavos) dos **R\$ 6.515.569,00** (seis milhões, quinhentos e quinze mil e quinhentos e sessenta e nove reais) que foram programado para serem executado em 2011, ou seja, o que representa **38,36%** do total orçado nesta fonte.

Execução Orçamentária (R\$)

Natureza da Despesa	Orçamentária			
	Dotação Autorizada	Executado		Disponível
		Valor	Percentual	
DESPESAS CORRENTES	72.346.781,00	69.515.170,46	96,09%	2.831.610,54
1-PESSOAL	52.884.094,00	50.779.143,81	96,87%	1.643.214,19
Ativos	52.422.358,00	50.779.143,81	96,87%	1.643.214,19
Inativos	0	0		0,00
2- OUTROS CUSTEIOS	19.924.423,00	18.736.026,65	94,04%	1.188.396,35
Material de consumo	1.571.013,30	1.295.540,63	82,47%	275.472,67
Serviços de terceiros	3.221.072,15	2.873.959,88	89,22%	347.112,27
Auxílios financeiros	26.891,45	26.891,45	100,00%	0,00
Outras despesas	15.105.446,10	14.539.634,69	96,25%	565.811,41
3- DESPESAS DE CAPITAL	7.899.095,00	3.671.555,26	46,48%	4.227.539,74
TOTAL GERAL	80.245.876,00	73.186.725,72	91,20%	7.059.150,28

Fonte: SIAFEM

5.7 ANÁLISE DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

O Tribunal de Contas executou 17 Ações previstas no PPA 2008/2011. Dez ações alcançaram 100%, ou mais, das metas físicas e/ou financeiras previstas para o período.

Resultado das metas físicas e financeiras

Nº Ação	Nome da Ação	Objetivo da Ação	METAS FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			Orçam. Inicial	Executado	%	Prev	Exec.	%
1013	Capacitação para inclusão digital e social	Realização de capacitação de gestores, técnicos municipais e sociedade em geral, desenvolvendo mecanismos de controle social das ações governamentais.	348.416,00	191.887,26	55,07	3.000	7.540	251,33
2064	Capacitação e formação continuada dos servidores e jurisdicionados	Proporcionar a realização de cursos e atualização técnica e jurídica, visando manter um bom nível de conhecimento do corpo de servidores e jurisdicionados. Nesta perspectiva, o programa sob a responsabilidade do Instituto de Contas, tem como objetivo principal proporcionar o aprimoramento profissional dos mesmos, objetivando uma melhor interlocução entre os jurisdicionados e o TCE-TO, contribuindo para uma correta aplicação dos recursos públicos, bem como uma eficiente fiscalização desses recursos.	665.000,00	662.494,15	99,62	4.000	5.475	136,87
2066	Avaliação de resultados das ações governamentais	Promoção de capacitações junto aos órgãos de controle, jurisdicionados e sociedade organizada no intuito de disseminar a importância e formar a conscientização dos gestores públicos em controlar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da aplicação dos recursos públicos.	51.520,00	15.495,00	30,08	3	4	133
2034	Fiscalização das ações governamentais do Estado	Fiscalização das ações governamentais do estado e dos municípios através das prestações de contas e demais processos que forem encaminhados a este Tribunal, bem como através de auditorias ordinárias e/ou extraordinárias, especiais e inspeções.	921.800,00	710.916,43	77,12	100	100	100
1084	Desenvolvi-	Desenvolver a sistemática de auditorias		57.992,71	37,29	20	20	100



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Nº Ação	Nome da Ação	Objetivo da Ação	METAS FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			Orçam. Inicial	Executado	%	Prev	Exec.	%
	mento de métodos e sistemas auditorias	governamentais, incluindo redesenho de processos, manuais e sistemas de informática, que possibilitarão às equipes o registro de planejamento e execução dos seus trabalhos auditorias, incluindo o armazenamento e organização padronizada de seus procedimentos e papéis de trabalho com a segurança devida.	155.500,00					
2063	Divulgação dos atos e ações institucionais e de controle externo do TCE	Divulgar, em meios de comunicação impresso e/ou eletrônico, as informações institucionais e as atividades de controle externo desenvolvidas no Tribunal de Contas, bem como publicar atos administrativos, normativos e legais, visando atender aos princípios da transparência e da publicidade previstos pela legislação.	644.000,00	450.650,00	69,98	12	10	85
2065	Concessão de direitos aos membros do TCE-TO	Pagamento de indenizações aos membros do TCE-TO, decorrentes da Resolução TCE-TO nº. 001, de 04/02/2004, fundamentados nas Leis Federais nºs. 10.474 e 10.477 de 27/06/2002 e Resolução nº. 245 de dezembro de 2002.	2.656.792,00	4.021.512,12	151,37	17	17	100
1023	Modernização do Controle Externo	Desenvolver a sistemática de controle externo com a elaboração e implantação de projetos de gestão de processos de trabalho, sistemas de informática, Ouvidoria e publicação de manuais de orientação e informação.	1.845.700,00	467.101,24	25,31	50	30	60
6026	Concessão de direitos aos membros e servidores do TCE	Pagamento parcelado - indenizatório - a membros e servidores do TCE, em perdas geradas decorrente de erro de cálculo na conversão monetária URV prevista no inciso I do artigo 19 de Lei n 8.880/94	3.269.857,00	4.550.936,95	139,18	660	660	100
2001	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	Implementar e dar continuidade à manutenção da máquina administrativa com as aquisições de bens e serviços, dentre outros necessários à realização das atividades do Tribunal.	6.641.730,00	6.856.697,32	103,24			
2060	Ampliação da infraestrutura de tecnologia da informação	Ampliação e reestruturação dos recursos de tecnologia da informação, com o uso de novas tecnologias formulando os necessários procedimentos e normas de segurança para o TCE-TO.	820.566,00	473.655,47	57,72			
2003	Ações de informática	Oferecer condições para a manutenção dos serviços de informática, através da aquisição de materiais, bem como contratação de serviços terceirizados, através de procedimentos licitatórios e demais normas pertinentes.	327.578,00	420.739,20	128,44			
2002	Manutenção de Serviços de Transporte	Implementação e manutenção da frota de veículos, adquirindo: bens de consumo, permanentes e serviços.	320.924,00	930.811,10	290,04			
1083	Ampliação das instalações físicas do Tribunal de Contas	Reformar e ampliar as instalações físicas do Tribunal, com a construção de um prédio com área de 12.457,23 m2, adequando o espaço físico com as necessidades do órgão, cumprindo as seguintes etapas: aquisição do terreno, elaboração de projeto, processo licitatório e demais procedimentos compatíveis com as normas pertinentes.	6.515.000,00	2.499.479,39	38,36	3.675	1.409	38,34
2029	Desenvolvimento das Ações da Gestão de Pessoas	Capacitação, desenvolvimento de ações que eleva a qualidade de vida, implantação de ferramenta de avaliação de desempenho com foco em resultado, realização de pesquisa de clima organizacional, desenvolvimento de habilidades e competências.	83.500,00	4.765,00	5,71	500	123	24,60
2047	Avaliação das Políticas Públicas	Elaboração de diagnóstico das áreas de educação, saúde e segurança pública através de visitas às unidades executoras das ações governamentais, análise dos indicadores existentes e dos planos operacionais destas áreas, levantamento e identificação de necessidade de ajustes e correção na execução das ações, permitindo o aperfeiçoamento de atividades, das instituições e dos indivíduos. Todas as informações serão sistematizadas em sistema informatizado.	230.000,00	8.280,00	3,60	100	16	16

Nº Ação	Nome da Ação	Objetivo da Ação	METAS FINANCEIRAS			METAS FÍSICAS		
			Orçam. Inicial	Executado	%	Prev	Exec.	%
2061	Modernização do controle externo do TCE – PROMOEEX	Fortalecimento do sistema de controle externo como instrumento de cidadania, transparência, regular a efetiva gestão dos recursos públicos, com recurso financeiro de convênio, sendo 40% (quarenta por cento) próprio e 60% (sessenta por cento) BID – PROMOEEX. Etapas, elaboração dos projetos, execução e prestação de contas aos órgãos financiadores.	1.157.932,00	84.168,57	7,27	10	1	10

Fonte: SIAFEM/PPA/ASPDO

5.8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Dentro do Planejamento Estratégico Institucional existem metas que necessitam de ações que envolvem tecnologia da informação para serem cumpridas, como por exemplo: a realização de fiscalização em 100% dos jurisdicionados até 2014, exige a utilização de computadores para a criação dos relatórios de auditoria e de fiscalização, ou seja, sem os recursos tecnológicos existentes nos notebooks e microcomputadores fica praticamente inviável a realização destas fiscalizações.

Para auxiliar no cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico de TI a Diretoria de Informática criou e executou ao longo deste ano 17 projetos envolvendo tecnologia da informação.

Estes projetos foram iniciados a partir das necessidades apontadas no mapeamento de processos administrativos.

Assim esta Diretoria optou por realizar os que estão voltados para definição e criação de infraestrutura de TI, licenciamento de softwares, aquisição de equipamentos, aquisição de soluções de TI.

Apresentação

A Diretoria de Informática área de gestão responsável pelas diversas áreas de TI, tais como: manutenção, suporte ao usuário, redes, desenvolvimento de sistemas e banco de dados, ao longo deste ano executou vários projetos visando cumprir as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional. Dentre as metas escolhidas para executar ações nos projetos de TI deste ano, vale destacar:

Meta	Ação de TI	Benefício
Implantar novos métodos de auditoria e desenvolvimento de 100% dos sistemas de auditoria, até 2014.	Desenvolvimento de sistemas informatizados integrados de auditoria pública. Implantar o Sistema de Auditoria em Escolas Públicas – convênio com TCM/RJ. (<u>Projeto reestruturação de aplicações</u>).	Relatórios para auxiliar no processo de tomada de decisão de fiscalizações e auditorias realizadas nas escolas públicas. (Projeto Institucional: TCE nas escolas).
Realizar fiscalização em 100% dos jurisdicionados, até 2014.	Modernizar o parque tecnológico utilizado para fiscalizar/auditar órgãos governamentais, tais como: monitores, notebooks, scanners (<u>Projeto Modernização do parque tecnológico</u>).	Equipamento com qualidade técnica satisfatória para execução de auditorias e fiscalizações em prefeituras, secretarias, fundações etc.



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Meta	Ação de TI	Benefício
Reduzir em 90% a quantidade das inconsistências das informações contábeis remetidas ao Tribunal de Contas, até 2014.	Reestruturação de bancos de dados visando à criação de um Banco de Dados Cooperativo normalizado que permitirá a geração de relatórios gerenciais. (<u>Projeto reestruturação de Banco de dados</u>).	Redução do tempo de julgamento de contas públicas.
Ampliar a média de recuperação de multas de 8,5% para 25%, até 2014.	Disponibilização de relatórios gerenciais através do Sistema ACD (<u>Projeto reestruturação de aplicações</u>).	Monitoramento e controle de multas aplicadas aos jurisdicionados de forma concisa e eficiente.
Reduzir o prazo da emissão das certidões de regularidade de 10 dias para 30 minutos, até dezembro de 2014.	Disponibilização de certidões através dos sistemas informatizados com assinatura digital (<u>Projeto reestruturação de aplicações e sistemas</u>).	Diminuição do tempo para emissão de certidões de regularidade.
Reduzir a média de trâmite do processo de aquisição, de 50 para 40 dias, até 2014.	Melhorar o controle eletrônico de processos através do sistema eletrônico de processo virtual (<u>Projeto reestruturação de aplicações e sistemas</u>).	Diminuição do tempo do trâmite do processo e geração de relatórios gerenciais que possibilitam a tomada de decisão.
Reduzir para zero, o número de processos em estoque, até dezembro de 2014.	Melhorar o monitoramento e controle de processos dentro do sistema eletrônico de Processo (<u>Projeto reestruturação de aplicações e sistemas</u>).	Possibilidade de acompanhamento de processos existente no estoque de forma eletrônica.
Aumentar, de 18 para 27, o número de processos informatizados, até 2014.	Desenvolver sistemas informatizados de acordo com o levantamento de requisitos funcionais realizado neste ano (<u>Projeto reestruturação de aplicações e sistemas</u>).	Melhorar o processo de tomada de decisão por parte do gestor uma vez que todos os dados estarão integrados.
Disponibilizar informações para a tomada de decisão a 100% dos usuários internos, até 2014.	Disponibilizar relatórios gerenciais a partir dos Bancos de Dados existentes (<u>Projetos: reestruturação de aplicações, sistemas e banco de dados</u>).	Melhorar o processo de tomada de decisão a partir da geração de relatórios gerenciais.
Elevar as práticas inovadoras de 7 (sete) para 14, até 2014.	Implantar novas soluções de TI (<u>Projetos modernização do parque tecnológico, reestruturação de aplicações, sistemas e banco de dados, inovação tecnológica</u>).	Garantir o efetivo controle externo, por meio de um sistema de fiscalização, orientação e avaliação dos resultados da gestão e das políticas públicas, em benefício da sociedade.
Elevar o percentual de investimento em tecnologia da informação de 1.36% para 1.5% do orçamento total do TCE, até 2014.	Adquirir hardware e software em atendimento de demandas de fiscalização e auditorias públicas (<u>Projeto modernização do parque tecnológico, licenciamento de softwares</u>).	Modernizar o parque tecnológico.

Neste contexto o quadro abaixo apresenta a quantidade de projetos de TI executados neste ano com os seus respectivos responsáveis.

Área	Quantidade de Projeto	Responsável
Governança de TI	6	Francisco de Assis dos S. Júnior
Administração de Banco de Dados	1	Halisson Vieira de Abreu
Segurança da Informação	1	Todos os servidores desta Corte de Contas
Hardwares	2	Francisco, Hugo e Fabiana

Área	Quantidade de Projeto	Responsável
Softwares	1	Francisco e Fabiana
Administração de Redes	2	Fabiana Ferreira Cardoso
Desenvolvimento de Sistemas	3	Fernando Zucuni Martini e Halisson Vieira de Abreu
Manutenção e Suporte ao Usuário	1	Hugo Siqueira Campos Lourenço
Total de projetos	17	

5.8.1 Projetos executados por área de TI

5.8.1.1 Governança em TI

Para melhor gerenciar as atividades realizadas pelas Coordenações da Diretoria de Informática foram realizados os seguintes projetos envolvendo governança de TI:

Projeto	Objetivo	Benefícios
Portfólio de Serviços de TI.	Definição clara de todos os serviços prestados pela TI dentro do TCE-TO.	Distribuição igualitária de atribuições de acordo com habilidades e competências identificadas em cada colaborador. Com isso ganha-se eficiência e agilidade na execução de atividades realizadas pelo técnico de TI.
Mapeamento de Processos de TI.	Organização de procedimentos administrativos feitos pela TI de forma a criar formulários padrão para execução de atividades.	Monitoramento e controle rígido e eficiente de atividades realizadas pelos servidores.
Reestruturação do Organograma de TI.	Identificar as áreas de TI, realocar servidores de acordo com competências e habilidades de forma a minimizar a sobrecarga de atividades.	Melhoria no gerenciamento e distribuição de atividades que envolvem a TI.
Busca de talentos externos.	Melhorar a qualidade técnica dos servidores de TI.	Agilizar o processo de desenvolvimento dos sistemas informatizados existentes nesta Corte de Contas, como por exemplo: SCP, Internet, Intranet e EAD.
Gestão do Conhecimento em TI (compartilhamento de conhecimento técnico).	Socializar os conhecimentos adquiridos através de visitas técnicas, congressos, cursos e seminários. Todas as quartas-feiras realização de Workshops técnicos.	Conhecimento retido nos seguintes documentos: -Diário de Servidor; -Memória de configurações -Documentação de Sistemas -Memórias de reunião.
Gerenciamento centralizado de Projeto de TI.	Gerenciar de forma centralizada os projetos de TI através da Plataforma Channel permitindo o monitoramento e controle da execução de ações ligadas à área de TI.	Registro histórico de atividades realizadas pela área de TI desta Corte de Contas.

5.8.1.2 Administração de Banco de Dados

No ano corrente foi executado o Projeto “Reestruturação de Servidores de Banco de Dados” que melhorou a performance das seguintes aplicações: SICAP, SCP, Intranet e Internet.

Atividade	Objetivo	Benefícios
Análise dos Bancos de Dados existentes visando melhorias das tabelas, consultas e relatórios.	Reestruturar os servidores de banco de dados visando: -Atualização de plataforma; -Estabilidade do SGBD; -Reestruturação de tabelas, índices e consultas; -Normalização de dados; -Otimização de consultas; -Definição de Banco de Dados Corporativo.	Melhoria da performance dos sistemas informatizados desta Corte de Contas. Agilidade na realização de consultas e emissão de relatórios gerenciais que facilitem ao gestor tomar decisões de forma mais clara e objetiva.

5.8.1.3 Segurança da Informação

Na área de segurança da informação foi executado o projeto “Sistema de Gestão da Segurança da Informação” visando aumentar o nível da segurança para sistemas informatizados, serviços de rede e controle do acesso físico às dependências desta Corte de Contas. São atividades ligadas a este projeto:

Atividade	Objetivo	Benefício
Criação da Política de Segurança da Informação.	Apresentar as diretrizes e normas de segurança da informação adotadas pelo TCE-TO.	Aumento do nível de segurança para aplicações web, serviços de rede e segurança predial.
Criação da Política de Classificação da Informação.	Identificar informações sensíveis para a organização.	Plano de risco e contingência para esta Corte de Contas.
Criação Plano de Continuidade de Negócios.	Implantar Datacenter virtual no outro anexo do TCE-TO visando à replicação de servidores através da virtualização.	Aumento do nível de segurança para o armazenamento e acesso a dados e informações sobre fiscalizações e auditorias realizadas.
Configuração da Segurança para a rede de computadores.	Configurar mecanismos de segurança que permitam monitorar e controlar ataques e vulnerabilidades, para isso, deverá realizar: -monitoramento dos ativos de rede; -disponibilizar rede sem fio; -liberar e bloquear serviços; -controlar pragas digitais; -controlar entrada de servidores e visitantes.	Aumento do nível de segurança física e lógica para esta Corte de Contas a partir da utilização de: -certificado digital; -criptografia; -biometria.
Controle de acesso físico as dependências do TCE-TO.	Ampliação do sistema integrado de vigilância eletrônica; Catracas eletrônicas; Relógio Ponto; Câmeras de infravermelho	Aumento do nível de segurança física predial, controle de assiduidade do servidor e controle de entrada e saída de servidores e visitantes.

5.8.1.4 Hardware (Equipamentos)

Gradativamente os equipamentos estão sendo substituídos por novas tecnologias mais eficientes e modernas. Neste ano foi executado o projeto “Modernização do Parque Tecnológico” com o intuito de adquirir hardwares, componentes eletrônicos e suprimentos de informática para agilizar o processo de fiscalização e auditorias públicas. São atividades ligadas a este projeto:



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Atividade	Objetivo	Benefício
Aquisição de 400 monitores.	Aumentar a resolução de tela e qualidade de visualização de processos e documentos eletrônicos.	Agilidade no processo de análise e tramitação de processo, criação de documentos e acesso a informações institucionais.
Substituir 55 notebooks.	Atualizar os equipamentos utilizados pelos técnicos de controle externo em relação às tecnologias de processamento, armazenamento, criptografia e biometria.	Aumento do nível de segurança dos dispositivos móveis utilizados pelo Controle Externo nos processos de fiscalização e auditorias.
Aquisição de 100 microcomputadores.	Ampliar o parque de computadores utilizados pela área meio e fim desta Corte de Contas. Melhorar a qualidade técnica de equipamentos no que se refere a armazenamento e processamento.	Agilidade para realização de atividades administrativas e técnicas desta Corte de Contas.
Aquisição de 5 computadores MAC.	Aumentar a qualidade de peças publicitárias e vídeos institucionais feitos pela Assessoria de Comunicação.	Criação de peças publicitárias e vídeos institucionais com qualidade gráfica superior aos equipamentos utilizados atualmente.
Aquisição de 11 Tablet.	Modernizar o acesso a informações institucionais através da Internet para Conselheiros quando em visitas técnicas a outras localidades assim como eventos e sessões plenárias.	Acesso rápido a informações institucionais por parte dos Conselheiros.
Substituição de 4 Catracas Eletrônicas.	Monitorar e controlar o acesso físico de servidores e visitantes desta Corte de Contas.	Controle efetivo de acesso físico as dependências desta Corte de Contas.
Substituição de 4 Relógios Pontos.	Registrar de forma segura e eficiente as horas trabalhadas dentro desta Corte de Contas.	Controle efetivo da assiduidade dos servidores a partir da utilização de biometria.
Aquisição de 5 Câmeras de vigilância eletrônica (infravermelho).	Controlar os acessos físicos realizados nas dependências desta Corte de Contas.	Monitoramento efetivo de acessos realizados por servidores e visitantes a esta Corte de Contas.
Aquisição de 1 Impressora A3.	Aumentar a qualidade de impressão de documentos eletrônicos assim como a velocidade de impressão.	Aumento da qualidade de impressão dos documentos impressos pela Assessoria de Comunicação, tais como: folders, jornal mural, cartazes, convites, cartões etc.
Aquisição de 2 impressoras matricial	Emissão de etiquetas para Protocolo Geral.	Agilidade na autuação do processo.
Aquisição de Suprimentos de Informática.	Realizar a substituição de cartuchos e tonners danificados.	Aumento do tempo de vida útil dos equipamentos de informática.
Aquisição de componentes Eletrônicos.	Realização de manutenção corretiva em equipamentos de informática.	Realização de atividades rotineiras de forma efetiva.
Aquisição de 5 Servidores de Rede.	Ampliação do parque tecnológico de sistemas e serviços de rede aumentando a capacidade de processamento, armazenamento e memória.	Disponibilização de sistemas e serviços de rede tanto internamente quanto externamente.
Aquisição de equipamentos de gerenciamento de rede.	Gerenciar todos os servidores existentes no Datacenter.	Agilidade no processo de gerenciamento de servidores quando houver problemas físicos ou quedas de energia.
Aquisição de Scanner Portátil.	Melhorar a captura de informações nas fiscalizações e auditorias a serem realizadas nas instituições governamentais.	Aumento a qualidade técnica dos relatórios de fiscalização e auditorias realizadas nos jurisdicionados.

Esta Diretoria também executou o projeto “Manutenção corretiva em equipamentos de proteção de energia” com o objetivo de garantir a qualidade de energia fornecida aos servidores de rede e estações de trabalho. Com este projeto houve uma estabilização de energia o que garantiu a qualidade de energia para servidores e estações de trabalho, quando ocorre quedas e oscilações elétricas.

5.8.1.5 Softwares

Neste ano foi executado o projeto “Licenciamento de Softwares” para aquisição de softwares que são essenciais para a execução de atividades das áreas meio e fim. Eles foram adquiridos para a realização de atividades tais como: criação de planilhas eletrônicas, desenvolvimento de softwares, configuração de servidores, desenvolvimento de Software, gerenciamento de backups e restauração de dados entre outras atividades. Segue abaixo a relação destes softwares:

Software	Objetivo	Benefício
Vmware Vsphere (Virtualização de Servidores)	Virtualização de Servidores.	Disponibilidade de sistemas para serem utilizados pelas áreas meio e fim.
Red Hat Enterprise Linux (Configuração de Servidores)	Atualização do servidor de e-mails.	Aumento do número de contas de e-mails para permitir a comunicação institucional dentro e fora do TCE-TO.
ScriptCase (Desenvolvimento de Software)	Agilizar o processo de desenvolvimento e manutenção de aplicações que integram o Sistema de Controle de Processos.	Disponibilidade rápida de aplicações web para esta Corte de Contas utilizar na tramitação dos processos administrativos e da área fim.
Windows Server 2008 (Sistema Operacional para Servidores)	Atualizar os sistemas operacionais existentes nos servidores.	Estabilidade para aplicações web, bancos de dados, servidores de arquivos e serviços de rede.
Windows SQL Server 2008 (Gerenciamento de Bancos de Dados)	Atualizar os servidores de banco de dados.	Armazenamento centralizado de dados e informações dos sistemas informatizados, tais como: SICAP, SCP, ACD, etc.
Zimbra Collaboration Suite (E-mail institucional)	Ampliação do número de contas de e-mails desta Corte de Contas.	Aumento da disponibilidade de contas de e-mails institucionais.
IMC – Centro de Gerenciamento Inteligente – H3C (Gerenciamento de rede sem fio)	Gerenciamento de solução de rede sem fio.	Monitoramento e controle de dispositivos de rede sem fio.
Backup Exec 2010 (Gerenciamento de backups)	Automação de backups de servidores de rede.	Aumento do nível de Segurança de dados e informações existentes nos servidores de aplicações e rede.
AdmNet Crunch (Gerenciamento de ativos de rede)	Gerenciamento de ativos de rede tais como: switches, servidores, roteadores, etc.	Gerenciamento centralizados de toda a infraestrutura de redes de computadores. Caso ocorra problemas físicos a identificação e solução dos problemas é feita imediata.
Office 2010 Standard (Software aplicativo)	Utilização em notebooks utilizados pelos servidores do Controle Externo.	Agilidade e estabilidade para criação de relatórios de fiscalização e auditorias.
Office MAC (Software aplicativo para MAC)	Utilização de equipamentos da Assessoria de Comunicação.	Leitura e gravação de documentos em outra plataforma de trabalho.
CS 5 Master Collection (Multiplataforma) (software para tratamento de imagem e vídeo)	Utilização para criação de peças publicitárias e vídeos institucionais.	Qualidade de peças publicitárias e vídeos institucionais.



Software	Objetivo	Benefício
Autocad 2012 (Software para criação de projetos de engenharia)	Criação e análise de projetos de engenharia.	Melhora da qualidade de fiscalizações e auditorias realizadas pelos engenheiros desta Corte de Contas.
Windows 7 (Sistema operacional para Desktop)	Instalação de sistema operacional estável em equipamentos utilizados pelo controle externo	Qualidade de trabalho para os técnicos e analistas do controle externo.

5.8.1.6. Administração de Redes

Servidores

Neste ano de 2011 foram executados na área de servidores dois projetos: “Reestruturação de Servidores” e “Datacenter Virtual”. Visando garantir maior durabilidade dos equipamentos existentes no Datacenter algumas ações foram necessárias visando melhorias de performance e armazenamento de dados, são elas:

Ação	Objetivo	Benefício
Ampliação da rede de ar condicionado.	Melhorar a climatização da sala de servidores.	Temperatura recomendada pelo fabricante dos servidores de rede.
Redistribuição de carga elétrica para servidores.	Melhorar a utilização de energia dentro do DATACENTER.	Desligamento correto de servidores por sobrecarga de energia.
Readequação da Sala do Datacenter.	Retirar servidores da sala de Datacenter.	Melhora da qualidade de climatização da sala.
Substituir cabos RJ45 por fibras óticas.	Aumentar a velocidade de transmissão de dados entre servidores.	Redução do tempo para gravação de dados e backups.
Atualização de infra-estrutura virtual de servidores.	Atualizar software Vmware Vsphere em todos os servidores virtualizados.	Redução dos riscos de segurança da informação com a utilização de versão atualizada.
Manutenção corretiva de equipamentos de proteção de energia.	Trocar baterias e peças que apresentam defeito físico.	Diminuição do desligamento incorreto de servidores e estações de trabalho por quedas e oscilações de energia.
Organização e distribuição de servidores em Racks.	Distribuir a carga de energia utilizada pelos servidores.	Diminuição do desligamento de servidores o que indisponibiliza sistemas informatizados e serviços de rede.
Gerenciamento centralizado de servidores.	Monitorar de forma centralizada todos os servidores físicos.	Agilidade na identificação e solução de problemas envolvendo equipamentos instalados no Datacenter.

Devido às constantes evoluções na área de TI os servidores são atualizados diariamente de forma automatizada. Porém, esporadicamente, alguns servidores foram totalmente reestruturados visando cumprir algumas metas que foram estabelecidas no Planejamento Estratégico de TI. Foram atividades também realizadas dentro do projeto “Reestruturação de servidores”

Atividade	Objetivo	Benefício
Atualização de servidores WEB/PHP.	Atualizar versão de Sistema Operacional e serviços.	Disponibilização de aplicações e sistemas em plataformas mais seguras e menos vulneráveis.
Atualização de servidores de controlador de domínio.	Migrar servidor secundário para servidor de grande porte.	Melhoria da autenticação de usuários nas aplicações e sistemas informatizados do TCE-TO.



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Atividade	Objetivo	Benefício
Padronização de servidores de Banco de Dados.	Atualizar e padronizar os servidores que armazenam informações e dados do TCE-TO.	Agilidade para o processo de desenvolvimento de sistemas, gravação de dados e informações e consultas a relatórios gerenciais.
Implantação do servidor de Backups centralizado.	Otimizar as estratégias de backups e restauração de dados.	Segurança para restauração de dados das pastas departamentais, bancos de dados e servidores web.
Atualização do servidor de antivírus.	Atualizar as novas funcionalidades adquiridas para aumentar o nível de controle de pragas digitais.	Minimizar as contaminações de estações de trabalho e servidores de rede.
Implantação de servidor de rede sem fio.	Gerenciar de forma centralizada toda a rede sem fio existente nesta Corte de Contas.	Disponibilidade do acesso às informações internas e externas aos servidores desta Corte de Contas em dispositivos móveis tais como: notebooks, smartphones, tablets etc.
Atualizar e integrar o servidor de comunicação interna.	Atualizar a versão do software Openfire e SPARK configuração a autenticação através do AD.	Facilidade de comunicação entre servidores de forma externamente.
Implantação do Firewall AKER.	Aumentar o nível de segurança dentro da rede do TCE-TO.	Disponibilidade de relatórios gerenciais para tomada de decisão no que refere-se à segurança da informação no TCE-TO.

5.8.1.7 Desenvolvimento de Sistemas

A área de Desenvolvimento de Sistemas está sendo reestruturada visando atender a grande demanda de sistemas identificados no mapeamento de processo administrativo realizado neste ano. Para atender as necessidades apontadas no levantamento de requisitos funcionais esta área executou os seguintes projetos: “Ambiente de Desenvolvimento de Sistemas”, “Reestruturação de Aplicações e Sistemas” e “Metodologia para gerenciamento e desenvolvimento de sistemas”. As principais atividades realizadas nestes projetos foram:

Atividade	Objetivo	Benefício
Gerenciamento de reuniões e atividades através da Plataforma Channel.	Socializar e controlar atividades de desenvolvimento.	Identificação de escopo, custo, tempo e recursos para desenvolvimento de sistemas com qualidade esperada.
Refatoração de códigos.	Revisão e melhoria de código de aplicações.	Otimização de códigos web.
Reestruturação de tabelas, índices e consultas dos sistemas em produção.	Identificar problemas de performance nas consultas de alguns sistemas	Aumento de performance para execução de consultas e relatórios.
Relatórios gerenciais do SICAP contábil.	Criação de relatórios gerenciais para o SICAP.	Facilidade no processo de tomada de decisão.
Manutenção evolutiva nos módulos SICAP, Licitações e Obras.	Otimização de aplicações web.	Disponibilidade de funcionalidades que facilitem o trabalho do controle externo.
Desenvolvimento de relatórios analíticos para o SICAP Atos de Pessoal.	Disponibilizar relatórios que facilitem o processo de tomada de decisão.	Agilidade no processo de tomada de decisão.
Desenvolvimento de modulo de relatórios SICAP Contábil e Cardug – Convenio TCE-Ministério Público, Receita Federal e TCU.	Facilitar o processo de tomada de decisão envolvendo jurisdicionados.	Agilidade no processo de fiscalização e auditorias.
Estudo para definição da	Padronização do processo de	Desenvolvimento de sistemas



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Atividade	Objetivo	Benefício
Metodologia de Desenvolvimento de Software.	desenvolvimento e manutenção de softwares.	informatizados com qualidade para a Corte de Contas.
Framework para desenvolvimento de Sistemas.	Padronização do processo de desenvolvimento de sistemas.	Monitoramento centralizado de atividades relacionadas ao processo de desenvolvimento de aplicações e sistemas.
Ambiente de desenvolvimento de sistemas.	Criar infraestrutura de desenvolvimento de sistemas.	Desenvolver sistemas com qualidade a partir de testes realizados em ambiente de teste, homologação e produção.
Segurança de Sistemas Informatizados.	Solução Integrada para framework de Certificado Digital; Ampliação do sistema de certificado digital com aquisição de tokens e prestação de serviços de certificação digital.	Aumento do nível de segurança de aplicações web, tais como: SICAP, SCP e ACD entre outros sistemas existentes.
Análise de requisitos funcionais referentes aos processos administrativos da área meio.	Mapear todos os processos existentes na área fim para informatização.	Gerenciamento centralizado dos processos administrativos que irão ao longo do prazo permitir a geração de relatórios que facilitarão o processo de tomada de decisão.
Reformulação do cadastro de pessoa física e jurídica	Centralizar os dados referentes a pessoas físicas e jurídicas em uma única base de dados.	Controle centralizado dos dados pessoais, única fonte de dados mais confiável e segura. Base central para os demais sistemas buscarem informações sobre pessoas físicas e jurídicas.
Integração do CARDUG com os sistemas internos do TCE.	Integrar os sistemas que necessitem de informações de endereço e dados pessoais com o CARDUG	Aprimoramento do controle das informações do CARDUG, tornando essas mais confiáveis e sendo utilizadas por todos departamento do TCE.
Implantação do AR Digital Sistema dos Correios.	Disponibilizar aos setores e sistema de monitoramento e controle de correspondências institucionais.	Agilidade no processo de envio e entrega de correspondências.
Recadastramento dos servidores do TCE.	Atualizar dados pessoais dos servidores desta Corte de Contas.	Registro atualizado dos servidores no PARSEP.
Reestruturação do sistema de folha de pagamento	Criar módulos para: -DIRF 2011 -IGEPREV -PARSEP	Melhoria das funcionalidades nos sistemas informatizados já existentes.

5.8.1.8 Manutenção e Suporte ao usuário

A área de manutenção e suporte ao usuário executou neste ano o projeto “**Service Desk**” responsável por gerenciar todos os atendimentos técnicos de informática referente à manutenção de equipamentos e suporte ao usuário. O software de monitoramento e controle de atendimento “OComom” registrou 7.560 atendimentos técnicos com 500 manutenções corretivas em microcomputadores, 40 substituições de monitores e 15 trocas de impressoras em virtude de falta de suprimentos de informática.

Este projeto permitiu monitorar e controlar de forma efetiva as atividades realizadas pela Coordenação de Manutenção e Suporte técnico.

5.8.1.9 Pesquisas de novas soluções de TI

Com a utilização cada vez maior dos sistemas e serviços baseados na Web, torna-se necessário a aquisição de soluções que permitem acesso de certa forma rápido e eficiente. Assim esta Diretoria pesquisou algumas novas soluções de TI e desenvolveu o projeto “Inovação Tecnológica” com as seguintes atividades:

Atividade	Objetivo	Benefício
Clusterização de servidores.	Configurar pelo menos 2 servidores em cluster para os principais serviços, aplicações e sistemas existentes no TCE-TO.	Garantia de disponibilidade de aplicações, serviços de rede e sistemas informatizados desta Corte de Contas.
Espelhamento de servidores.	Configurar o espelhamento de servidores de controlador de usuários.	Garantia de disponibilidade de autenticação para rede e sistemas informatizados.
Substituição de telefones por smartphones.	Substituir os aparelhos celulares antigos por equipamentos com acesso à Internet.	Possibilitará o acesso rápido a informações referente ao TCE-TO.
Atualização de equipamentos responsáveis pela criação e edição de arquivos digitais.	Atualizar os equipamentos utilizados pela Assessoria de Comunicação.	Qualidade dos trabalhos gráficos feitos pela Assessoria de Comunicação.
Aquisição de solução para certificação digital.	Adquirir uma solução para o <i>Framework</i> responsável pela certificação digital a ser utilizada nos sistemas informatizados desta Corte de Contas.	Segurança para utilização dos sistemas informatizados desta Corte de Contas.
Estudo para reestruturação da Intranet e Internet visando maior acessibilidade por parte dos portadores de deficiência auditiva e visual.	Reestruturar as páginas da Intranet e Internet seguindo os conceitos de usabilidade e acessibilidade	Ampliação do número de usuários que utilizam os sistemas informatizados desta Corte de Contas
Voto Remoto.	Permitir acesso aos Conselheiros ao sistema utilizado no Plenário para votação	Inovação no processo de votação de processos.
VOIP	Reduzir custos com ligações telefônicas realizadas pelas Relatorias	Redução de custos operacionais desta Corte de Contas

5.8.1.10 Resumo dos Projetos realizados no ano de 2011

Projeto	Área
Portfólio de Serviços de TI.	Governança de TI
Mapeamento de Processos de TI.	Governança de TI
Reestruturação do Organograma de TI.	Governança de TI
Busca de talentos externos.	Governança de TI
Gestão do Conhecimento em TI (compartilhamento de conhecimento técnico).	Governança de TI
Gerenciamento centralizado de Projeto de TI.	Governança de TI
Reestruturação de Servidores de Banco de Dados.	Administração de Banco de Dados
Sistema de Gestão da Segurança da Informação.	Segurança da Informação
Modernização do Parque Tecnológico.	Hardware
Manutenção corretiva em equipamentos de proteção de energia.	Hardware
Licenciamento de Software.	Software
Reestruturação de Servidores.	Servidores
Datacenter Virtual.	Servidores
Ambiente de Desenvolvimento de Sistemas	Desenvolvimento de Sistemas
Reestruturação de Aplicações e Sistemas	Desenvolvimento de Sistemas
Metodologia para gerenciamento e desenvolvimento de sistemas	Desenvolvimento de Sistemas
Service Desk	Suporte ao usuário



Projeto	Área
Inovação Tecnológica	Todas as Coordenações

5.8.1.11 Prestação de Serviços

Neste ano foram realizadas algumas prestações de serviços ligadas à área de TI são elas:

Prestação de Serviço	Empresa
Internet	OI
Tecnologia 3G	VIVO
VOIP	AIRPLAN
Manutenção de Câmeras de Vigilância	PROTEÇÃO
Manutenção de equipamentos de Proteção de Energia	MINASCOM
Consulta de Pessoa Física e Jurídica	SERPRO

5.8.1.12 Viagens e treinamentos

- ✓ Visita ao TCM/RJ - SET (Gerenciamento de auditorias de escolas públicas): Francisco de Assis dos Santos Júnior;
- ✓ Visita ao TCE-PB – Sistema de Tramitação e controle de processos eletrônicos: Francisco, Heres e Jânio;
- ✓ Viagem ao Rio de Janeiro – Expertise (Capacitação do Administrador de Dados): Vanius Girodo – Ago/2011;
- ✓ Viagem à Florianópolis – Joomla-Day: Vanius Girodo – set/2011;
- ✓ Visita ao TCE-PR – Relatórios Contábeis;
- ✓ Viagem a Brasília/DF - GTSIS;

6. EDUCAÇÃO CORPORATIVA

O Tribunal de Contas, por meio do Instituto de Contas que tem como missão “oportunizar a formação continuada dos servidores e jurisdicionados e o aprimoramento do conhecimento, visando à satisfação da sociedade quanto à efetiva gestão dos recursos públicos” promoveu, 34 eventos internos, patrocinou 55 eventos externos, realizou 13 eventos direcionados aos jurisdicionados e 1 evento com participação dos Tribunais de Contas. Participaram das capacitações 13.015 pessoas em 2011. Dentre elas foram atendidas 11.249 jurisdicionados e 1.766 servidores do Tribunal.

Resultado das capacitações

Participação em capacitações janeiro a novembro/ 2011	Participantes (Servidores)	Jurisdicionados
Cursos Internos	1.552	11.249
Cursos Externos	214	-----
Pós-graduação MBA em “Gestão Pública com ênfase em Controle Externo”	131	-----



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Participação em capacitações janeiro a novembro/ 2011	Participantes (Servidores)	Jurisdicionados
– IBPEX (fase final – elaboração de Artigos)		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão de Pessoas – UFT/TO	5	-----
Centro de Línguas - Curso de Inglês e Espanhol (em andamento)	92	-----

OBS*: Ressaltamos que as informações apresentadas se referem ao número de participantes nos cursos, considerando que alguns servidores realizaram mais de uma capacitação.

Fonte: Instituto de Contas 5 de outubro/Secretaria Acadêmica

7.1. CURSOS E EVENTOS INTERNOS PARA SERVIDORES

Evento/curso	Mês	Capacitados
Seminário de Partida do Mapeamento e Redesenho de Processos	fev	183
Apresentação do ACD	fev	87
Atribuições do Cartório - Projeto ACD	fev	6
Mapeamento e Redesenho de Processos - Turma A	fev	14
Mapeamento e Redesenho de Processos - Turma B	fev	12
Mapeamento e Redesenho de Processos - Turma C	fev a mar	15
Mapeamento e Redesenho de Processos - Turma D	mar	16
Fiscalização de Receitas Públicas - Tributário	fev a mar	40
Fiscalização de Pessoal - Turma I	mar	22
Fiscalização de Pessoal - Turma II	mar	22
Fiscalização de Pessoal - Turma III	mar	19
Fiscalização ambiental - Turma I	mar	34
Fiscalização ambiental - Turma II	mar	29
Fiscalização de Obras - SICAP/LO - Turma I e II	mar	55
Fiscalização de Obras - SICAP/LO - Turma III	mar	8
Orientações para Análise da Prestação de Contas_Exercício/2010 - Turma I	mar	12
Orientações para Análise da Prestação de Contas_Exercício/2010 - Turma II	mar	14
Orientações para Análise da Prestação de Contas_Exercício/2010 - Turma III	mar	11
Mapeamento e Redesenho de Processos - Turma E	mar	8
Gerenciamento pelo Sistema de Controle de Processos	mar	54
II Fórum de Controle Gestão Estadual - Abertura	mar	6
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 1ª Oficina	mar	4
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 2ª Oficina	mar	2
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 3ª Oficina - Turma I	mar	0
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 3ª Oficina - Turma II	mar	1
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 3ª Oficina - Turma III	mar	4



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Eventocurso	Mês	Capacitados
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 4ª Oficina	mar	1
Orientações para Análise de Prestação de Contas/Exercício 2010 - Turma IV	abr	15
Orientações para Análise de Prestação de Contas/Exercício 2010 - Turma V	abril	6
Oficina de Mosaico - Turma I	abril	6
Oficina de Mosaico - Turma II	abril	2
Moodle para Instrutores - Turma I	abril	7
Moodle para Instrutores - Turma II	abril	6
Operacionalização do Sistema de Gerenciamento do Plano Estratégico - Turma I	abril	5
Operacionalização do Sistema de Gerenciamento do Plano Estratégico - Turma II	abril	3
Operacionalização do Sistema de Gerenciamento do Plano Estratégico - Turma III	abril	5
SIAFEM - Turma I	abril	9
Noções Básicas da Lei 8666/93 e Elaboração de Termo de Referência	maio	41
Curso Introdutório para Estagiários	maio	8
SIAFEM - Turma II	maio	9
Atendimento Profissional e Relações Interpessoais no TCE - Turma I	maio	28
Atendimento Profissional e Relações Interpessoais no TCE - Turma II	junho	24
Operacionalização do Sistema Acadêmico e Introdução do Moodle	junho	10
Orientações sobre o Sistema de Fiscalização e Controle do TCE-TO ***	jun	25
Licitações e Contratos Administrativos - ensino a distância - Parceria TCE-TCU	jun a jul	47
PRÓ-LIDER - Formação de Desenvolvimento de Competências Gerenciais - Turma I	jun a set	37
Word e Internet - Turma I	ago	9
Word e Internet - Turma II	ago	4
Língua Portuguesa - Turma I	ago	38
Excel Básico - Turma I	ago	9
Excel Básico - Turma II	ago	5
Informática - Excel Intermediário - Turma I	ago	4
Principais Pontos de Controle na Análise das Contas Anuais dos Municípios - Turma I	ago	21
Principais Pontos de Controle na Análise das Contas Anuais dos Municípios - Turma II	ago	32
Principais Aspectos a serem observados em notas fiscais - Turma I	ago	8
Principais Aspectos a serem observados em notas fiscais - Turma II	ago	21
Principais Aspectos a serem observados em notas fiscais - Turma III	ago	22



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Evento/curso	Mês	Capacitados
Sistema Channel - Mód. Gerenciamento de Projetos - Turma I	ago	9
Sistema Channel - Mód. Gerenciamento de Projetos - Turma II	ago	11
Sistema Channel - Mód. Gerenciamento de Projetos - Turma III	ago	12
III Fórum de Controle do TCE-TO - 2ª Turma****	ago	4
Encontro Técnico sobre SICAP-LO e CARDUG - 1ª Turma****	ago	2
Word e Internet - Turma III	ago a set	8
Excel Básico - Turma III	ago a set	9
Informática - Excel Avançado - Turma I	ago a set	5
Excel Básico - Turma IV	set	3
Informática - Excel Avançado - Turma II	set	2
Língua Portuguesa - Turma II	set	35
Atendimento Profissional e Relações Interpessoais no TCE - Turma III	set	22
Noções Básicas da Lei 8666/93 e Elaboração de Termo de Referência - Turma II	set	20
SIAFEM - Turma III	set	9

** Obs.: Servidores TCE - Número de participantes nos cursos, considerando que alguns servidores participaram de mais de uma capacitação

***Curso realizado no final do mês de junho e frequência tabulada em julho.

****Eventos ofertados aos jurisdicionados com participação de servidores TCE

PRÓ-LÍDER - Formação de Desenvolvimento de Competências Gerenciais - Turma II ¹	set	26
I Encontro Nacional sobre Execução das decisões dos Tribunais de Contas	out	56
Sistema de Biblioteca - Sofia	out	6
Gestão de Convênios	out	11
Direito Administrativo - Parte I	out	34
Operacionalização de GPS	out	8
Construção dos Instrumentos para Avaliação do Treinamento	out a nov	6
Normas Bras. De Contabilidade e a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público	nov	30
Gestão de Ouvidorias: desafios para o sucesso ²	nov	2
Siafem Turma IV	nov a dez	7
Legislação Básica do TCE-Lei Organica e Regimento Interno	nov a dez	19
I Semana de Normas e Procedimentos de Controle Externo do TCE ²	nov a dez	4
Painel Transparência: Instrumentos Eficazes no combate à corrupção ²	dez	47

*Obs.: Servidores TCE - Número de participantes nos cursos, considerando que alguns servidores participaram de mais de uma capacitação

¹ Curso realizado no final do mês de setembro e frequência tabulada em outubro.

² Eventos ofertados aos jurisdicionados com participação de servidores TCE



Evento/curso	Mês	Capacitados
Total		1.552

7.2 CURSOS E EVENTOS EXTERNOS PARA SERVIDORES

Evento/curso	Mês	Capacitados
3ª Seminário Tocantinense de Licitações e Contratações Públicas	mar	30
Sanções Administrativas - Penalidades Aplicáveis às modalidades da Lei nº 8666/93 e Pregão na Administração Pública à Luz da Jurisprudência do TCU	mar a abril	1
Análise de Processos Aplicados a Auditoria e aos Controles Internos	abril	2
Pregão Presencial e Eletrônico e Noções de Sistema de Registro de Preços	abril	10
Seminário de Homeopatia Previsível	abr/mai	1
Seminário Nacional de Licitação, Contratação e Fiscalização de Obras Públicas	maio	7
Curso completo de Licitações e Contratos, TR, SRP, Pregão Presencial e Eletrônico com Demonstração do Sistema	maio	1
II Congresso Nacional de Nutrigenômica e Avaliação Funcional	maio	1
4º CONINTER NACIONAL: Encontro Brasileiro Para Capacitação de Controladores Internos e Externos	maio	2
25º Conferência Anual Internacional Consortium on Governmental Financial Managem em Miami	maio	1
Encontro Técnico Nacional de Auditorias de Obras Públicas e Reunião de Trabalho	maio	2
VII Congresso Mineiro de Direito Administrativo	maio	1
Operacionalização do SICONV (III) - 2ª Turma	maio	3
II Ciclo de Estudos ESMAT - Direito Público*	maio	39
X Encontro do Colégio de Corregedores e Ouvidores do Tribunais de Contas do Brasil	jun	3
Orçamento Público e o Controle Externo da Adm. Pública	jun	1
Curso Prático e Completo de Sistema de Registro de Preços	jun	1
Congresso Brasileiro das Assessorias de Comunicação em Justiça	jun	2
I Encontro Estadual de Planejamento e Orçamento Público**	jun	8
* Curso oferecido pela Escola Superior de Magistratura Tocantinense – ESMAT		
** Curso Oferecido Pela Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública		
Contratação de Bens e Serviços de TI	jun a jul	1
Gestão dos Contratos Administrativos - Aspectos Jurídicos	jul	2



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Evento/curso	Mês	Capacitados
SEMINÁRIO JURIDICO " Táticas e Práticas na Advocacia Criminal*	jul	5
II Encontro Nacional de Educação Corporativa dos TCE's	ago	3
Capacitação do Administrador de Dados	ago	1
Formação de Multiplicadores em Elaboração e Análise dos Demonstrativos Fiscais aplicados ao Setor Público Nacional	ago	3
I Encontro de Diretores de Fórum e Gestores do Suprimento de Fundos do Poder Judiciário**	ago	2
17º Congresso Internacional ABED de Educação a distância	ago a set	1
Formação Intermediária em Moodle (curso à distância)	ago	2
Encontro Técnico sobre Contas de Governo e Processo Eletrônico	ago	3
Design Instrucional (curso à distância)	ago a set	4
XVI Congresso Internacional de Odontologia	set	1
8º Congresso Nacional de Chefes de Gabinete - ANCHGAB	set	1
Joomla! Day Brasil 2011	set	1
* Curso oferecido pelo Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR Defensoria Pública do Estado do Tocantins		
** Curso Oferecido pela Escola de Magistratura Tocantinense - ESMAT - Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins		
*** Considerar que alguns servidores realizaram mais de uma capacitação		
Curso de Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios	out	3
Seminário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	out	1
XIV Congresso de Ouvidores e Ouvidorias	out	1
III Encontro Técnico do Grupo de Gestão de Pessoas (GGP/PROMOEX)	out	3
XVIII Encontro da Associação Brasileira das Escolas Legislativas e de Contas - ABEL	out	2
Fórum Amazonense de Controle e Sustentabilidade	nov	1
Anatomia Palpatória - Diagnóstica e Terapêutica	nov	1
V Encontro de Contabilidade da Amazônia Legal	nov	35
Encontro Técnico Conta de Governos/PROMOEX	nov	1
Curso avançado sobre Licitações e Contratos	nov	2
Tomada de Contas Especial - TCE	nov	1
XXVI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil	nov	2
Seminário de Homeopatia Previsível	nov	1
XIV SINAOP - Simpósio Nacional de Auditorias de Obras Públicas	nov	2
Curso completo de Elaboração de Instrumentos Obrigatórios no Processo Licitatório: Projeto Básico para Licitações, Termo de Referência e Técnicas de Elaboração de Edital e Contratos Administrativos	nov	1
Tomada de Contas Especial - Apuração de Responsabilidade	dez	1



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Evento/curso	Mês	Capacitados
Seminário de Lançamento Nacional das Normas de Auditoria Governamental aplicáveis ao Controle Externo	dez	4
Seminário "O acesso à informação Pública e Transparência	dez	1
3ª Reunião do Subcomitê para Elaboração da Orientação Técnica Relativa à sobrepreço e superfaturamento	dez	1
VII Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção na Administração Pública	dez	2
Reunião Técnica do GC/Promoex	dez	1
Tutoria no Ensino a Distância ¹	out a dez	1
**Considerar que alguns servidores realizaram mais de uma capacitação Curso realizado na modalidade a distância pela INTERLEGIS/ Senado Federal ¹		
Total		214

7.3 CURSOS E EVENTOS PARA JURISDICIONADOS

Evento/curso	Mês	Capacitados
Capacitação Assistentes de Sala	Mar	54
II Fórum de Controle Gestão Estadual - Abertura	mar	72
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 1ª Oficina	mar	135
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 2ª Oficina	mar	129
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 3ª Oficina - Turma I	mar	98
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 3ª Oficina - Turma II	mar	78
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 3ª Oficina - Turma III	mar	82
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 4ª Oficina	mar	105
II Fórum de Controle Gestão Estadual - 5ª Oficina	abril	121
Noções Básicas da Lei 8666/93 e Elaboração de Termo de Referência	maio	22
Licitações e Contratos Administrativos - ensino a distância - parceria TCE-TCU	jun a jul	325
Noções Básicas da Lei 8666/93 e Elaboração de Termo de Referência - Turma SESAU	jun a jul	42
Word e Internet - Turma II **	ago	1
Excel Básico - Turma II **	ago	1
Informática - Excel Intermediário - Turma I **	ago	2
III Fórum de Controle do TCE-TO - 1ª Turma	ago	195
III Fórum de Controle do TCE-TO - 2ª Turma	ago	150
Encontro Técnico sobre SICAP-LO e CARDUG - 1ª Turma	ago	227
Encontro Técnico sobre SICAP-LO e CARDUG - 2ª Turma	ago	195
Avaliação Didático-Metodológica para Assistentes de sala - FORMAP	ago	49
Informática - Excel Avançado - Turma I **	ago a set	4
Excel Básico - Turma IV**	set	4
Informática - Excel Avançado - Turma II **	set	5
Língua Portuguesa - Turma II **	set	9
Atendimento Profissional e Relações Interpessoais no TCE - Turma III **	set	2
Noções Básicas da Lei 8666/93 e Elaboração de Termo de Referência - Turma SEDUC	set	71



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



Evento/curso	Mês	Capacitados
Noções Básicas da Lei 8666/93 e Elaboração de Termo de Referência - Turma II**	set	39
** Cursos ofertados aos servidores do TCE com participação de jurisdicionados		
FORMAP - Programa de Formação de Agentes Públicos - Módulos I ao IX ³	nov a dez/2010 e abr a ago/2011	7540
I Encontro Nacional sobre Execução das decisões dos Tribunais de Contas ¹	out	50
Gestão de Convênios ²	out	12
Direito Administrativo - Parte I ¹	out	1
Encontro de Formação Técnica sobre o ACD	out	142
Gestão de Ouvidorias: desafios para o sucesso	nov	36
Normas Bras. De Contabilidade e a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público ¹	nov	10
I Semana de Normas e Procedimentos de Controle Externo do TCE	nov a dez	1170
Painel Transparência: Instrumentos Eficazes no combate à corrupção	dez	71
Cursos ofertados aos servidores do TCE com participação de jurisdicionados ¹		
Curso realizado em parceria com a Secretaria de Industria e Comércio ²		
Desconsiderar dados anteriores referentes aos Módulos I e II informados no relatório do 2º Trimestre/2011. ³		
Total		11.249

7.4 CENTRO DE LÍNGUAS

A necessidade de desenvolver a proficiência do servidor na comunicação e interpretação de textos em língua estrangeira, a dinamização do serviço junto aos órgãos internacionais, a realização de auditorias e a participação de servidores em curso de mestrado e/ou doutorado, resultou na criação do centro de línguas, unidade responsável em oferecer curso de inglês e espanhol aos servidores do TCE.

Para atender o Centro de Línguas, no ano de 2011, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e a Fundação Universidade do Tocantins, que consiste em uma parceria para o desenvolvimento de atividades educacionais de aperfeiçoamento de estudos de idiomas estrangeiros, nas línguas inglesa e espanhola, tendo como público alvo os servidores deste Tribunal de Contas, bem como estudantes e comunidade em geral.

7.6 ACERVO BIBLIOGRÁFICO

O Tribunal de Contas disponibiliza, em espaço próprio, acervo bibliográfico para atender as necessidades do controle externo e assuntos pertinentes, sendo de livre acesso ao público.

A Biblioteca do TCE-TO recebeu doações de livros e revistas do Senado Federal, Tribunal de Contas da União, Tribunais de Contas de vários Estados e Municípios e Editora Fórum.

No decorrer do ano de 2011 foi adquirido para o acervo de livros, um total de 31 (trinta e um) volumes por compra e 74 (setenta e quatro) volumes por doação.

No período, destacamos a renovação da Cessão de uso do Sistema Sophia Biblioteca Intermediário para o ano de 2012.

Visando atender às solicitações dos servidores deste Tribunal e manter atualizado o acervo da Biblioteca necessitamos adquirir aproximadamente 100 títulos para o ano de 2012.

Destacamos também a renovação de 09 (nove) assinaturas de jornais e periódicos.

7.7 CORAL DE CONTAS

A música tem o poder de dissolver as tensões e aliviar a alma. Na correria de nosso dia a dia precisamos de pausas para a mente, descanso para o corpo e equilíbrio para o espírito. Cientistas, pesquisadores e estudiosos, comprovaram a importância da música e do canto como ferramenta para desenvolver e promover integração social, concentração e até o combate ao stress.

Por esse motivo no ano 2000 foi criado o Coral do Tribunal de Contas, como ação do Programa de Qualidade Total, com o objetivo de levar a arte, a cultura e a história através da música.

O Coral divulga o trabalho e oportunidades diferenciadas proporcionados aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, promove a integração dos servidores, oportuniza o intercâmbio e a convivência com outros grupos vocais e corais, bem como desenvolve nos coralistas o senso crítico e artístico, necessários ao bom desempenho e contribuição social.

É formado por 02 sopranos, 06 contraltos, 05 baixos, 04 tenores, 01 regente e 01 tecladista.

O repertório é diversificado, contemplando desde músicas sacras, clássicas, internacionais, populares, regionais e outras.

Além das apresentações internas, o grupo atua em diversos eventos externos, tais como: congressos, formaturas, campanhas beneficentes etc.

Resultado das apresentações

Evento	Data	Local
Posse do Presidente	04/fev	Auditório TCE
Dia da Mulher	04/mar	Hall do TCE
Homenagem ao Presidente Severiano	22/mar	Gabinete Presidente
Lançamento II Fórum de Controle	24/mar	Auditório TCE
Homenagem ao Conselheiro Jamil	13/abr	Auditório TCE
Páscoa no TCE	19/abr	Hall do TCE
Despedida Adams/Dia dos namorados	8/jun	Hall do TCE
Confraternização encerramento 1º semestre	28/jun	Sala 12 Iscon
Dia dos pais	12/ago	Hall do TCE
III Fórum de Controle para Vereadores	22 /ago	Auditório ATM
Apresentação prévia do Encontro	29 e 30/ago	Hall do TCE e ISCON
II Encontro Nacional de Corais	01 a 03/set	Goiânia/GO



Evento	Data	Local
Comemoração 10 anos curso Direito da ULBRA	15/set	Auditório Ulbra
Abertura "TCE com Você na Escola"	22/set	Auditório TCE
I Encontro Técnico dos Tribunais -ACD	26/out	Auditório TCE
Projeto Canto Coral da Organização Jaime Câmara	21/nov	Teatro Fernanda Montenegro
Apresentação no Igeprev	24/nov	Hall do Igeprev
Programa Secretaria de Habitação	28/nov	Auditório do Comando Geral da Polícia Militar
Sessão Especial de Homenagem ao Dia do Economista	30/nov	Assembléia Legislativa
Programa Qualidade de Vida no TCE	8/dez	Hall do TCE
Apresentação Natalina de Corais do Palmas Shopping	13/dez	Pça de Alimentação do Palmas Shopping
Abertura Projeto Mãos de Contas	14/dez	Hall do TCE
Hospital Geral de Palmas	16/dez	Ala I, II e Pronto Socorro
Hospital Dona Regina	2ª semana dezembro	Hosp. Dona Regina

Fonte: Instituto de Contas 5 de outubro/Coordenação do Coral

7.8 PROJETO MÃOS DE CONTAS

O Projeto Mãos de Contas promove oficinas de arte e artesanato, com o objetivo de incentivar a criatividade artística e a integração dos servidores do TCE-TO, bem como seus familiares.

As oficinas aconteceram durante todo o ano e proporcionou a valorização do ser humano, a busca da arte como terapia e o desenvolvimento de habilidades manuais e artísticas.

Sua culminância se deu com uma exposição ao final do ano dos produtos confeccionados nas oficinas, onde os participantes puderam expor e vender os produtos, igualmente aos que os próprios servidores aprenderam confeccionar, além de participar da ação social em prol do abrigo São Vicente, localizado em Porto Nacional, destinando, desta forma, 10% do lucro das suas vendas, provenientes dos produtos confeccionados os quais são revestidos em materiais de higiene pessoal e alimentício e doados ao abrigo no dia 16 de dezembro de 2011.

Resultado das oficinas

Oficinas/cursos	Inscritos
Oficina de mosaico ou arte musiva	12

Fonte: Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

7.9 PROGRAMA DE ESTÁGIO

O Programa de Estágio do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins disponibiliza bolsa de estágio a estudantes de ensino superior e profissionalizante vinculado à estrutura do ensino público e privado. Atualmente intermediado pelo Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE, via licitação.

A efetividade das ações ocorre por meio da Diretoria de Recursos Humanos, em consonância com a Lei nº 11.788 de 25/09/2008 e normas internas.

De acordo com Portaria nº 302/2011, fixada pela presidência deste Tribunal em 29/04/2011, foram disponibilizadas mais 05 (cinco) vagas para estágio, totalizando 35 vagas as quais todas foram preenchidas.

O Tribunal de Contas cumpre a função social quando permite ao estudante exercitar a prática numa instituição de controle externo, adquirindo experiência na vida profissional.

Resultado de contratos de estágios

Vagas/contratação	
2010 (janeiro a dezembro)	2011 (janeiro a novembro)
30/26	35/35

Fonte: RH-COADPI

8. Programa de Modernização do Controle Externo - PROMOEX

A eficiência administrativa na gestão dos recursos públicos é o que se espera na atividade administrativa, devendo ser acompanhada pelo Sistema de Controle Externo, de forma a garantir o cumprimento das normas, e, conseqüentemente, o resultado das metas estabelecidas, orientando a Administração Pública a uma gestão que atenda aos interesses da sociedade.

Assim, foi instituído o Programa de Estabilidade Fiscal, firmado no esteio de que “o Estado não pode mais viver além de seus limites, gastando mais do que arrecada”, com a implementação de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um dos principais instrumentos do programa, redirecionando a administração pública, antes burocrática e legalista, para uma administração gerencial alicerçada por ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios, garantindo o equilíbrio das contas públicas.

Com os novos instrumentos de Gestão Fiscal, em especial de controle, disciplinados por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornou-se necessário a modernização das Cortes de Contas do País, visando fortalecer o sistema de controle externo no âmbito dos Estados e Municípios.



Nesse contexto, foi implementado, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEX, financiado com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dos Próprios Tribunais de Contas, visando garantir a integração nacional e aumentar a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle.

A consolidação e otimização do modelo de gestão do TCE, por meio do mapeamento e redesenho de processos, o programa de gestão estratégica, o fortalecimento das ações de recursos humanos, enfocando a competência profissional, o atendimento aos jurisdicionados, proporcionando-lhes orientação e treinamento, e, por fim, o compartilhamento de soluções técnicas e padronização de normas com todo o sistema de controle externo brasileiro, são algumas das diretrizes que visam à modernização e ao fortalecimento institucional do Tribunal.

Dentre as ações desenvolvidas no exercício de 2011, junto ao PROMOEX, destaca-se o mapeamento e redesenho dos processos, com a missão de mapear todos os processos existentes no Tribunal, identificar e analisar, nos atuais processos, a possibilidade de eliminação de pontos de retrabalho, perda de qualidade, atividades desnecessárias ou pouco relevantes para alcance dos objetivos estratégicos e da missão do Tribunal de Contas, objetivando, portanto, excluir os grandes atrasos, acúmulos de serviços, altos custos, entre outros pontos.

Logo, o desenvolvimento deste trabalho possibilitará repensar os processos existentes, visando entregar maior valor aos serviços prestados à sociedade, pois o redesenho de processos tem como objetivo principal melhorar os processos de negócio, dentro de uma organização, trazendo como benefícios a redução dos custos e tempo do ciclo (ao eliminar atividades improdutivas), e a melhoria da qualidade (ao reduzir a fragmentação do trabalho), estabelecendo a todos clara responsabilidade pelos processos.

Destaca-se, ainda, a aquisição de equipamentos de informática como política de desenvolvimento para a modernização e inovação tecnológica com a implementação de um projeto de capacitação contínua, aplicada ao aprimoramento do Sistema de Controle Externo Brasileiro, com a participação de diversos técnicos deste Tribunal em Grupos Temáticos de estudos, objetivando a harmonização de conceitos contábeis e padronização dos Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, além dos requisitos de segurança contábeis dos sistemas informatizados dos entes da federação e sua aplicação na fiscalização da administração pública; a execução de Auditorias Operacionais; desenvolvimento, normatização e estruturação do Relatório Analítico e Parecer Prévio das Contas de Governo; desenvolvimento do Planejamento estratégico, além de outros temas não menos importantes, disseminando o conhecimento que norteiam o modelo de excelência na gestão pública e elevando a qualificação de todos os profissionais envolvidos.



9. CONCLUSÃO

Não existem atalhos para chegarmos onde queremos. Se o caminho é longo, precisamos ter paciência e fôlego para percorrê-lo sem desvios. No dia a dia do nosso trabalho também é assim; no entanto, devemos sempre buscar o aperfeiçoamento em consonância com a celeridade. É o que vislumbramos no Tribunal de Contas do Tocantins.

Em 2011 tivemos um aumento significativo no número de julgamentos, diminuimos o tempo entre a decisão e a respectiva publicação no boletim oficial e reduzimos o estoque de processos.

O processo eletrônico no Tribunal tocantinense será uma realidade em 2012, o que consolida as ações de transparência dos atos de fiscalização, uma vez que permitirá o acompanhamento em tempo real do processamento e julgamento das contas. Essa modernização contribui, também, para a celeridade de todo o trabalho da Corte de Contas. Nesse sentido, outra importante missão é garantir mais agilidade às ações de nossa área fim, com o redesenho dos processos de fiscalização objeto do Planejamento Estratégico destacado neste Relatório.

Esse trabalho já foi feito com os processos da área administrativa e gerencial do TCE/TO, o que possibilitou identificar possíveis falhas e sugerir melhorias, pontuando novos procedimentos a serem feitos em busca de mais agilidade.

Isso mostra que nossa caminhada ainda é imensurável. Mas, com estratégias bem traçadas vamos seguir pela estrada principal, superar os contratempos e ajudar a construir um Tribunal de Contas ainda mais moderno, sempre pautado pelo zelo do bem público.

Palmas, 29 de fevereiro de 2012.

Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar
Presidente



Realização

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Presidência

Assessoria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional

Equipe

Osmarina Rodrigues Andrade –
Assessora Especial de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional
Márcia Cristina Gonçalves da Cruz –
Assessora de Planejamento

Alda Maria Dias Neto Martins
Carlota Zaíra Viana Fonseca Silva Cunha
Janete Gomes
Jonatas Soares Araujo
Kaio Costa e Silva
Leônidas Duarte Filho
Yara de Mello Rocha

Revisora
Alessandra de Resende Augusto Martins

Permitida a reprodução da obra, desde que citada a fonte, exceto para fins comerciais.

ASPDO

Fone: (63) 3232-5958/5943
e-mail: aspdo@tce.to.gov.br
<http://www.tce.to.gov.br>



Estado do Tocantins
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



www.tce.to.gov.br